



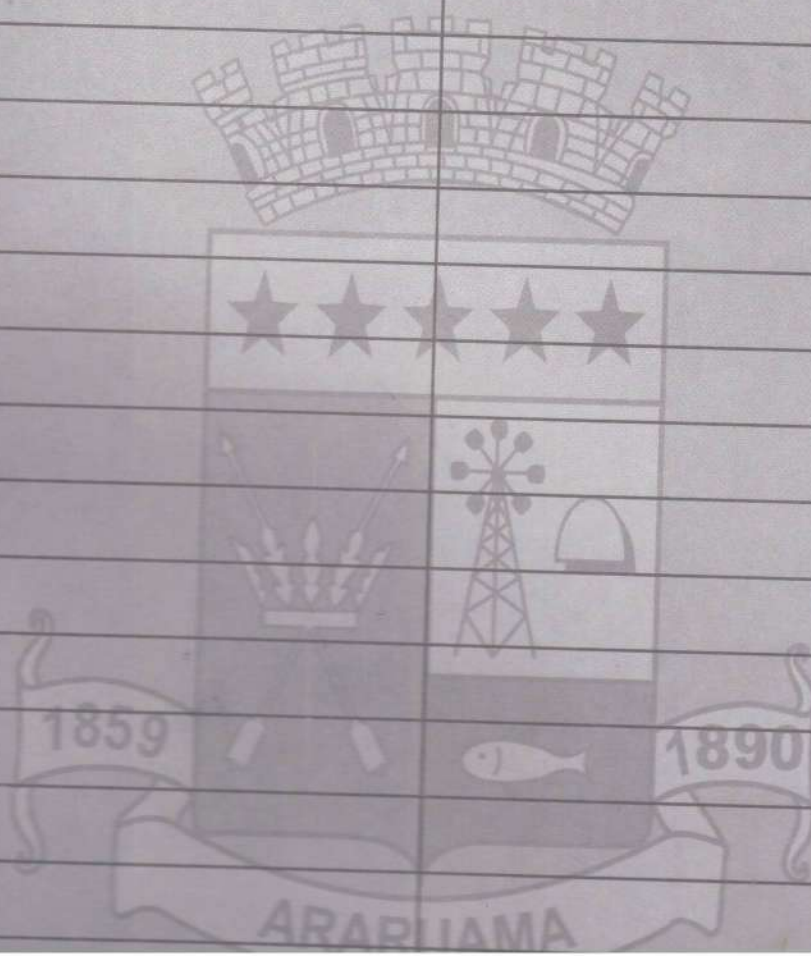
Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA

PROTOCOLO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
PROTOCOLO MUNICIPAL
Nº: 15402 / 7 / 2026
DATA: 22/07/2026 - 10:49:42
ASSUNTO: RECURSO
REQ: MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVEN
SENHA: T374UUB

Comli



Prefeitura Municipal de Araruama

Promocão Sob o nº 15402

It. nº 02

Em 22/07/26

Tauurus



MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA

CNPJ: 18.608.503/0001-00

Av. das Américas, 500, Bloco 18/208 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ – CEP 22.640-100

À AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE PARA JULGAMENTO DE RECURSOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Administração / Comissão Permanente de Licitação

Av. John Kennedy, nº 120 – Centro – Araruama/RJ

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Ref.: Pregão Eletrônico nº 024/2026 – Processo Administrativo nº 8435/2026 –
Fornecedor nº 96054 – Recurso contra decisão de inabilitação – art. 165 da Lei
Federal nº 14.133/2021

MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ 18.608.503/0001-00, representada pelo Sr. Rodrigo Hosannah Cordeiro, [REDACTED] tendo manifestado tempestivamente sua intenção de recorrer em 16/07/2026, com recebimento registrado pelo sistema às 18h13m, vem, dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis, apresentar as presentes

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão de inabilitação proferida em 16/07/2026 às 14h36m, fundada em três motivos: (i) inserção da proposta comercial junto à documentação de habilitação (item 8.1.7 do Edital); (ii) prazo do seguro-garantia inferior ao mínimo exigido (item 17.1.7); e (iii) não atendimento às exigências de qualificação técnica para os Lotes 01 e 02 (itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4).

I. NARRATIVA DOS FATOS

A MRC Entretenimento Promoções e Eventos Ltda é empresa especializada em organização, produção e gerenciamento de eventos de grande porte, com histórico de execução de festivais culturais (Incluindo Feiras

MRC Entretenimento Promoções e Eventos Ltda CNPJ 18.608.503/0001-00

Endereço: Av. das Américas 500, bloco 14/104 – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ CEP:22.640-100

Literárias) e eventos em todo o Estado do Rio de Janeiro. Trata-se, portanto, de empresa com plena capacidade técnica e operacional para executar o objeto do presente certame.

A Recorrente é fornecedora ativa da própria Prefeitura de Araruama, mantendo com o Município o Contrato nº 055/2025, oriundo de adesão à Ata de Registro de Preços nº 012/2024, no valor de R\$ 23.291.342,82, com objeto similar ao ora licitado: serviços de organização, infraestrutura e logística de eventos para a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Araruama. Paradoxalmente, a empresa declarada inabilitada por suposta falta de qualificação técnica é a mesma que já executa contratos para o mesmo Município.

A sessão pública foi designada originalmente para 10/07/2026. No mesmo dia, o Pregoeiro proferiu o primeiro despacho de desclassificação da Recorrente — exclusivamente em razão do prazo do seguro-garantia —, às 11h02m. O chat da plataforma LICITANET permaneceu bloqueado para todos os licitantes durante toda a sessão de 10/07/2026 e também durante a sessão de 16/07/2026, quando o certame foi retomado, impedindo qualquer manifestação direta dos participantes. Nenhuma oportunidade de saneamento foi concedida antes da desclassificação.

Em 16/07/2026, com a retomada da sessão, a Recorrente recebeu o despacho definitivo de inabilitação, ampliado com dois fundamentos adicionais: a inserção da proposta comercial junto à documentação de habilitação, e o suposto não atendimento à qualificação técnica dos Lotes 01 e 02, este último baseado exclusivamente em manifestação técnica emitida pela Secretaria Municipal de Educação de Araruama.

O resultado geral do certame revelou a dimensão do problema: 8 (oito) das 9 (nove) empresas participantes foram inabilitadas, com base nos mesmos fundamentos, resultando em único licitante habilitado a SS Representações e Serviços Ltda. Esse desfecho atípico não pode ser atribuído a falhas individuais das empresas: ele revela vícios sistêmicos na modelagem e na condução do certame que a presente impugnação demonstra.

PROCESSO Nº 15402
FLS. 93
ASSINATURA E CARIMBO

MRC Entretenimento Promoções e Eventos Ltda CNPJ 18.608.503/0001-00

Endereço: Av. das Américas 500, bloco 14/104 – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ CEP:22.640-100

PROCESSO Nº 15402
FLS. 04
ASSINATURA E CARIMBO



II. DO PRIMEIRO FUNDAMENTO — ITEM 8.1.7: INSERÇÃO DA PROPOSTA JUNTO COM A HABILITAÇÃO

II.1. Inexistência de violação ao sigilo da proposta — a proposta não foi revelada a qualquer outro licitante durante a fase de análise documental

O despacho de inabilitação afirma que a inserção da proposta junto com a habilitação “compromete o sigilo da proposta comercial”. Esse fundamento não corresponde ao que efetivamente ocorreu no sistema e decorre de equívoco sobre a dinâmica da inversão de fases adotada.

Na sistemática de inversão de fases do presente certame, o rito procede em três momentos distintos e sequenciais: (i) todos os licitantes submetem simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta comercial; (ii) o Pregoeiro analisa exclusivamente a documentação de habilitação — nessa fase, nenhum licitante tem acesso aos documentos ou propostas dos demais, e somente o Pregoeiro acessa os arquivos submetidos; e (iii) encerrada a análise documental, o sistema passa à fase de lances (sistema aberto), quando então todos os licitantes tomam ciência das propostas iniciais de cada participante.

Portanto, durante a fase de análise documental — único momento em que a proposta da Recorrente estava inserida junto com a habilitação —, o conteúdo da proposta era acessível exclusivamente ao Pregoeiro. Nenhum outro licitante tinha acesso aos documentos submetidos pela Recorrente. O sigilo em relação aos demais participantes — que é exatamente o bem jurídico protegido pelo item 8.1.7 — não foi violado em qualquer momento. O Pregoeiro, por sua vez, tem acesso natural às propostas em qualquer sistemática de pregão, de forma que a inserção no campo errado não lhe revelou qualquer informação à qual não tivesse acesso de qualquer forma.

A proposta somente se tornaria pública para todos os licitantes no momento da abertura da fase de lances, exatamente como previsto no rito. Esse momento ocorreria da mesma forma independentemente de o documento ter sido inserido no campo de habilitação ou no campo específico de proposta. Não houve, portanto, antecipação do conhecimento da proposta por nenhum concorrente, não houve assimetria de informações entre os licitantes e não houve qualquer prejuízo concreto ao certame. O despacho afirmou

PROCESSO Nº 15402
FLS. 05
ASSINATURA



comprometimento ao sigilo sem demonstrar, em qualquer linha, de que forma e a quem o conteúdo da proposta foi indevidamente revelado, ou seja, ausência de motivação concreta que torna o fundamento inválido.

II.2. Falha demonstrada pelo resultado sistêmico: 6 de 9 empresas com o mesmo “erro”

Seis das nove empresas participantes inseriram a proposta comercial junto com a documentação de habilitação. Quando dois terços dos participantes de um pregão cometem o mesmo erro operacional numa plataforma eletrônica, a conclusão técnica não é que todas as empresas falharam individualmente — é que a plataforma não disponibilizou campo separado suficientemente distinto e claramente identificado, ou que a configuração da inversão de fases não foi adequadamente implementada pelo Pregoeiro no sistema.

II.3. Vício formal sanável — art. 9º, §1º, da Lei nº 14.133/2021

Independentemente dos fundamentos anteriores, a inserção da proposta no campo errado é vício estritamente formal que não afeta o conteúdo, a substância ou a idoneidade da proposta. O art. 9º, §1º, da Lei nº 14.133/2021 determina que vícios formais que não afetem o conteúdo e a idoneidade da proposta comportam correção. O Pregoeiro deveria ter concedido prazo para a regularização antes de inabilitar.

*“Não se deve inabilitar licitante por irregularidade de natureza formal, sem que antes seja dada oportunidade de corrigi-la.”
(TCU — Acórdão nº 2.846/2015 — Plenário)*

III. DO SEGUNDO FUNDAMENTO — ITEM 17.1.7: PRAZO DO SEGURO-GARANTIA DE PROPOSTA

III.1. A garantia cobre 91 dias e supera em 1 dia a validade da proposta de 90 dias

O primeiro despacho de desclassificação (10/07/2026, 11h02m) identificou corretamente que a apólice do seguro-garantia da Recorrente cobre o período de 09/07/2026 a 08/10/2026. Esse período corresponde a 91 (noventa e um) dias corridos. O item 9.10 do Edital fixou a validade da proposta em 90 (noventa) dias a contar da data de apresentação (09/07/2026), ou seja, até 07/10/2026. O confronto é definitivo:

MRC Entretenimento Promoções e Eventos Ltda CNPJ 18.608.503/0001-00

Endereço: Av. das Américas 500, bloco 14/104 – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ CEP:22.640-100

PROCESSO Nº 13402
FLS. 06
ASSINATURA E CARIMBO



PROPOSTA válida até: 07/10/2026 (90 dias a partir de 09/07/2026)

GARANTIA válida até: 08/10/2026 (91 dias a partir de 09/07/2026)

SALDO da garantia: +1 dia além da proposta

Item 17.1.7 exigiria até: 06/01/2027 (180 dias a partir de 10/07/2026)

Dias sem risco exigidos: 91 dias sem proposta, sem objeto, sem causa

A garantia da Recorrente cobre 100% do período de risco real e ainda ultrapassa a proposta em um dia. A exigência de cobertura até 06/01/2027 representa 91 dias adicionais durante os quais a proposta já expirou, o risco cessou e a garantia não tem objeto segurado — obrigação sem causa vedada pelo art. 58 c/c art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

III.2. Contradição interna do Edital — itens 9.10 e 17.1.7 são irreconciliáveis

O mesmo instrumento convocatório que fixou proposta de 90 dias (item 9.10) exigiu garantia de 180 dias (item 17.1.7). A garantia acessória não pode sobreviver ao principal que lhe dá causa e finalidade. A contradição interna do edital deve ser interpretada em favor do licitante de boa-fé que adotou a solução materialmente coerente: cobrir exatamente o período durante o qual sua proposta é vinculante. O despacho invocou o art. 64 da Lei nº 14.133/2021 como fundamento para negar o saneamento — dispositivo que trata de negociação pós-julgamento e não contém qualquer vedação ao saneamento de vícios formais em documentos já apresentados.

IV. DO TERCEIRO FUNDAMENTO — ITENS 12.4.1.3 E 12.4.1.4: QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

IV.1. Nulidade do parecer técnico da Secretaria Municipal de Educação de Araruama

O fundamento mais grave do despacho de inabilitação é a adoção de manifestação técnica emitida pela Secretaria Municipal de Educação de

PROCESSO Nº 15402
FLS. 02
ASSINATURA E CARIMBO

Araruama para avaliar a capacidade técnico-operacional da Recorrente em serviços de organização de eventos, infraestrutura de palcos, sonorização, iluminação cênica, cenografia e logística cultural.

O parecer da Secretaria de Educação sobre capacidade técnica em produção de eventos é materialmente nulo. O Pregoeiro, ao adotar suas conclusões como fundamento da inabilitação sem qualquer ressalva, transferiu ao ato decisório o mesmo vício de origem. Sete das oito inabilitações desta sessão usam esse mesmo parecer — demonstrando que o vício não é isolado, mas estrutural e sistêmico.

IV.2. A contradição que destrói o parecer: a Secretaria de Educação de MARICÁ já atestou que a MRC executou uma feira literária com plena capacidade técnica

O Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Maricá — através de sua Secretaria de Educação — em 20 de março de 2026 (Processo Administrativo nº 7131/2025) certifica que a MRC Entretenimento executou de forma “regular, satisfatória e dentro dos padrões técnicos exigidos” os serviços de planejamento, organização, produção e operação de estruturas para a Olimpíada Brasileira de Robótica — OBR 2025 e para a “Festa Literária Internacional de Maricá — FLIM 2025”, pelo valor total de R\$ 18.316.216,75.

A contradição é irrefutável: a Secretaria de Educação de Araruama avalia que a MRC não tem capacidade técnica para realizar uma feira literária em Araruama. Mas a Secretaria de Educação de Maricá, órgão da mesma natureza, com as mesmas atribuições, já atestou que a MRC realizou a FLIM, uma “Festa Literária Internacional de Maricá” — evento de mesma natureza e escopo que a “Araruama Literária 2026” — com valor contratual de R\$ 18,3 milhões e pleno atendimento técnico. A divergência entre os dois pareceres de órgãos equivalentes sobre o mesmo tipo de capacidade da mesma empresa não pode ser resolvida em desfavor da Recorrente.

Adicionalmente, o Atestado da FLIM especifica os seguintes serviços executados, todos presentes no Lote 1 do presente certame: locação de tendas, palcos e estruturas metálicas e treliças; painéis de LED e sistemas audiovisuais; equipamentos de sonorização de grande, médio e pequeno porte; iluminação

PROCESSO Nº 15402

FLS. 08

ASSINATURA E CARIMBO



cênica, decorativa e técnica para eventos; geradores de energia e infraestrutura elétrica; arquibancadas, mobiliários e climatização; banheiros químicos e containers sanitários; estruturas modulares de piso, tablado e praticáveis; equipamentos de informática e projeção; serviços de filmagem e transmissão simultânea; equipe técnica especializada entre outros itens.

IV.3. A Recorrente comprova qualificação técnica por valor supera em mais de 800% o critério exigido para os Lotes 01 e 02 combinados

O edital permite a comprovação da qualificação técnica “por quantitativos ou pelos valores estimados” (itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4). A análise pelo critério de valor é objetiva e incontestável:

Valor estimado Lote 01:	R\$ 3.322.118,09
Valor estimado Lote 02:	R\$ 1.110.706,56
SOMA Lotes 01 + 02:	R\$ 4.432.824,65
Exigência (50% Lotes 01 + 02):	R\$ 2.216.412,33
Atestado FLIM 2025 e OBR 2025 (Maricá):	
	R\$ 18.316.216,75

O único Atestado da FLIM 2025 e OBR 2025 por si só, corresponde a 826% do mínimo exigido pelo critério de valor. Ou seja, a MRC comprova, por meio da execução desses eventos, capacidade técnica suficiente para atender, isoladamente, às exigências mínimas de ambos os lotes, superando o quantitativo mínimo exigido quando considerados em conjunto. A conclusão da Secretaria de Educação de Araruama de que “a documentação comprovou apenas parte dos componentes estruturantes” é incompatível com os fatos documentados.

IV.4. O Atestado da Festa do Tomate 2026 comprova qualificação técnica por quantitativos, emitido pelo órgão tecnicamente competente — a Secretaria de Turismo

O Atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Paty do Alferes em 08/07/2026, através de sua Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Estratégico — órgão tecnicamente competente para a matéria — certifica a

MRC Entretenimento Promoções e Eventos Ltda CNPJ 18.608.503/0001-00

Endereço: Av. das Américas 500, bloco 14/104 – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ CEP:22.640-100

PROCESSO Nº 15402
FLS. 09
ASSINATURA E CARIMBO



execução pela MRC da 36ª Festa do Tomate 2026, com público autorizado de 29.990 pessoas por dia, realizada de 3 a 7 de junho de 2026 (5 dias), com os seguintes quantitativos:

- Infraestrutura: 1 palco em alumínio 18x14m com house mix, 1 palco em alumínio 10x8m, 3.000m² piso tabalado, 2.500m² piso easyfloor, 128m² piso deck, 64m² piso praticável, 180 barricadas, 900m² carpete, 600 fechamentos metálicos, 500 grades, 1.800m/l box truss;
- Tendas: 15 tendas 3x3m, 12 tendas 4x4m, 20 tendas 5x5m, 15 tendas 6x6m, 6 tendas 8x8m, 11 tendas 10x10m, 1 camarote 15x50m² em cobertura treliçada 2 águas, 1 camarote gelspace 27,5x62m;
- Audiovisual e energia: 2 sistemas de som de grande porte com fly, 1 som de grande porte, 5 iluminações de grande porte, 210m² painel de LED, 4 geradores 250 KVA, 2 geradores 180 KVA, 1 gerador 150 KVA, 2 torres de delay, som de linha, som médio porte com backline, 5 kits de iluminação cênica;
- ARTs de responsabilidade técnica por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem, instalação elétrica, aterramento e ignifugação das lonas — comprovando a exigência de quadro técnico qualificado;
- Evento com artistas de notório reconhecimento nacional: Deive Leonardô, Maria Marçal, Lauana Prado, Luísa Sonza, Natanzinho Lima, Zezé Di Camargo, entre outros;
- Cenografia, comunicação, ambientação, organização de produção e logística completa.

O confronto entre os quantitativos da Festa do Tomate 2026 e os Lotes 01 e 02 do Edital de Araruama demonstra equivalência técnica superior a 100% em praticamente todos os itens: palcos de porte equivalente ou superior, quantidade de tendas igual ou maior, sistemas audiovisuais de grande porte, geradores, pisos modulares, cenografia e artistas nacionais. Este atestado, emitido pela Secretaria Municipal de Turismo, comprova de forma robusta a plena capacidade técnico-operacional da empresa. A relevância, a dimensão e a complexidade do evento também podem ser verificadas por meio de registros públicos disponíveis em sites de busca, inclusive fotografias que evidenciam a

MRC Entretenimento Promoções e Eventos Ltda CNPJ 18.608.503/0001-00

Endereço: Av. das Américas 500, bloco 14/104 – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ CEP:22.640-100

grandiosidade da estrutura montada e a amplitude do material cenográfico empregado.

IV.5. Junção dos atestados: comprovação integral por valor e por quantitativos, muito além do mínimo exigido

A combinação desses dois atestados apresentados — FLIM 2025 (Maricá, R\$ 18.316.216,75, feira literária, Secretaria de Educação) e Festa do Tomate 2026 (Paty do Alferes, público de 100 mil pessoas, Secretaria de Turismo) — já comprovariam a qualificação técnica da Recorrente por ambos os critérios admitidos pelo edital: por valor (826% acima do mínimo) e por quantitativos (cobertura de praticamente todos os itens dos Lotes 01 e 02). Cumpre destacar que, além do atestado ora analisado, a licitante apresentou diversos outros atestados de capacidade técnica, incluindo os relativos à Expo Petrópolis 2025, à Festa do Tomate 2025, à Cidade PCD 2018 e ao Carnaval 2018. Em conjunto, tais documentos demonstram, de forma inequívoca, a ampla experiência técnico-operacional da empresa na execução de eventos de grande porte, reforçando o pleno atendimento às exigências de qualificação técnica estabelecidas no edital. Diante desses documentos, a conclusão de que a MRC “comprovou apenas parte dos componentes estruturantes” é objetivamente incompatível com a realidade. A única explicação possível para tal conclusão é a incompetência técnica da Secretaria de Educação para avaliar o objeto — o que reforça a tese de nulidade do parecer por incompetência *ratione materiae*.

V. DA NULIDADE SISTÊMICA DO RESULTADO

O resultado de 8 de 9 empresas inabilitadas, somado à evidência de que a Recorrente comprova qualificação técnica em mais de 800% do exigido pelo critério de valor, demonstra que os fundamentos de inabilitação foram aplicados de forma desproporcional, sem a análise técnica adequada e com base em parecer de órgão incompetente. A manutenção desse resultado implicaria a adjudicação de contrato de R\$ 9,7 milhões a empresa única, em certame no qual a MRC Entretenimento foi afastada por vícios formais sanáveis e por avaliação técnica nula.

PROCESSO Nº 15402
FLS. 10
ASSINATURA E CARIMBO

PROCESSO Nº 15902

FOL. 11

ASSINATURA E CARIMBO

VI. DA IRREGULARIDADE GRAVÍSSIMA NA HABILITAÇÃO DA SS REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA — ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADO EM NOME DE EMPRESA DIVERSA — NULIDADE DA HABILITAÇÃO E INDÍCIO DE FALSIDADE DOCUMENTAL (arts. 155, IV, e 158 da Lei nº 14.133/2021)

VI.1. O atestado apresentado pela única licitante habilitada não guarda qualquer relação com ela

Da análise dos documentos de habilitação da SS Representações e Serviços Ltda (CNPJ 16.930.288/0001-33), única licitante declarada habilitada neste certame, identificou-se irregularidade de gravidade excepcional: o Atestado de Capacidade Técnica apresentado como prova de qualificação técnico-operacional não é emitido em favor da SS Representações, tampouco faz qualquer menção a ela.

O documento em questão é um Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa 3 DE COPAS PROPAGANDA E MARKETING LTDA (CNPJ 34.959.272/0001-35), com sede na Rua Assembleia, nº 34, Sala 503, Centro, Rio de Janeiro/RJ, datado de 9 de julho de 2026, atestando a capacidade técnica da empresa CRIAÇÃO EVENTOS SERVIÇOS E LOCAÇÃO LTDA (CNPJ 33.727.255/0001-00). O CNPJ da SS Representações (16.930.288/0001-33) não consta em lugar nenhum do documento — nem como emitente, nem como destinatária, nem em qualquer menção incidental.

Em síntese: a única empresa habilitada neste certame apresentou, como prova de sua qualificação técnica, um atestado emitido por uma empresa em favor de uma terceira empresa, totalmente diversa da licitante. O Pregoeiro aceitou esse documento e declarou a SS Representações habilitada — enquanto inabilitava oito outras empresas com base em critérios rigorosos de análise documental.

VI.2. O Pregoeiro violou o dever de diligência ao aceitar documento de empresa estranha como prova de qualificação da licitante

O art. 64 da Lei nº 14.133/2021 — o mesmo dispositivo invocado pelo Pregoeiro para negar saneamento à Recorrente — confere à Administração o poder-dever de realizar diligências para esclarecer ou complementar a instrução

PROCESSO Nº

15402

RES.

12

BO



do processo. Diante de um atestado que menciona empresa diversa da licitante, o Pregoeiro tinha obrigação de solicitar esclarecimentos antes de deliberar sobre a habilitação da SS Representações.

Ao invés disso, o Pregoeiro: (a) aceitou como válido um atestado que não pertence à licitante; (b) declarou a SS Representações habilitada com base nesse documento; e (c) simultaneamente indeferiu pedidos de saneamento de vícios muito menores das 8 empresas inabilitadas. O tratamento diametralmente oposto aplicado à única empresa habilitada configura afronta ao princípio da isonomia e reforça o indício de direcionamento do certame.

VI.3. Apresentação de atestado de empresa estranha configura indício de falsidade documental e implica desclassificação imediata com aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021

A apresentação de documento que atesta a capacidade técnica de empresa diversa como se fosse prova da própria capacidade configura, ao menos, as seguintes irregularidades:

- Vício de inabilitação: um atestado de empresa estranha não comprova a qualificação técnica da licitante. Se a SS Representações não possui atestados em seu próprio nome que comprovem capacidade técnico-operacional compatível com os Lotes 01 e 02, ela deveria ter sido inabilitada — pelos mesmos critérios aplicados às demais 8 empresas;
- Indício de declaração ou apresentação de documento falso (art. 155, IV, da Lei nº 14.133/2021): apresentar atestado de outra empresa como se fosse prova de capacidade própria caracteriza, em tese, o uso de documento pertencente a terceiro para fins fraudulentos, conduta tipificada como infração grave sujeita às sanções do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, incluindo a declaração de inidoneidade para licitar pelo prazo de 3 a 6 anos (art. 158), além de eventual responsabilização penal nos termos do art. 337-L do Código Penal;
- Tratamento desigual flagrante: o Pregoeiro aplicou escrutínio rigoroso aos documentos das 8 empresas inabilitadas, identificando minutas de apólice, percentuais de qualificação e campos de inserção de proposta, mas não identificou — ou ignorou — o fato de que o atestado da única

PROCESSO Nº 15402
FLS. 13
ASSINATURA E CARIMBO



habilitada pertence a outra empresa. Esse comportamento seletivo é incompatível com os princípios da isonomia e da impessoalidade.

A irregularidade é suficiente, por si só, para anular a habilitação da SS Representações e determinar a reabertura da fase de habilitação com a exigência de documentação genuína de todos os licitantes.

VII. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Recorrente:

- o PROVIMENTO INTEGRAL do presente recurso, com o consequente reconhecimento da nulidade da decisão de inabilitação proferida em 16/07/2026;
- quanto ao Fundamento 1 (item 8.1.7): reconhecimento de que não houve violação material ao sigilo e de que o vício é formal, sanável nos termos do art. 9º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, sem comprometimento do conteúdo ou idoneidade da proposta;
- quanto ao Fundamento 2 (item 17.1.7): reconhecimento de que a garantia de 09/07/2026 a 08/10/2026 (91 dias) cobre integralmente o período de risco real da proposta (90 dias), sendo materialmente adequada; alternativamente, concessão de prazo para endosso estendendo a vigência da apólice;
- quanto ao Fundamento 3 (itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4): declaração de nulidade do parecer técnico da Secretaria Municipal de Educação de Araruama e reconhecimento de que os Atestados apresentados pela MRC Entretenimento comprovam plena qualificação técnica, por valor e por quantitativos, muito acima dos mínimos exigidos pelos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital;
- Diante dos indícios de inconsistências identificados, requer-se que seja promovida diligência, nos termos da Lei nº 14.133/2021, para averiguar a autenticidade, a veracidade e a regularidade de todos os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa SS Representações e Serviços Ltda., mediante confirmação junto aos órgãos e entidades

emitentes, bem como da efetiva execução dos serviços e dos quantitativos atestados.

- em qualquer caso, o PROSSEGUIMENTO DO CERTAME com a participação regular da Recorrente na fase de lances.

Nestes termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2026.

MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA

CNPJ: 18.608.503/0001-00

Rodrigo Hosannah Cordeiro — Representante Legal

PROCESSO Nº 15402
FLS. 14
ASSINATURA E CARIMBO

MRC Entretenimento Promoções e Eventos Ltda CNPJ 18.608.503/0001-00

Endereço: Av. das Américas 500, bloco 14/104 – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ CEP:22.640-100

Pag. 01/17



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1036407-3

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

2026/00230697-0

05/02/2026 14:53:52

JUCERJA

Último arquivamento:

00007396888 - 29/12/2025

NIRE: 33.2.1036407-3

MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA

Boleto(s): 105357214

Hash: B389A13C-C82C-4F32-BAEE-E427C17E6779

Orgão	Calculado	Pago
Junta	650,00	650,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código
do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

Requerente

Nome:	RODRIGO HOSANNAH CORDEIRO
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	21998069855
E-mail:	rhcordeiro@yahoo.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	05/02/2026
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

05/02/2026

Data



2026/00230697-0

PROCESSO Nº 15/02
FLS. 16
ASSINATURA E CARIMBO

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA

NIRE: 33.2.1036407-3 Protocolo: 2026/00230697-0 Data do protocolo: 05/02/2026

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/02/2026 SOB O NÚMERO 00007577730 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: CD737BC9E61053E4ACC01A4A2DE3DE5734F8F0BCD6483E30FCE0E33218FDB64A

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/17

**9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA"
NIRE 33210364073 CNPJ 18.608.503/0001-00**

RODRIGO HOSANNAH CORDEIRO [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

MARCOS REZENDE GOMES [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

Únicos sócios da sociedade empresária limitada sob denominação social de "MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA", podendo também utilizar o nome fantasia "VIVERE ENTRETENIMENTO", com endereço na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Avenida das Américas, nº 500, Bloco 18, sala 208, bairro Barra da Tijuca, CEP 22.640-100, inscrita no CNPJ nº. 18.608.503/0001-00, e com seu ato constitutivo original registrado e arquivado na JUCERJA sob o nº. 33210364073 em 02/08/2013 resolvem de comum acordo proceder a sua Nona Alteração Contratual sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

Neste ato é alterado o endereço da empresa para a **AVENIDA DAS AMÉRICAS, 500, BLOCO 14, LOJA 104, BAIRRO BARRA DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO/RJ, CEP 22640-904.**

CLÁUSULA SEGUNDA: ADMISSÃO DE SÓCIO

A sociedade, tendo em vista a integralização de 2.000.000 (dois milhões) quotas no total, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), pelo sócio **RODRIGO HOSANNAH CORDEIRO**, na empresa **MONTANA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA**, sociedade empresarial com sede e foro à cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. Situada à Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1.235, sala 303. Leblon. CEP: 22.440-034, registrada na JUCERJA sob o CNPJ nº 64.634.860/0001-60 e NIRE 33214528623, representada neste ato por seu administrador **RODRIGO HOSANNAH CORDEIRO** [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

[REDACTED] tendo em vista a integralização de 2.000.000 (dois milhões) quotas no total, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), pelo sócio **MARCOS REZENDE GOMES**, na empresa **MONTANA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA**, sociedade empresarial com sede e foro à cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro.

PROCESSO Nº 15402

FLS. 17

1

ASSINATURA [REDACTED]



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MRC ENTRETENIMENTO PROMOCÇÕES E EVENTOS LTDA

NIRE: 332.1036407-3 Protocolo: 2026/00230697-3 Data do protocolo: 05/02/2026

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/02/2026 SOB O NÚMERO 00007577730 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: CD737BC9E61053E4ACC01A4A2DE3DE5734F8FCBCD6483E30FCE0E33218FEB64A

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/canceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 03/17

9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA"
NIRE 33210364073 CNPJ 18.608.503/0001-00

Situada à Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1.235, sala 303. Leblon. CEP: 22.440-034, registrada na JUCERJA sob o CNPJ nº 64.634.860/0001-60 e NIRE 33214528623, representada neste ato por seu administrador RODRIGO HOSANNAH CORDEIRO [REDACTED]

[REDACTED] atualiza seu quadro societário para referendar a nova composição societária da empresa.

Após a integralização de quotas fica o capital assim distribuído:

Sócios	Quotas	Valor	%
RODRIGO HOSANNAH CORDEIRO	2.000.000	R\$ 2.000.000,00	25%
MARCOS REZENDE GOMES	2.000.000	R\$ 2.000.000,00	25%
MONTANA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA	4.000.000	R\$ 4.000.000,00	50%
Total	8.000.000	R\$ 8.000.000,00	100%

Parágrafo Primeiro: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições, preço e direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Segundo: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Com as modificações havidas neste ato, a sociedade resolve proceder à consolidação do seu Contrato Social conforme se segue:

RODRIGO HOSANNAH CORDEIRO [REDACTED]

MARCOS REZENDE GOMES [REDACTED]

PROCESSO Nº 15402
FLS. 18
ASSINATURA [REDACTED]

2



**9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA"
NIRE 33210364073 CNPJ 18.608.503/0001-00**

MONTANA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA, sociedade empresarial com sede e foro à cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. Situada à Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1.235, sala 303. Leblon. CEP: 22.440-034, registrada na JUCERJA sob o CNPJ nº 64.634.860/0001-60 e NIRE 33214528623, representada neste ato por seu administrador, **RODRIGO HOSANNAH CORDEIRO**, [REDACTED]

Únicos sócios da sociedade empresária limitada sob denominação social de "**MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA**", podendo também utilizar o nome fantasia "**VIVERE ENTRETENIMENTO**", com endereço à Avenida das Américas, nº 500, Bloco 14, loja 104, bairro Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.640-904, inscrita no CNPJ nº. 18.608.503/0001-00, e com seu ato constitutivo original registrado e arquivado na JUCERJA sob o nº. 33210364073 em 02/08/2013, resolvem proceder a Consolidação do Contrato Social sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEU USO

A sociedade gira sob a denominação social de "**MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA**", podendo também utilizar o nome fantasia "**VIVERE ENTRETENIMENTO**", da qual somente poderão fazer uso os sócios, no limite de suas atribuições, sendo expressamente vedado o seu uso para fins alheios aos objetivos da sociedade, inclusive em abonos, avais, fianças, endossos, e outras operações de favor, mesmo que sejam em benefício dos sócios, respondendo a parte infratora aos demais sócios pelo uso indevido e pelos atos praticados em violação do contrato e da lei.

CLÁUSULA SEGUNDA: SEDE E FILIAL

A matriz tem a sua sede e foro na cidade do **Rio de Janeiro/RJ**, à **Avenida das Américas, nº 500, bloco 14, loja 104, bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-904**.

A filial 01, tem a sua sede e foro na cidade **Maricá/RJ**, À **Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, 0, Quadra B, Lote 9, bairro São José do Imbassai, CEP 24931-000, CNPJ.: 18.608.503/0002-90, inscrita no NIRE 33901767082 em 17/12/2019.**

PROCESSO Nº 15402
FLS. 19
[ASSINATURA]
ASSINATURA E CARIMBO

3

9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA"
NIRE 33210364073 CNPJ 18.608.503/0001-00

CLÁUSULA TERCEIRA: OBJETIVO SOCIAL DA MATRIZ E DA FILIAL

O objetivo da matriz e filial é o de serviço e produção de organização de feiras e eventos, congressos, exposições e festas, organização e produção de shows e ações promocionais (8230-0/01); produção e promoção de eventos esportivos (9319-1/01); produção cultural, de artes cênicas e espetáculos (9001- 9/99); instalações ou montagens de estandes para feiras e eventos diversos, montagem e desmontagem de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário (4399-1/02, 4292-8/01); aluguel de andaimes (7732-2/02); de carpetes (7729-2/02); de palcos, coberturas, estandes para qualquer uso e outras estruturas de uso temporário (7739-0/03); produção de arte, coordenação, iluminação, fotografias, edição de imagens textos, mixagem, sonorização, locução e apresentações, narrações e participações, assessoria promocional, social e publicitária, podendo ainda contratar e gerenciar pessoal técnico destinado a serviços de suas produções ou de terceiros e tudo mais que for afim (9001-9/06); serviços de locação de automóveis, locação de micro ônibus, ônibus e utilitários (vans) para excursões city tour, traslado e viagens em todo o território nacionais, atividades auxiliares de transportes terrestres (7711- 0/00 , 7719-5/99); serviços de Buffet e ou contratação do mesmo (5620-1/02); produção artísticas (9001-9/01); produções esportivas (9319-1/01), planejamento e consultoria em propaganda e publicidade (7319-0/04) marketing em geral (7319- 0/03), workshop, palestras e atividades sócio cultural (8599-6/04); locação de toda estrutura tubular necessária para realização de eventos de grande porte médio e pequeno porte, toda infraestrutura para eventos tais como: palco, stands, octanormes, camarins, camarotes, arquibancadas, cadeiras e bancos, telões, sanitários químicos, sonorização e iluminação de grande, médio e pequeno porte (7739-0/03); tradução simultânea em diversos idiomas (7490-1/01); gravação e edição de áudio e trilhas sonoras (7420-0/04); agenciamentos de atores/atrizes, modelos, figurantes e profissionais de arte (7490-1/05); serviços de foto gráficos, filmagens e fotografia para eventos e produtos em geral (7420-0/04); instalação e manutenção de segurança eletrônica, venda e locação de equipamentos para segurança em geral e de geradores (4759-8/99, 7739-0/99), serviços elétricos, especialização em engenharia elétrica, iluminação pública, iluminação decorativa, instalação de redes elétricas e todos e quaisquer serviços de eletricidade (4321-5/00); produção televisiva e cinematográfica (5911-1/02); produção musical (9001-9/02); teatral (9001-9/01); dança (9001-9/03); atividades circenses em geral (9001-9/04); locação e venda de equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos e afins, equipamentos de áudio e video, tais como: câmeras, filmadoras sonorização profissional, iluminação profissional. projetores, painel e placares eletrônicos e todos os equipamentos eletroeletrônicos e broadcasting (4753-9/00, 7729-2/02) serviços de telecomunicação, transmissão de dados, transmissão digital, transmissão ao vivo, via

PROCESSO Nº 15402
FLS. 29
ASSINATURA E CARIMBO

4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA
NIRE: 332.1036407-3 Protocolo: 2026/00230697-0 Data do protocolo: 05/02/2026
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/02/2026 SOB O NUMERO 00007577730 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: CD737BC9E61053E4ACC01A4A2DE3DE5734F8FCBCD6483E30FCE0E33218FDB64A
Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/canceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 06/17

9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA"
NIRE 33210364073 CNPJ 18.608.503/0001-00

satélite e internet (6190-6/99); prestação de serviços de mão de obra especializada e terceirização (7820-5/00); serviços de agencia de turismo, realização de tours guiados, planejamento e execução de excursões turísticas, seleção, contratação e treinamento de guias turísticos, emissão, remarcação e cancelamento de bilhetes de viagens, nacionais, internacionais aéreas, marítimas e rodoviárias, serviços de emissão, cancelamento, remarcação de hospedagens nacionais e internacionais em hotéis (7911-2/00).

CLÁUSULA QUARTA: DURAÇÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES SOCIAIS

A duração da sociedade continua sendo por tempo indeterminado, e o início de suas atividades se deu no dia **02 DE AGOSTO DE 2013**, podendo a mesma abrir filiais em qualquer localidade do Território Nacional.

CLÁUSULA QUINTA: CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) divididos em 8.000.000 (oito milhões) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já subscritas e totalmente integralizadas em moeda corrente nacional pelos sócios, sendo distribuídos da seguinte maneira:

Sócios	Quotas	Valor	%
RODRIGO HOSANNAH CORDEIRO	2.000.000	R\$ 2.000.000,00	25%
MARCOS REZENDE GOMES	2.000.000	R\$ 2.000.000,00	25%
MONTANA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA	4.000.000	R\$ 4.000.000,00	50%
Total	8.000.000	R\$ 8.000.000,00	100%

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, nos termos do artigo 1052 da Lei nº 10406 de 10/01/2002.

Parágrafo Segundo: As obrigações dos sócios começaram imediatamente com a assinatura do contrato primitivo, e terminam quando liquidada a sociedade e se extinguirem as responsabilidades sociais.

CLÁUSULA SEXTA: ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade é exercida somente pelo sócio **RODRIGO HOSANNAH CORDEIRO**, que assina pela sociedade.

PROCESSO Nº 15402
FLS. 21
ASSINATURA E CARIMBO

5



9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA"
NIRE 33210364073 CNPJ 18.608.503/0001-00

Parágrafo Primeiro: O administrador fica investido, neste ato, dos poderes de administração e gerência conferidos pela Lei e por este Contrato Social para a prática de todos os atos necessários ao funcionamento regular da sociedade, sempre no interesse da sociedade, sendo vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social, assim como prestar fiança ou aval a terceiros, em nome da sociedade.

Parágrafo Segundo: Será indispensável a prévia aprovação, em Reunião de Sócios, pelos votos correspondentes à maioria absoluta do capital social, no mínimo, para a prática de quaisquer atos pelos administradores que extrapolem os poderes que lhes foram conferidos na Lei, neste Contrato Social e nos demais documentos que integrarão a presente sociedade, especialmente pelo Acordo de cotistas.

Parágrafo Terceiro: Ao administrador é vedado fazer-se substituir no exercício de suas funções, sendo-lhe facultado, nos limites de seus poderes, constituir procuradores da sociedade, desde que especificado no instrumento de mandato os atos e operações que poderão praticar.

Parágrafo Quarto: Se a ausência do administrador for definitiva a administração da sociedade caberá a outros administradores, designados pelos sócios, observando-se sempre o disposto no artigo 1.061 do Código Civil.

Parágrafo Quinto: Os Sócios poderão designar terceiros não sócios para exercerem a administração social.

Parágrafo Sexto: Fica dispensada a sociedade de promover alteração contratual, podendo adotar instrumento deliberativo firmado pelo administrador, para a abertura de novas filiais nos moldes da instrução de normativa 38/17, remuneração dos sócios, constituição de procuradores judiciais e designação de novos administradores.

CLÁUSULA SÉTIMA: REPRESENTAÇÃO

A sociedade será representada ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, em todos os atos que envolvam seus interesses e funcionamento, relativos aos seus fins e pelo Administrador(es) da sociedade.

Parágrafo Primeiro: Caberá aos sócios em conjunto a assinatura para aquisição ou alienação de bens moveis ou imóveis, contratação de empréstimos, fianças, hipoteca, caução, penhor, endosso ou quaisquer outras garantias.

Parágrafo Segundo: As procurações com cláusula ad judícia poderão conter autorização para substabelecimento, prazo de vigência indeterminado, e sempre com poderes específicos.

PROCESSO Nº 15402
FLS. 22
ASSINATURA E CARIMBO

6

9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA"
NIRE 33210364073 CNPJ 18.608.503/0001-00

Parágrafo Terceiro: As procurações com a finalidade de representação perante órgãos públicos e entidades congêneres, para a prática de atos que não envolvam ou impliquem na assunção de responsabilidades e ou obrigações para a companhia, assim como as cartas de preposição para representação em juízo, em ações de qualquer natureza, poderão conter autorização para o procurador ou preposto agir individualmente, desde que tenham poderes específicos.

Parágrafo Quarto: Todas as procurações deverão conter poderes específicos, prazo de vigência não superior a 02 (dois) anos, sendo vedado o substabelecimento, exceto com a procuração com poderes ad judícia.

Parágrafo Quinto: São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito, portanto, ineficazes em relação à companhia, quaisquer atos praticados por quaisquer diretores, procuradores ou empregados sem a devida autorização ou outorga de poderes, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, ou em qualquer representação não autorizada, inclusive em aval, fiança, hipoteca, caução, penhor, endosso ou quaisquer outras garantias, assinaturas de cartas, requerimentos, recepção de quaisquer documentos, citações, intimações, interpelações ou notificações judiciais ou extrajudiciais e, em qualquer lugar, sem que tenham sido prévia e expressamente autorizados ou aprovados nos termos deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos previstos no artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA NONA: REUNIÃO DE SÓCIOS

Os sócios reunir-se-ão, ordinariamente, até o último dia útil do mês de abril de cada ano, nos termos do art. 1.078 do Código Civil, com o objetivo de aprovar as contas do exercício anterior e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico, bem como, extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, devendo ser observados os Acordos de Quotistas arquivados na sede da Sociedade, se existentes.

Parágrafo Primeiro: As deliberações dos sócios serão tomadas em Reuniões de Sócios convocadas pelos administradores, pelo Conselho Fiscal, se houver, ou por sócios que representem pelos menos a maioria do capital social, nos casos previstos em Lei, sempre que se fizerem necessárias, mediante envio de Notificação com Aviso de Recebimento (AR) aos endereços constantes do preâmbulo

PROCESSO Nº 15402
FLS. 23
ASSINATURA E CARIMBO

7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA

NIRE: 332.1036407-3 Protocolo: 2026/00230697-0 Data do protocolo: 05/02/2026

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/02/2026 SOB O NÚMERO 00007577730 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: CD737BC9E61053E4ACC01A4A2DE3DE5734F8F0BCD6483E30FCE0E33218FDB64A

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 09/17

9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA"
NIRE 33210364073 CNPJ 18.608.503/0001-00

deste Contrato, devendo mediar entre a data de envio da Notificação e a de realização da Reunião o prazo mínimo de 8 (oito) dias, para a primeira convocação, e de 5 (cinco) dias, para as posteriores.

Parágrafo Segundo: A notificação com aviso de recebimento poderá ser substituída por comunicação eletrônica, por e-mail, intranet ou qualquer meio eletrônico de comunicação, desde haja ciência inequívoca do notificado acerca de todos os dados que conter-se-iam da notificação escrita.

Parágrafo Terceiro: Havendo alteração do endereço de qualquer sócio, este deverá comunicar tal alteração, previamente e por escrito, aos administradores, mediante envio de notificação ao endereço da sede da Sociedade, sob pena de, não o fazendo, ser considerada como recebida a Notificação encaminhada conforme disposto no Parágrafo Primeiro supra.

Parágrafo Quarto: Dispensam-se as formalidades de convocação previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta cláusula quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quinto: As convocações para as Reuniões de Sócios deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas aos endereços dos sócios, observado o disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo supra, conforme o caso, constando obrigatoriamente o seguinte:

- a) A matéria a ser tratada; e
- b) A data, a hora e o local de sua realização, ficando estabelecido que deverão ser realizadas na sede da sociedade ou em outro local que vier a ser determinado.

Parágrafo Sexto: Compete privativamente à Reunião/Assembleia de Sócios:

- a) A deliberação das matérias relacionadas no caput desta cláusula;
- b) A eleição e a destituição de administrador(es);
- c) A eleição dos membros do Conselho Fiscal, se houver;
- d) O modo de remuneração dos administradores;
- e) A modificação do Contrato Social;
- f) A incorporação, a fusão e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) O pedido de recuperação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Sétimo: A Reunião de Sócios é dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

Parágrafo Oitavo: Para aprovação das matérias abaixo relacionadas será necessário o voto favorável dos sócios, na sua respectiva cota parte da participação global no capital social:

PROCESSO Nº 15402
FLS. 24
ASSINATURA E CARIMBO

8



9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA"
NIRE 33210364073 CNPJ 18.608.503/0001-00

- a) Eleição de administrador não sócio: A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado; e da aprovação dos titulares de cotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização, conforme a redação da Lei 14.451 de 21/09/2022.
- b) As deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social como determinado no artigo 1.071, c/c artigo 1.076, inciso II do Código Civil.
- c) Demais casos não previstos nesta cláusula ou na legislação ou, ainda, em Reunião/Assembleia de Sócios: Maioria absoluta do capital social.

Parágrafo Nono: As deliberações tomadas em conformidade com a Lei e o presente Contrato vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes. Não poderão ser tratadas em Reunião de Sócios as matérias que não estiverem incluídas na convocação, salvo quando sua inclusão para discussão for aprovada pela unanimidade dos sócios.

Parágrafo Décimo: A Reunião de Sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social, e, em segunda, com qualquer número. O sócio pode ser representado por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados e com a firma do outorgante reconhecida em cartório, devendo o instrumento ser levado a registro, juntamente com a ata. Nenhum sócio, por si ou na condição de mandatário, poderá votar matéria que lhe diga respeito diretamente.

Parágrafo Décimo Primeiro: A Reunião de Sócios será presidida e secretariada por sócios escolhidos entre os presentes ou por seus administradores, no caso de sócios pessoa jurídica, ou ainda, se necessário, pelos administradores da Sociedade. Dos trabalhos e deliberações será lavrada ata, no livro de atas.

CLÁUSULA DÉCIMA: REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os sócios poderão fixar, em Reunião de Sócios convocada com esta finalidade e observadas as disposições legais pertinentes, uma retirada mensal, a título de pró-labore, para os administradores da Sociedade sendo esta retirada levada a débito na conta de custos e despesas da Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: RESULTADOS

Ao término de cada exercício social, no dia em 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, que serão levados ao exame dos sócios, na forma prevista neste contrato. Os lucros ou prejuízos apurados

PROCESSO Nº 159102
P.L.S. 25
[Assinatura]
ASSINATURA E CARIMBO

9

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA

NIRE: 332.1036407-3 Protocolo: 2026/00230697-3 Data do protocolo: 05/02/2026

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/02/2026 SOB O NUMERO 0000757730 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: CD737BC9E61053E4ACC01A4A2DE3DE5734F8FCBCD6483E30FCE0E33218FEB64A

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 11/17

9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA"
NIRE 33210364073 CNPJ 18.608.503/0001-00

serão distribuídos aos sócios proporcionalmente à participação de cada um no capital social, podendo os sócios, todavia, aprovar que se contabilize o resultado do exercício em conta de futuro aumento de capital ou a compensação dos prejuízos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: REGÊNCIA SUPLEMENTAR

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos da Lei de Sociedades Anônimas (Lei 6.404/19760), observado os princípios, mesmo aqueles inseridos ao Código Civil, da Lei nº 13.874/2019. Subsidiariamente, aplicar-se-á as normas gerais do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ACORDO DE QUOTISTA/ACIONISTAS E DISTRIBUIÇÃO DESPROPORCIONAL

Os sócios poderão definir, em Acordos de Quotistas, a distribuição desproporcional de lucros e perdas, conforme autorizado pelo art. 1.007 do Código Civil Brasileiro, bem como a compra e venda de suas quotas, a preferência para adquiri-las, o exercício do direito a voto ou do poder de controle, e outras matérias específicas que os sócios ajustarem, sempre por unanimidade, devendo os Acordos de Quotistas ser observados pela sociedade quando arquivados na sua sede, consoante aplicação supletiva do art. 118 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Primeiro: Na falta do Acordo de Quotistas, fica desde já convencionado conforme descrito na clausula decima segunda, que os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, onde os lucros ou prejuízos apurados poderão ser distribuídos de forma desproporcional a participação na sociedade, cabendo aos sócios se reunirem para estipular este percentual, facultando-os determinarem o levantamento de balanços intermediários semestrais, trimestrais ou mensais para distribuir os resultados, após lavratura e registro da respectiva ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE, DIREITO DE RETIRADA, EXCLUSÃO DE SÓCIO, INCAPACIDADE, EXTINÇÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIOS

A Sociedade não se dissolverá pelo falecimento, incapacidade, insolvência ou retirada de um dos sócios, mas continuará seus negócios, com os sócios remanescentes.

Parágrafo Primeiro: A apuração de haveres será realizada de forma independente, por auditoria com pelo menos 10 (dez) anos de mercado) e de renome e custeada pelo sócio dissidente, a qual

PROCESSO Nº 15402
FLS. 26
E. P. A. WIMBO

10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA

NIRE: 332.1036407-3 Protocolo: 2026/00230697-0 Data do protocolo: 05/02/2026

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/02/2026 SOB O NÚMERO 00007577730 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: CD737BC9E61053E4ACC01A4A2DE3DE5734F8FCBCD6483E30FCE0E33216FLB64A

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/canceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 12/17

9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA"
NIRE 33210364073 CNPJ 18.608.503/0001-00

determinará o valor das quotas a serem pagas pela sociedade e da indenização devida caso existente, na forma do artigo 602 do Código de Processo Civil. O capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os demais sócios suprirem o valor das referidas quotas. As quotas liquidadas serão pagas em 36 (trinta e seis) parcelas iguais, atualizadas monetariamente pelo IPCA-E ou índice que o venha substituir, vencendo-se a primeira após 30 (trinta) dias após a entrega do relatório final de apuração de haveres e as demais em igual data dos meses seguintes, salvo acordo, ou estipulação contratual em contrário.

Parágrafo Segundo: A falta de pagamento das parcelas em epígrafe, nas datas aprazadas, ensejará cobrança de multa de 10% (dez) por cento sobre o valor da respectiva parcela e juros de 1% (um por cento) ao mês, tudo devidamente corrigido pelos índices apontados no Parágrafo acima.

Parágrafo Terceiro: Em caso de incapacidade de sócio quotista, a representação deste perante a sociedade passará a ser feita pelo procurador, curador ou representante previsto em lei até que sejam apurados seus haveres e efetuado o correspondente pagamento ao sucessor legal.

Parágrafo Quarto: A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação dos Sócios Quotistas representantes de $\frac{3}{4}$ do capital social, os quais estabelecerão, no competente instrumento de dissolução ou liquidação, demais regras do processo de dissolução e liquidação da Sociedade, bem como nomearão os liquidantes e fixarão os respectivos honorários.

Parágrafo Quinto: Na hipótese de liquidação da Sociedade, os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação de suas obrigações e o remanescente, se houver, será dividido entre os quotistas na proporção estabelecida para a distribuição de dividendos.

Parágrafo Sexto: Se o ativo não for suficiente deverá o liquidante exigir dos sócios, na proporção das respectivas participações, os recursos necessários à liquidação total do passivo.

Parágrafo Sétimo: A cada 6 (seis) meses, ou sempre que necessário, o liquidante deverá apresentar aos sócios o relatório e balanço do estado da liquidação, prestando conta dos atos praticados durante o respectivo período, sendo que, sem autorização prévia dos sócios, não poderá gravar os bens, contrair empréstimos, salvo quando indispensáveis ao pagamento de obrigações inadiáveis e nem prosseguir na atividade social. Em caso de extinção, falecimento ou declaração legal de incapacidade de qualquer um dos sócios, não será dissolvida a Sociedade, sendo certo que as quotas respectivas serão transferidas aos quotistas/acionistas do sócio pessoa jurídica, aos herdeiros do sócio falecido ou passarão a ser administradas pelos representantes legais do sócio declarado incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor dos haveres devidos será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da Sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PROCESSO Nº 15402
FLS. 23
ASSINATURA E CARIMBO

11

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA

NIRE: 332.1036407-3 Protocolo: 2026/00230697-3 Data do protocolo: 05/02/2026

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 06/02/2026 SOB O NÚMERO 00007577730 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: CD737BC9E61053E4ACC01A4A2DE3DE5734F8FC0C6483E30FC0E533218FDB64A

Para validar o documento acesse <https://www.jucprj.rj.gov.br/servicos/diagedigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 13/17

9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA"
NIRE 33210364073 CNPJ 18.608.503/0001-00

Parágrafo Oitavo: Na falta do Acordo de Quotistas, fica desde já convencionado que as quotas da sociedade são indivisíveis e poderão ser transferíveis a terceiros, livremente, a qualquer momento, na forma prevista abaixo:

a) O sócio que desejar transferir no todo ou em parte as suas quotas poderá fazê-lo, dando prioridade ao(s) sócio(s) remanescente(s) de adquiri-las; b) Para que se comprove a prioridade oferecida, o sócio deverá fazê-la por escrito, na mesma indicando o número de quotas disponíveis e o valor pelo qual deseja vendê-las; c) A proposta estabelecida no item anterior tem validade por 30 (trinta) dias, prazo em que o(s) sócio(s) remanescente(s) tem para confirmar o seu interesse na compra; d) Não havendo acordo entre os sócios, o sócio que pretende vender suas quotas fica livre para oferecer a terceiros, se não houver oposição de titulares de mais de metade do Capital Social não podendo, entretanto, negociá-las por valor inferior ao que o outro sócio tiver oferecido, nem anunciar, pela imprensa, sua pretensão de venda; e) É igualmente vedado ao sócio vendedor à oferta pública ou reiterada a diversas pessoas das quotas a serem vendidas, por valor inferior ao nominal, a menos que a empresa assim o permita ou que, ostensivamente, pelo Balancete mais recente, que não poderá ser de data distante mais que 60 (sessenta) dias da oferta, esteja evidente a iliquidez da sociedade ou acumulação de Perdas Operacionais por mais de 02 (dois) exercícios; f) O impedimento estabelecido no item "a" cessará se o(s) sócio(s) pretendente(s) renunciar(em), por escrito, sua proposta; g) Qualquer transferência não poderá ser efetuada sem que o sócio que pretenda retirar-se da sociedade quite com esta, todos os débitos porventura existentes para com a mesma ou se ofereça o comprador para quitá-los.

Parágrafo Nono: Aplica-se neste contrato o artigo 1085 do Código Civil. São justas causas para resolução as mesmas constantes do art. 482 da Consolidação das Leis Trabalhistas, a inadimplência registrada em órgão de serviço de proteção ao crédito ou protesto, por mais de três meses, além de outras definidas a critério da administração, sempre observada a ampla defesa do sócio excluído.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: CAPITAL DA FILIAL

Faz-se a opção pelo não destaque de capital para a filial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: ADMINISTRADORES

Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra

PROCESSO Nº 15402
FLS. 28

ASSINATURA E CARIMBO

12



9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA"
NIRE 33210364073 CNPJ 18.608.503/0001-00

a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, para dirimir qualquer controvérsia em relação ao presente Contrato Social, renunciando as partes envolvidas, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam digitalmente o presente instrumento em 01 (uma) via de igual teor e forma.

Rio de Janeiro/RJ, 02 de fevereiro de 2026.

RODRIGO HOSANNAH CORDEIRO
Sócio Administrador

MARCOS REZENDE GOMES
Sócio Cotista

MONTANA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS LTDA
Representada por: **RODRIGO HOSANNAH CORDEIRO**
Administrador da Sócia

FERNANDO AUGUSTO PAULINI SAADI
OAB/MG:75943

PROCESSO Nº 15402
F.S. 29

FERNANDO AUGUSTO PAULINI SAADI

13

9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA"
NIRE 33210364073 CNPJ 18.608.503/0001-00

PROCESSO N° 15402
FLS. 30
ASSINATURA E CARIMBO

14

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA

NIRE: 332.1036407-3 Protocolo: 2026/00230697-0 Data do protocolo: 05/02/2026

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/02/2026 SOB O NÚMERO 00007577730 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: CD737BC9E61053E4ACC01A4A2DE3DE5734F8FCBCD6483E30FCE0E33218FDB64A

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/canceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 16/17



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA, NIRE 33.2.1036407-3, PROTOCOLO 2026/00230697-0, ARQUIVADO EM 06/02/2026, SOB O NÚMERO (S) 00007577730, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
[REDACTED]	RODRIGO HOSANNAH CORDEIRO
[REDACTED]	MARCOS REZENDE GOMES



06 de fevereiro de 2026.

Gabriel Oliveira de Souza Voi
Secretário Geral

PROCESSO Nº 15902 1/1
FLS. 31
ASSINATURA E CARIMBO

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA

NIRE: 332.1036407-3 Protocolo: 2026/00230697-0 Data do protocolo: 05/02/2026

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/02/2026 SOB O NÚMERO 00007577730 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: CD757BC9E61C53E4ACC01A4A2DE3DE5734F8F0BCD6483E30FC50E33218FDB64A

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja-rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.608.503/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 02/08/2013
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VIVERE ENTRETENIMENTO	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 25.99-3-01 - Serviços de confecção de armações metálicas para a construção 43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente 74.20-0-01 - Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina 74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos 74.90-1-01 - Serviços de tradução, interpretação e similares 77.29-2-02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária 79.12-1-00 - Operadores turísticos 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 90.01-9-01 - Produção teatral 90.01-9-02 - Produção musical 90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação 93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO AV DAS AMERICAS	NÚMERO 00500	COMPLEMENTO BLC 14 LOJ 104
-------------------------------	-----------------	-------------------------------

CEP 22.640-904	BAIRRO/DISTRITO BARRA DA TIJUCA	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
-------------------	------------------------------------	-----------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@VIVEREENTRETENIMENTO.COM.BR	TELEFONE (21) 2237-2522
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/08/2013
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

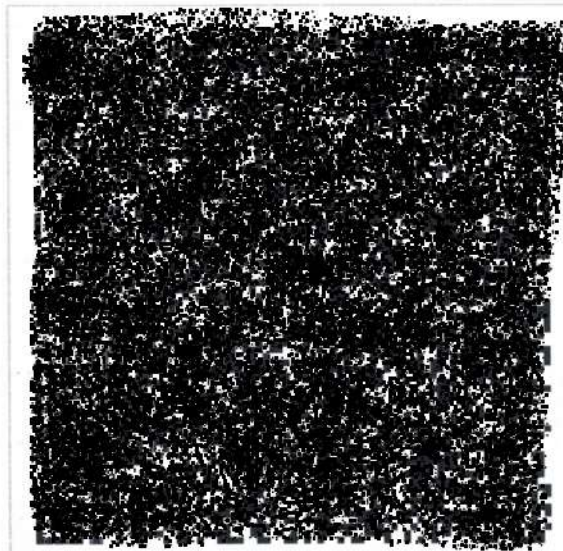
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 12/02/2026 às 10:51:42 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

PROCESSO Nº 15402
FLS. 32
ASSINATURA

QR-CODE

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

[illegible]

I<BRA001448661<408<<<<<<<<<<
7309159M3003127BRA<<<<<<<<<<2
RODRIGO<<HOSANNAH<CORDEIRO<<<<

PROCESSO N° 15402
FLS. 33

Print do dia 10/07/2026

12:26:58

Processo 024

Comprador: MUNICIPIO DE ARARUAMA - RJ

Edição 01

01.07.13

Fale conosco

Lote 1

5 Lances/10 min

Próximo lote

Fornecedor 99994

Chat bloqueado para os licitantes

Últimas Mensagens

Mensagem Geral

Sistema - 10/07/2026 11:02:31

Despacho. Fornecedor: 66054, sua garantia de Proposta, foi DESCLASSIFICADA pelo motivo abaixo:
Verificou-se que a garantia de proposta apresentada não atende às exigências do Edital quanto ao prazo mínimo de vigência. Embora a apólice identifique corretamente o objeto da licitação, as partes envolvidas e o valor garantido, consta expressamente que sua vigência compreende o período de 09/07/2026 a 08/10/2026, prazo inferior ao mínimo de 180 (cento e oitenta) dias exigido pelo instrumento convocatório. Dessa forma, a garantia apresentada não assegura a cobertura pelo período estabelecido no Edital, configurando o descumprimento de requisito essencial. Trata-se de vício que não comporta saneamento por diligência, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, por implicar complementação extemporânea do documento obrigatório e afronta aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica. Diante do exposto, conclui-se pelo não atendimento às exigências editalícias relativas à garantia de proposta.

Sistema - 10/07/2026 11:00:00

Despacho. Fornecedor: 76110, sua garantia de Proposta, foi DESCLASSIFICADA pelo motivo abaixo:
Verificou-se que a garantia de proposta apresentada não atende às exigências do Edital quanto ao prazo mínimo de vigência. Embora a apólice identifique corretamente o objeto da licitação, as partes envolvidas e o valor garantido, consta expressamente que sua vigência compreende o período das 24h de 10/07/2026 às 24h de 18/10/2026, prazo inferior ao mínimo de 180 (cento e oitenta) dias exigido pelo instrumento convocatório. Assim, a garantia apresentada não assegura a cobertura pelo período

Lances Lote 1

Últimos Lances

	Data Hora	Tipo	Lance
--	-----------	------	-------

Print do dia 16/10/2026

14:02:58

Processo 024

Comprador: MUNIC...

Edição 01

01.08.14

Fale conosco

Processo 024 agrupado e disposto verticalmente em 3x4

Processo 024, caso seja qualquer alteração manifestada pelo licitante, entre as 17h00 e 18h00, deverá ser encaminhada ao nosso canal de atendimento: Ligue (31) 2332-6100 opção 02

Classificação geral

Filtrar por

Procurar itens

Aguardando 11

Item	Tempo	Orçado	Economia	Valor Unit.	Lances
Lote 1		R\$ 10.401.473,97	100,00%	R\$ 0,00	Melhor: R\$ 0,00 Intervalo Mín: R\$ 10.000,00

Lote 1

5 Lances/10 min

Próximo lote

Fornecedor 99994

Chat bloqueado para os licitantes

Últimas Mensagens

Mensagem Geral

Lances Lote 1

Últimos Lances

	Data Hora	Tipo	Lance
--	-----------	------	-------

PROCESSO Nº 15402
F.S. 34
ASSINATURA E CARIMBO



MUNICIPIO DE ARARUAMA
- RJ



ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO
ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº
024/2026

PROCESSO LICITATÓRIO
8435/2026

Às 10:05:33 horas do dia 10 de Julho de 2026 reuniram-se no site www.licitanet.com.br, o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de concepção, planejamento, organização, coordenação, operacionalização, produção e gerenciamento integral, continuado e coordenado da feira literária denominada "Araruama Literária 2026", promovida pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Araruama, a ser realizada no período de 14 a 17 de agosto de 2026, que será realizada na Praça Antônio Raposo, compreendendo o fornecimento, instalação, manutenção e desmontagem de estruturas, equipamentos, materiais, sistemas e demais recursos necessários à execução do evento, incluindo serviços técnicos, operacionais, logísticos, cenográficos, culturais, institucionais e de apoio ao público..

A participação na presente disputa do(s) lote(s) ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irretratavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL"**.

Até a data e horário estabelecido para envio da(s) proposta(s), ou seja, 10:00:00 horas do dia 10/07/2026, foi(ram) recebida(s), por meio eletrônico, a(s) proposta(s) de preços do(s) fornecedor(es) referente(s) ao(s) lote(s) ou item(ns) do aludido processo, conforme demonstrado abaixo:

Lote 1

Propostas Iniciais

Propostas Iniciais do Lote 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R\$	Situação	Motivo
55316	KACTUS EMPRENDIMENTOS E SERVIÇOS	18125972000178			R\$ 10.000.000,00	Classificada	--
76110	LEDPRO EVENTOS LTDA	37018865000195			R\$ 10.401.473,00	Classificada	--
50874	UAU ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA	21743725000140			R\$ 10.401.473,97	Classificada	--
49067	EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA	07579818000150			R\$ 9.881.400,27	Classificada	--
96054	MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA	18608503000100			R\$ 10.401.473,93	Classificada	--
52575	ASSOCIACAO CARIOCA DE PRESTADORES DE SERVICOS ARTISTICOS E CULTURAIS	08827841000189			R\$ 10.401.473,97	Classificada	--
52157	AC GESTÃO, PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA	17612636000197			R\$ 10.401.473,97	Classificada	--
45366	SS REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA	16930288000133			R\$ 10.401.473,97	Classificada	--
9488	MARFIM PRODUCAO CULTURAL, DESIGN & EVENTOS LTDA	06306607000180			R\$ 10.401.473,97	Classificada	--

PROCESSO Nº

FLS.

ASSINATURA E CARIMBO

Lances

Lances do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R\$	Data/Hora	Tipo
SS REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA	16.930.288/0001-33	R\$ 9.783.285,94	16/07/2026 17:36:59	Readequado
SS REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA	16.930.288/0001-33	R\$ 9.816.885,30	16/07/2026 15:28:03	Negociacao
SS REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA	16.930.288/0001-33	R\$ 9.850.000,00	16/07/2026 15:14:14	Manual
EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA	07.670.818/0001-50	R\$ 9.891.400,27	09/07/2026 19:54:06	Fornecedor Inabilitado
KACTUS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS	18.126.972/0001-78	R\$ 10.000.000,00	08/07/2026 17:31:36	Fornecedor Desclassificado
LEDPRO EVENTOS LTDA	07.018.866/0001-06	R\$ 10.401.473,00	09/07/2026 12:22:59	Fornecedor Desclassificado
MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA	18.608.503/0001-00	R\$ 10.401.473,02	09/07/2026 10:11:21	Fornecedor Desclassificado
MARFIM PRODUCAO CULTURAL, DESIGN & EVENTOS LTDA	06.306.607/0001-80	R\$ 10.401.473,97	10/07/2026 09:50:08	Fornecedor Desclassificado
SS REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA	16.930.288/0001-33	R\$ 10.401.473,97	10/07/2026 09:41:14	Classificado
AC GESTÃO, PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA	17.612.636/0001-97	R\$ 10.401.473,97	10/07/2026 08:53:56	Fornecedor Inabilitado
ASSOCIACAO CARIOCA DE PRESTADORES DE SERVICOS ARTISTICOS E CULTURAIS	08.827.641/0001-80	R\$ 10.401.473,97	09/07/2026 10:20:06	Fornecedor Inabilitado
UAU ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA	21.743.725/0001-40	R\$ 10.401.473,97	09/07/2026 17:11:40	Fornecedor Inabilitado

Classificação Final

Classificação Final do Lote 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R\$
1º	SS REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA	16.930.288/0001-33	R\$ 9.783.285,94

Mensagens

Mensagens do Lote 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	16/07/2026 14:34:30	Empresa: UAU ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA - 21743725000140, INABILITADA por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: Verificou-se que a licitante deixou de observar o disposto no item 8.1.7 do Edital ao

PROCESSO Nº 15102
FLS. 36
ASSINATURA E CARIMBO

inserir sua proposta comercial juntamente com a documentação de habilitação, em desacordo com a sistemática de inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, comprometendo o sigilo da proposta comercial, que deveria permanecer resguardado até a abertura da fase competitiva e ser inserida exclusivamente no campo próprio disponibilizado pela plataforma eletrônica. Constatou-se, ainda, o não atendimento às exigências de qualificação técnica previstas nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital, uma vez que, conforme manifestação técnica emitida pela Secretaria Municipal de Educação, a documentação apresentada comprovou apenas parte dos componentes estruturantes dos Lotes 01 e 02, não demonstrando, em seu conjunto, a capacidade técnico-operacional mínima correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos ou dos valores estimados, conforme exigido pelo instrumento convocatório. Diante do exposto, conclui-se pelo não atendimento às exigências editalícias, razão pela qual a licitante é declarada inabilitada no presente certame. Registra-se que, em eventual interposição de recurso administrativo, serão integralmente assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, na forma do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.!

Sistema 16/07/2026 14:35:24 Empresa: ASSOCIACAO CARIOCA DE PRESTADORES DE SERVICOS ARTISTICOS E CULTURAIS - 08827841000189, INABILITADA por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: Verificou-se que a licitante deixou de observar o disposto no item 8.1.7 do Edital, ao inserir sua proposta comercial juntamente com a documentação de habilitação, em desacordo com a sistemática de inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, comprometendo o sigilo da proposta comercial, que deveria permanecer resguardado até a abertura da fase competitiva e ser inserida exclusivamente no campo próprio disponibilizado pela plataforma eletrônica. Constatou-se, ainda, o não atendimento às exigências de qualificação técnica previstas nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital, uma vez que, conforme manifestação técnica emitida pela Secretaria Municipal de Educação, a documentação apresentada comprovou apenas parte dos componentes estruturantes dos Lotes 01 e 02, não demonstrando, em seu conjunto, a capacidade técnico-operacional mínima correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos ou dos valores estimados, conforme exigido pelo instrumento convocatório. Diante do exposto, conclui-se pelo não atendimento às exigências editalícias, razão pela qual a licitante é declarada inabilitada no presente certame. Registra-se que, em eventual interposição de recurso administrativo, serão integralmente assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, na forma do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.!

Sistema 16/07/2026 14:36:05 Empresa: EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA - 07579818000150, INABILITADA por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: Verificou-se o não atendimento às exigências de qualificação técnica previstas nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital, uma vez que, conforme manifestação técnica emitida pela Secretaria Municipal de Educação, a documentação apresentada comprovou apenas parte dos componentes estruturantes dos Lotes 01 e 02, não demonstrando, em seu conjunto, a capacidade técnico-operacional mínima correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos ou dos valores estimados, conforme exigido pelo instrumento convocatório. Diante das conclusões constantes da referida manifestação técnica, adotadas como fundamento da presente decisão quanto aos aspectos estritamente técnicos, conclui-se pelo não atendimento às exigências editalícias relativas à qualificação técnica, razão pela qual a licitante é declarada inabilitada no presente certame. Registra-se que, em eventual interposição de recurso administrativo, serão integralmente assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, na forma do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.!

Sistema 16/07/2026 14:36:51 Empresa: MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA - 18608503000100, INABILITADA por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: Verificou-se que a licitante deixou de observar o disposto no item 8.1.7 do Edital, ao inserir sua proposta comercial juntamente com a documentação de habilitação, em desacordo com a sistemática de inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, comprometendo o sigilo da proposta comercial, que deveria permanecer resguardado até a abertura da fase competitiva e ser inserida exclusivamente no campo próprio disponibilizado pela plataforma eletrônica. Verificou-se, ainda, o descumprimento do item 17.1.7 do Edital, tendo sido apresentada garantia de proposta com prazo de vigência inferior ao mínimo exigido pelo instrumento convocatório, circunstância que impede o reconhecimento de sua validade para fins de atendimento à exigência editalícia. Constatou-se, por fim, o não atendimento às exigências de qualificação técnica previstas nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital, uma vez que, conforme manifestação técnica emitida pela Secretaria Municipal de Educação, a documentação apresentada comprovou apenas parte dos componentes estruturantes dos Lotes 01 e 02, não demonstrando, em seu conjunto, a capacidade técnico-operacional mínima correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos ou dos valores estimados, conforme exigido pelo instrumento convocatório. Diante das conclusões constantes da referida manifestação técnica, adotadas como fundamento da presente decisão quanto aos aspectos estritamente técnicos, bem como dos demais descumprimentos verificados, conclui-se pelo não atendimento às exigências editalícias, razão pela qual a licitante é declarada inabilitada no presente certame. Registra-se que, em eventual interposição de recurso administrativo, serão integralmente assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, na forma do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.!

Sistema 16/07/2026 14:37:38 Empresa: LEDPRO EVENTOS LTDA - 37018865000195, INABILITADA por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: Verificou-se o descumprimento do item 17.1.7 do Edital, tendo sido apresentada garantia de proposta com prazo de vigência inferior ao mínimo exigido pelo instrumento convocatório, circunstância que impede o reconhecimento de sua validade para fins de atendimento à exigência editalícia. Constatou-se, ainda, o não atendimento às exigências de qualificação técnica previstas nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital, uma vez que, conforme manifestação técnica emitida pela Secretaria Municipal de Educação, a documentação apresentada comprovou apenas parte dos componentes estruturantes dos Lotes 01 e 02, não demonstrando, em seu conjunto, a capacidade técnico-operacional mínima correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos ou dos valores estimados, conforme exigido pelo instrumento convocatório. Diante

das conclusões constantes da referida manifestação técnica, adotadas como fundamento da presente decisão quanto aos aspectos estritamente técnicos, bem como do descumprimento do item 17.1.7 do Edital, conclui-se pelo não atendimento às exigências editalícias, razão pela qual a licitante é declarada inabilitada no presente certame. Registra-se que, em eventual interposição de recurso administrativo, serão integralmente assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, na forma do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Sistema	16/07/2026 14:38:17	Empresa: MARFIM PRODUÇÃO CULTURAL, DESIGN & EVENTOS LTDA - 06306607000180, INABILITADA por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: Verificou-se que a licitante deixou de observar o disposto no item 8.1.7 do Edital, ao inserir sua proposta comercial juntamente com a documentação de habilitação, em desacordo com a sistemática de inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, comprometendo o sigilo da proposta comercial, que deveria permanecer resguardado até a abertura da fase competitiva e ser inserida exclusivamente no campo próprio disponibilizado pela plataforma eletrônica. Verificou-se, ainda, o descumprimento das exigências relativas à garantia de proposta previstas no item 17 do Edital, tendo sido apresentado documento desprovido de eficácia jurídica, consistente em minuta de apólice de seguro garantia, expressamente identificada pela própria seguradora como documento sem valor legal, inapto, portanto, a comprovar a efetiva constituição da garantia exigida pelo instrumento convocatório. Constatou-se, por fim, o não atendimento às exigências de qualificação técnica previstas nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital, uma vez que, conforme manifestação técnica emitida pela Secretaria Municipal de Educação, a documentação apresentada não demonstrou a capacidade técnico-operacional mínima exigida para a execução do objeto licitado, deixando de comprovar o atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos no instrumento convocatório. Diante das conclusões constantes da referida manifestação técnica, adotadas como fundamento da presente decisão quanto aos aspectos estritamente técnicos, bem como dos demais descumprimentos verificados, conclui-se pelo não atendimento às exigências editalícias, razão pela qual a licitante é declarada inabilitada no presente certame. Registra-se que, em eventual interposição de recurso administrativo, serão integralmente assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, na forma do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Sistema	16/07/2026 14:38:58	Empresa: AC GESTÃO, PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA - 17612636000197, INABILITADA por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: Verificou-se que a licitante deixou de observar o disposto no item 8.1.7 do Edital, ao inserir sua proposta comercial juntamente com a documentação de habilitação, em desacordo com a sistemática de inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, comprometendo o sigilo da proposta comercial, que deveria permanecer resguardado até a abertura da fase competitiva e ser inserida exclusivamente no campo próprio disponibilizado pela plataforma eletrônica. Constatou-se, ainda, o não atendimento às exigências de qualificação técnica previstas nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital, uma vez que, conforme manifestação técnica emitida pela Secretaria Municipal de Educação, a documentação apresentada não demonstrou a capacidade técnico-operacional mínima exigida para a execução do objeto licitado, deixando de comprovar o atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos no instrumento convocatório. Diante das conclusões constantes da referida manifestação técnica, adotadas como fundamento da presente decisão quanto aos aspectos estritamente técnicos, bem como do descumprimento do item 8.1.7 do Edital, conclui-se pelo não atendimento às exigências editalícias, razão pela qual a licitante é declarada inabilitada no presente certame. Registra-se que, em eventual interposição de recurso administrativo, serão integralmente assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, na forma do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Sistema	16/07/2026 14:40:00	Empresa: KACTUS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS - 18125972000178, INABILITADA por descumprir as regras do Edital, conforme despacho: Verificou-se o descumprimento das exigências previstas no item 17 do Edital, uma vez que a licitante deixou de apresentar garantia de proposta válida, limitando-se a anexar manifestação de cunho jurídico sustentando a suposta inconstitucionalidade da exigência prevista no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, documento que não se enquadra em nenhuma das modalidades de garantia admitidas pela legislação e pelo instrumento convocatório, não possuindo aptidão para substituir a garantia regularmente exigida. Constatou-se, ainda, o não atendimento às exigências de qualificação técnica previstas nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital, uma vez que, conforme manifestação técnica emitida pela Secretaria Municipal de Educação, a documentação apresentada não demonstrou a capacidade técnico-operacional mínima exigida para a execução do objeto licitado, deixando de comprovar o atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos no instrumento convocatório. Diante das conclusões constantes da referida manifestação técnica, adotadas como fundamento da presente decisão quanto aos aspectos estritamente técnicos, bem como do descumprimento das exigências relativas à garantia de proposta, conclui-se pelo não atendimento às exigências editalícias, razão pela qual a licitante é declarada inabilitada no presente certame. Registra-se que, em eventual interposição de recurso administrativo, serão integralmente assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, na forma do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Sistema	16/07/2026 14:40:30	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, HABILITAR o fornecedor SS REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - 16930288000133, tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório.
Sistema	16/07/2026 14:40:49	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 30 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer-esse o momento para se manifestar.
Sistema	16/07/2026 14:41:55	O fornecedor ID: 50674 - Data Prop.: 09/07/2026 17:11:40 manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
Sistema	16/07/2026 14:41:56	O fornecedor ID: 53316 - Data Prop.: 08/07/2026 17:31:36 manifestou intenção de Recurso/Reconsideração

PROCESSO Nº 15402
PLS. 38
ASSINATURA E CARIMBO

Sistema	16/07/2026 14:43:45	O fornecedor ID: 52575 - Data Prop.: 09/07/2026 15:20:06 manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
Sistema	16/07/2026 14:44:48	O fornecedor ID: 90354 - Data Prop.: 09/07/2026 15:11:21 manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
Sistema	16/07/2026 14:47:11	O fornecedor ID: 52157 - Data Prop.: 10/07/2026 08:53:56 manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
Sistema	16/07/2026 14:47:33	O fornecedor ID: 52157 - Data Prop.: 10/07/2026 08:53:56 manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
Sistema	16/07/2026 15:10:50	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
Sistema	16/07/2026 15:11:18	O LOTE 1 foi ordenado e classificado. Boa sorte!
Sistema	16/07/2026 15:12:16	O LOTE 1 está na fase competitiva e sua disputa durará 10 (dez) minutos. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos 02 (dois) minutos da fase competitiva o LOTE 1 será encerrado automaticamente!
Sistema	16/07/2026 15:22:25	Como não houve lances nos últimos 02 (dois) minutos da fase competitiva o LOTE 1 foi encerrado SEM a prorrogação automática.
Sistema	16/07/2026 15:26:02	O LOTE 1 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos.
Pregoeiro	16/07/2026 15:26:11	Com fundamento no art. 61 da Lei Federal nº 14.133/2021, solicita-se à licitante que reavalie sua proposta e, havendo possibilidade, apresente melhor oferta em sede de negociação, com vistas à obtenção de condições ainda mais vantajosas para a Administração, preservadas a exequibilidade da proposta e as demais condições estabelecidas no instrumento convocatório.
Sistema	16/07/2026 15:28:03	LOTE 1 negociado no valor de R\$ 9.816.885,30 pelo fornecedor ID: 45366 - Data Prop.: 10/07/2026 09:41:14
Sistema	16/07/2026 15:36:05	O tempo de negociação está encerrado.
Sistema	16/07/2026 15:40:51	A proposta do fornecedor SS REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA do LOTE - 1, foi ACEITA pelo valor de R\$9.816.885,30.
Sistema	16/07/2026 17:36:59	O fornecedor SS REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA teve o valor do seu lance readequado para R\$ 9.783.285,94. Pelo próprio fornecedor.
Sistema	16/07/2026 17:41:41	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 30 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	16/07/2026 17:42:17	O fornecedor UAU ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
Sistema	16/07/2026 17:43:48	O fornecedor KACTUS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
Sistema	16/07/2026 18:08:17	O fornecedor MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
Sistema	16/07/2026 18:11:41	Srs. Licitantes, esta encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
Sistema	16/07/2026 18:13:38	A manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração de UAU ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 21/07/2026 e os outros interessados envie as contrarrazões até 24/07/2026.
Sistema	16/07/2026 18:13:38	A manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração de KACTUS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS foi recebida pelo seguinte motivo: Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 21/07/2026 e os outros interessados envie as contrarrazões até 24/07/2026.
Sistema	16/07/2026	A manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração de ASSOCIACAO CARIOCA DE PRESTADORES DE

18:13:38 **SERVICOS ARTISTICOS E CULTURAIS** foi recebida pelo seguinte motivo: Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **21/07/2026** e os outros interessados envie as contrarrazões até **24/07/2026**.

Sistema 16/07/2026 18:13:38 A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **21/07/2026** e os outros interessados envie as contrarrazões até **24/07/2026**.

Sistema 16/07/2026 18:13:38 A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **AC GESTÃO, PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **21/07/2026** e os outros interessados envie as contrarrazões até **24/07/2026**.

Sistema 16/07/2026 18:13:38 A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **AC GESTÃO, PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **21/07/2026** e os outros interessados envie as contrarrazões até **24/07/2026**.

Sistema 16/07/2026 18:13:38 A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **UAU ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **21/07/2026** e os outros interessados envie as contrarrazões até **24/07/2026**.

Sistema 16/07/2026 18:13:38 A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **KACTUS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS** foi recebida pelo seguinte motivo: Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **21/07/2026** e os outros interessados envie as contrarrazões até **24/07/2026**.

Sistema 16/07/2026 18:13:38 A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de **MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA** foi recebida pelo seguinte motivo: Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até **21/07/2026** e os outros interessados envie as contrarrazões até **24/07/2026**.

Sistema 21/07/2026 15:16:51 O fornecedor **UAU ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_uau_araruama_1784657810.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.

Sistema 21/07/2026 15:16:51 O fornecedor **UAU ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA** acabou **ENVIAR** o arquivo recurso_uau_araruama_1784657810.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.

Recursos

Recursos do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Decisão	Decisão	Tipo
UAU ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA	21743725000140	10/07/2026 14:41:53	Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de		Recebido

PROCESSO Nº

FLS.

recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.

KACTUS EMPRENDIMENTOS E SERVIÇOS	18125972000178	16/07/2026 14:41:59	Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.	Recebido
ASSOCIACAO CARIOCA DE PRESTADORES DE SERVICOS ARTISTICOS E CULTURAIS	08827841000189	16/07/2026 14:43:45	Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.	Recebido
MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA	18608503000100	16/07/2026 14:44:48	Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.	Recebido
AC GESTÃO, PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA	17612636000197	16/07/2026 14:47:11	Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.	Recebido
AC GESTÃO, PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA	17612636000197	16/07/2026 14:47:33	Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.	Recebido
UAU ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA	21743725000140	16/07/2026 17:42:17	Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.	Recebido
KACTUS EMPRENDIMENTOS E SERVIÇOS	18125972000178	16/07/2026 17:43:48	Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões, observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.	Recebido
MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA	18608503000100	16/07/2026 13:08:17	Considerando as manifestações de intenção de recurso registradas no sistema pelas licitantes participantes, informo que será oportunizada a abertura dos prazos recursais, na forma prevista no Edital e nos arts. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, para apresentação das razões de recurso e, posteriormente, das respectivas contrarrazões,	Recebido

PROCESSO Nº 15402

FLS. 41

observados os prazos e procedimentos estabelecidos no instrumento convocatório.

Mensagem Geral

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	10/07/2026 10:05:33	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E COMUNICAÇÕES INICIAIS Sr(s). Fornecedor(es), Sirvo-me do presente para declarar aberta a sessão pública do certame em epígrafe. Informo que, nesta fase, estão sendo analisadas as garantias de proposta apresentadas pelas licitantes, em estrita observância às disposições do instrumento convocatório. Registra-se, ainda, que todas as impugnações apresentadas tempestivamente ao Edital foram devidamente apreciadas e respondidas dentro do prazo previsto no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Secretaria Municipal de Educação, unidade técnica responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência. As respectivas manifestações técnicas foram regularmente disponibilizadas na plataforma eletrônica utilizada para a condução do certame e juntadas aos autos do processo administrativo antes da abertura da presente sessão pública, encontrando-se acessíveis a todos os interessados, encontrando-se acessíveis a todos os interessados, em observância aos princípios da publicidade, da transparência, da isonomia, da motivação, da segurança jurídica e do devido processo administrativo. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	10/07/2026 10:46:43	Despacho. Fornecedor: 55316, sua garantia de Proposta, foi DESCLASSIFICADA pelo motivo abaixo: Verificou-se que a licitante deixou de apresentar a garantia de proposta exigida pelo Edital, limitando-se a anexar manifestação de cunho jurídico na qual sustenta a suposta inconstitucionalidade da exigência prevista no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021. O documento apresentado, contudo, não se enquadra em nenhuma das modalidades de garantia admitidas pela legislação e pelo instrumento convocatório, não possuindo aptidão para substituir a garantia regularmente exigida. Registra-se, ainda, que a Administração Pública encontra-se vinculada ao princípio da legalidade, não lhe sendo lícito a aplicação de norma legal vigente sob alegação de inconstitucionalidade, sobretudo quando inexistente pronunciamento do Supremo Tribunal Federal nesse sentido. Eventual irresignação quanto à exigência editalícia deveria ter sido deduzida pelos meios processuais cabíveis, não sendo admissível o seu descumprimento unilateral. Ademais, a ausência de apresentação da garantia de proposta configura inobservância de requisito essencial previsto no Edital, tratando-se de vício insanável, cuja complementação posterior não se admite por meio de diligência, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, por implicar a apresentação extemporânea de documento obrigatório à garantia dos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica. Diante do exposto, conclui-se pelo não atendimento às exigências editalícias relativas à garantia de proposta.
Sistema	10/07/2026 10:57:29	Despacho. Fornecedor: 9408, sua garantia de Proposta, foi DESCLASSIFICADA pelo motivo abaixo: Verificou-se que a documentação apresentada não comprova a constituição da garantia de proposta exigida pelo Edital, porquanto consiste apenas em minuta de proposta de seguro garantia, desprovida de eficácia jurídica. O próprio documento apresentado contém advertência de que se trata de "minuta disponibilizada exclusivamente para conferência, sem qualquer efeito vinculante ou validade jurídica", além de ostentar selo indicativo de que "este documento não tem valor legal", designando, ainda, que a análise do risco ocorreria apenas mediante formalização da proposta, não vinculando a seguradora ao risco que se pretende garantir. Constatou-se, igualmente, que diversos campos essenciais permanecem em branco, tais como número definitivo da apólice, número de registro na SUSEP, data de emissão, código de controle e demais informações indispensáveis à comprovação da efetiva contratação do seguro. Assim, o documento apresentado não constitui garantia válida, tampouco comprova a efetiva emissão de apólice pela seguradora. Diante disso, conclui-se que a licitante deixou de atender à exigência prevista no

PROCESSO Nº 18402
FLS. 92

Edital e no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, configurando a ausência de documento essencial, cuja apresentação extemporânea não se admite por meio de diligência, nos termos do art. 64 da referida lei, por implicar afronta aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica. Em razão do exposto, conclui-se pelo não atendimento às exigências editalícias relativas à garantia de proposta.

Sistema 10/07/2026 11:00:00
Despacho. Fornecedor: 76110, sua garantia de Proposta, foi DESCLASSIFICADA pelo motivo abaixo: Verificou-se que a garantia de proposta apresentada não atende às exigências do Edital quanto ao prazo mínimo de vigência. Embora a apólice identifique corretamente o objeto da licitação, as partes envolvidas e o valor garantido, consta expressamente que sua vigência compreende o período das 24h de 10/07/2026 às 24h de 18/10/2026, prazo inferior ao mínimo de 180 (cento e oitenta) dias exigido pelo instrumento convocatório. Assim, a garantia apresentada não assegura a cobertura pelo período estabelecido no Edital, configurando o descumprimento de requisito essencial. Trata-se de vício que não comporta saneamento por diligência, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, por implicar complementação extemporânea de documento obrigatório e afronta aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica. Diante do exposto, conclui-se pelo não atendimento às exigências editalícias relativas à garantia de proposta.

Sistema 10/07/2026 11:02:31
Despacho. Fornecedor: 96054, sua garantia de Proposta, foi DESCLASSIFICADA pelo motivo abaixo: Verificou-se que a garantia de proposta apresentada não atende às exigências do Edital quanto ao prazo mínimo de vigência. Embora a apólice identifique corretamente o objeto da licitação, as partes envolvidas e o valor garantido, consta expressamente que sua vigência compreende o período de 09/07/2026 a 08/10/2026, prazo inferior ao mínimo de 180 (cento e oitenta) dias exigido pelo instrumento convocatório. Dessa forma, a garantia apresentada não assegura a cobertura pelo período estabelecido no Edital, configurando o descumprimento de requisito essencial. Trata-se de vício que não comporta saneamento por diligência, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, por implicar complementação extemporânea de documento obrigatório e afronta aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica. Diante do exposto, conclui-se pelo não atendimento às exigências editalícias relativas à garantia de proposta.

Sistema 10/07/2026 11:26:34
ANÁLISE DA HABILITAÇÃO
Sr(s). Fornecedor(es),
Informa-se às licitantes que foi concluída a fase de análise das garantias de proposta apresentadas, em conformidade com as disposições do Edital e do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021. Encerrada essa etapa, esta Comissão de Contratação dará continuidade aos trabalhos, procedendo à análise da documentação de habilitação das licitantes, observados os critérios objetivos estabelecidos no instrumento convocatório. Esclarece-se que as decisões decorrentes da análise das garantias de proposta foram proferidas no exercício da competência desta Comissão, assegurando-se às licitantes, caso entendam pertinente, o exercício do direito de interposição dos recursos administrativos cabíveis, na forma do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021 e das disposições editalícias. Todos os atos subsequentes serão devidamente registrados e divulgados por meio desta plataforma.

Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.

Sistema 10/07/2026 17:46:57
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ANÁLISE TÉCNICA DA DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Sr(s). Fornecedor(es),

Considerando a natureza eminentemente técnica e especializada do objeto licitado, bem como a necessidade de análise minuciosa da documentação de qualificação técnica apresentada pelas licitantes, especialmente quanto ao atendimento das exigências previstas no Edital e em seus anexos, decide-se pela suspensão temporária da presente sessão pública, a fim de possibilitar a adequada instrução do procedimento administrativo.

A documentação será encaminhada à Secretaria Municipal de Educação, unidade demandante e tecnicamente competente em razão de sua expertise institucional, para que proceda, exclusivamente, à análise dos aspectos técnicos inerentes à

PROCESSO Nº 15402

FLS. 43

qualificação técnica das licitantes, emitindo manifestação técnica circunstanciada destinada a subsidiar o julgamento a ser proferido por esta Comissão de Contratação.

Registra-se que a manifestação técnica a ser emitida possui caráter exclusivamente opinativo e instrutório, restringindo-se à avaliação dos aspectos de natureza técnica, não substituindo, limitando ou transferindo a competência legal desta Comissão de Contratação para o exame da documentação, realização do julgamento administrativo e prática dos demais atos inerentes à condução do certame, os quais permanecerão sendo exercidos em estrita observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do instrumento convocatório e dos princípios que regem as contratações públicas.

A presente medida visa assegurar que o julgamento da qualificação técnica das licitantes seja realizado com base em elementos técnicos especializados, conferindo maior segurança jurídica, motivação, objetividade e consistência à decisão administrativa, em observância aos princípios da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, da motivação, da eficiência e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A análise técnica será realizada exclusivamente com fundamento nos documentos tempestivamente apresentados pelas licitantes, vedada a inovação documental, ressalvadas as hipóteses de diligência legalmente admitidas.

Concluída a análise técnica e juntada aos autos da respectiva manifestação, o processo retornará a esta Comissão de Contratação para prosseguimento regular do certame. A retomada da sessão pública será previamente comunicada às licitantes por meio da plataforma LICITANET, observados os meios de divulgação previstos no Edital.

Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.

Sistema	15/07/2026 13:44:35	RETOMADA DO CERTAME Sr(s). Fornecedor(es), Sirvo-me do presente para informar que o certame em epígrafe terá sua retomada no dia 16 de julho do ano corrente, a partir das 14h00min. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	16/07/2026 14:00:51	RETOMADA DO CERTAME Sr(s). Fornecedor(es), Declaro reaberto o certame em epígrafe. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	16/07/2026 15:12:16	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): 1 às 15:12:16
Sistema	16/07/2026 15:17:26	O CONDUTOR DO PROCESSO recebeu o arquivo parecer_técnico_1784225846.pdf do processo, o mesmo fica disponível para ser baixado através da opção 'Baixar Documentos' ao lado esquerdo no menu 'Documentos'.
Pregoeiro	16/07/2026 15:41:13	O prazo para envio da proposta final, estará disponível através do módulo - PROPOSTA FINAL no rol de menus da Sala de Disputa, do dia 16/07/2026 15:41:13 até o dia 16/07/2026 17:41:00hs para o(s) fornecedor(es): SS REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA
Sistema	16/07/2026	O fornecedor SS REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA recebeu de ENVIAR anexo_li_1784230812.pdf na proposta final.

PROCESSO Nº 15402

FLS. 44

ASSINATURA



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação de Araruama
Gabinete da Secretária

Aos Autos do Processo Administrativo nº 8435/4/2026

ANÁLISE DE HABILITAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

I - Preliminar

A presente análise técnica tem por finalidade verificar o atendimento às exigências previstas no item 12.4 – Qualificação Técnica, especificamente dos itens 12.4.1 a 12.4.11.5 do Edital do Pregão Eletrônico nº 024/2026, mediante exame da documentação apresentada pelas licitantes. Para tanto, procedeu-se à análise dos atestados de capacidade técnica, registros e documentos técnicos pertinentes, confrontando-os com as exigências editalícias, especialmente quanto à comprovação de experiência técnico-operacional compatível com o objeto da contratação, abrangendo os componentes estruturantes da solução integrada pretendida pela Administração, bem como os quantitativos mínimos exigidos, registros profissionais, responsáveis técnicos e demais requisitos previstos para fins de habilitação técnica.

Cumprir destacar que, para fins da presente manifestação, procedeu-se à análise individualizada dos documentos apresentados por cada licitante, verificando-se, item a item, a efetiva comprovação dos requisitos técnicos exigidos no Edital, mediante confronto entre os atestados de capacidade técnica e as especificações constantes do Termo de Referência, consignando-se, ao final, os requisitos efetivamente comprovados e aqueles que permaneceram sem comprovação suficiente para fins de habilitação técnica.

Importante ressaltar que:

12.4.1 – Exige comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da contratação.

12.4.1.1 – Determina que a empresa apresente atestados de capacidade técnica demonstrando experiência compatível, especialmente quanto aos Lotes 1 (Estrutura Geral) e 2 (Cenografia e Ambientação).

12.4.1.2 – Exige que os atestados comprovem experiência em soluções integradas de eventos de médio ou grande porte, envolvendo coordenação simultânea de diversas frentes operacionais, estruturas temporárias, sistemas técnicos, serviços especializados e ambientação.

PROCESSO Nº 8435/4/2026
FOLHA Nº 05
ASSINATURA E CARIMBO



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação de Araruama
Gabinete da Secretária

12.4.1.3 – Estabelece que a comprovação corresponda a, no mínimo, 50% dos quantitativos ou valores estimados relativos aos componentes estruturantes dos Lotes 1 e 2, admitindo o somatório de atestados quando houver compatibilidade operacional para o conjunto.

12.4.1.4 – Justifica essa exigência afirmando que os Lotes 1 e 2 concentram os elementos essenciais da viabilidade material, operacional, funcional e estética do evento.

Dito isto, frisa-se que a presente análise foi conduzida de forma estritamente objetiva, em observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e do julgamento objetivo, considerando exclusivamente os critérios estabelecidos no Edital.

Para fins de aferição da qualificação técnica, verificou-se, em relação a cada item exigido, se a licitante comprovou a execução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos ou dos valores estimados, conforme admitido pelo instrumento convocatório, bem como a efetiva compatibilidade entre os serviços anteriormente executados e o objeto da presente contratação.

Além da análise quantitativa, procedeu-se à avaliação da descrição dos objetos constantes dos atestados de capacidade técnica e de suas respectivas especificações, com o objetivo de verificar se os serviços comprovados guardavam correspondência técnica, operacional e funcional com as exigências previstas no Termo de Referência, não sendo suficientes documentos que não permitam aferir, de forma objetiva, a compatibilidade técnica e operacional exigida pelo Edital em relação aos componentes estruturantes da solução integrada objeto da contratação.

Ressalta-se que a análise empreendida por esta Secretaria não teve por finalidade promover juízo subjetivo acerca da qualidade dos serviços anteriormente executados pelas licitantes, tampouco estabelecer critérios não previstos no instrumento convocatório. A avaliação limitou-se à verificação objetiva da correspondência entre a documentação apresentada e as exigências expressamente estabelecidas no item 12.4 do Edital, considerando a efetiva demonstração da experiência técnico-operacional compatível com a solução integrada pretendida pela Administração.

II – Análise Item a Item

Item 12.4.1 a 12.4.1.2:

Havida a análise deste item, tem-se o seguinte:

PROCESSO Nº 15402
FLS. 46
ASSINATURA E CARIMBO



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação de Araruama
Gabinete da Secretária

- **UAU ESTRUTURAS E SERVIÇOS LTDA** – atende ao requisito conforme atestados juntados as fls. 2477/2528;
- **ASSOCIAÇÃO CARIÓCA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS** – atende conforme atestados juntados as fls. 2645/2710;
- **MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA** – atende ao requisito conforme atestados juntados as fls. 3067/3077;
- **LEDPRO EVENTOS LTDA** – atende ao requisito conforme atestados juntados as fls. 3274/3531;
- **MARFIM PRODUÇÃO CULTURAL, DESIGN & EVENTOS LTDA** – atende ao requisito conforme atestados juntados as fls. 3584/3585;
- **AC GESTÃO, PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA** – atende conforme atestados juntados as fls. 3595/3751;
- **KACTUS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS** – não atende ao requisito conforme atestados juntados as fls. 3604;
- **EDNA ROSA NETO SCALIANO & CIA LTDA** – atende aos requisitos conforme atestados juntados as fls. 2790/2892;
- **SS REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA** – atende conforme atestados juntados as fls. 3875/5020.

Item 12.4.1.3 e 12.4.1.4 – Análise da Comprovação da Capacidade Técnico-Operacional Mínima Exigida pelo Edital

Após verificação documental, o resultado apresentado fora conforme abaixo:

- **UAU ESTRUTURAS E SERVIÇOS LTDA** – apresentou documentação comprovando parte dos componentes dos Lotes 01 e 02, porém não demonstrou, em seu conjunto, a capacidade técnico-operacional mínima exigida pelo item 12.4.1.3 do Edital quanto aos componentes estruturantes da solução integrada, conforme atestados juntados as fls. 2477/2528;
- **ASSOCIAÇÃO CARIÓCA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS** – apresentou documentação comprovando parte dos componentes dos Lotes 01 e 02, porém não demonstrou, em seu conjunto, a capacidade técnico-operacional mínima exigida pelo item 12.4.1.3 do Edital quanto aos componentes estruturantes da solução integrada, conforme atestados juntados as fls. 2645/2710;



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação de Araruama
Gabinete da Secretária

- **MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA** – apresentou documentação comprovando parte dos componentes dos Lotes 01 e 02, porém não demonstrou, em seu conjunto, a capacidade técnico-operacional mínima exigida pelo item 12.4.1.3 do Edital quanto aos componentes estruturantes da solução integrada, conforme atestados juntados as fls. 3067/3077;
- **LEDPRO EVENTOS LTDA** – apresentou documentação comprovando parte dos componentes dos Lotes 01 e 02, porém não demonstrou, em seu conjunto, a capacidade técnico-operacional mínima exigida pelo item 12.4.1.3 do Edital quanto aos componentes estruturantes da solução integrada, conforme atestados juntados as fls. 3274/3531;
- **MARFIM PRODUÇÃO CULTURAL, DESIGN & EVENTOS LTDA** não demonstrou, por meio dos atestados apresentados, a capacidade técnico-operacional mínima exigida pelo item 12.4.1.3 do Edital quanto aos componentes estruturantes da solução integrada dos Lotes 01 e 02, conforme atestados juntados fls. 3584/3585;
- **AC GESTÃO, PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA** – não demonstrou, por meio dos atestados apresentados, a capacidade técnico-operacional mínima exigida pelo item 12.4.1.3 do Edital quanto aos componentes estruturantes da solução integrada dos Lotes 01 e 02, conforme atestados juntados as fls. 3595/3751;
- **KACTUS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS** – não demonstrou, por meio dos atestados apresentados, a capacidade técnico-operacional mínima exigida pelo item 12.4.1.3 do Edital quanto aos componentes estruturantes da solução integrada dos Lotes 01 e 02, conforme atestados juntados as fls. 3804;
- **EDNA ROSA NETO BICULIANO & CIA LTDA** – apresentou documentação comprovando parte dos componentes dos Lotes 01 e 02, porém não demonstrou, em seu conjunto, a capacidade técnico-operacional mínima exigida pelo item 12.4.1.3 do Edital quanto aos componentes estruturantes da solução integrada, conforme atestados juntados as fls. 2790/2892;
- **SS REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA** – apresentou comprovação integral da capacidade técnico-operacional mínima exigida pelo item 12.4.1.3 do Edital quanto aos componentes estruturantes da solução integrada, correspondente ao mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos ou dos valores estimados, por meio dos atestados de capacidade técnica juntados às fls. 3873/5020.

Diante do exposto, importante esclarecer que a análise da qualificação técnica não se restringiu à quantidade de itens descritos nos atestados apresentados, mas ao efetivo atendimento dos critérios estabelecidos no item 12.4 do Edital. Assim, a apresentação de atestados contemplando apenas parte dos serviços não implica, por si só, a inabilitação da licitante, desde que a documentação apresentada demonstre, na forma prevista no item 12.4.1.3, a execução anterior correspondente ao mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos ou dos



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação de Araruama
Coordenadora de Ensino da Secretaria

valores estimados para os componentes estruturantes da contratação, bem como a compatibilidade técnica e operacional com o objeto licitado.

Embora algumas licitantes tenham apresentado atestados contemplando determinados serviços isolados previstos nos Lotes 01 e 02, verificou-se que tais documentos não demonstram, em seu conjunto, experiência compatível com os componentes estruturantes da solução integrada objeto da presente contratação.

A comprovação de serviços pontuais, desacompanhada da demonstração da execução integrada dos elementos essenciais do evento, não evidencia a capacidade técnico-operacional exigida pelo Edital, especialmente quanto às características, complexidade operacional, porte e dimensão da contratação, conforme previsto no item 12.4.1 e seus subitens.

Verificou-se ainda, que algumas licitantes apresentaram atestados referentes à execução de eventos de médio ou grande porte, inclusive de dimensão superior à pretendida nesta contratação. Todavia, a análise técnica não se limitou ao porte do evento anteriormente executado, mas à efetiva demonstração de experiência compatível com os componentes estruturantes da solução integrada exigida pelo Edital.

Constatou-se que, em determinados casos, os atestados apresentados contemplam apenas serviços pontuais ou acessórios, sem evidenciar a execução integrada dos elementos essenciais relacionados aos Lotes 01 – Estrutura Geral e 02 – Cenografia e Ambientação, circunstância que impede o reconhecimento da capacidade técnico-operacional exigida, por não demonstrar compatibilidade suficiente com as características, complexidade operacional, porte e dimensão do objeto licitado.

III - Considerações

Por todo o exposto, conclui-se que, a partir da documentação referente ao item 12.4, objeto da presente análise o que abaixo se dispõe.

SS REPRESENTAÇÕES comprovam a atendimento integral das exigências técnicas previstas no item 12.4 do Edital, especialmente quanto a demonstração da capacidade técnico-operacional mínima exigida para os componentes estruturantes da solução integrada, nos Lotes 01 e 02.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação de Araruama
Gabinete da Secretária

16/07/2026

UAU, ASSOCIAÇÃO CARIOCA, MRC, LED PRO e EDNA ROSA comprovaram apenas parte das exigências técnicas previstas no item 12.4, não tendo sido evidenciada, pela documentação apresentada, a comprovação integral da capacidade técnico-operacional exigida pelo item 12.4.1.3 do Edital, conforme fundamentação constante desta manifestação.

MARFIM PRODUÇÃO, AC GESTÃO LTDA e KRAKTUS não demonstraram o atendimento aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos no item 12.4 do Edital, pelos fundamentos expostos na presente análise.

Encaminhe-se para as devidas providências.

Araruama, 15 de julho de 2026

Assinada por

Assinada por

Assinada por

Melina Antunes da Silva
MELINA ANTUNES DA SILVA

Secretária Executiva de Licitações e Contratos

Melina Antunes da Silva
Secretária Executiva de
Licitações e Contratos
Mat. 122891-9

gov.br

Documento assinado digitalmente

VALERIA CRISTINA TAVARES DO AMARAL

Data: 16/07/2026 11:42:23-0300

Verifique em <https://validar.id.gov.br>

VALERIA CRISTINA TAVARES DO AMARAL
Secretária Municipal de Educação

PROCESSO Nº 15402

FLS. 50

Frontispício de Apólice de Seguro Garantia

Licitante

Nº Apólice Seguro Garantia 01-0775-0694726 Nº 6403103

Controle Interno (Código Controle) 757558327

Número de Registro Susep 054362026000107750694726

Data de emissão 07/07/2026 9:26:16

Consulte aqui o registro da sua Apólice na Susep

Seguradora

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ nº: 84.948.157/0001-33

Registro: 05436

Sede: AV. DR. DÁRIO LOPES DOS SANTOS, 2197, 3º ANDAR, C.J. 02 - JARDIM BOTÂNICO - CEP 80210-010 - CURITIBA - PR

Tomador

MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA

CPF ou CNPJ nº: 18.608.503/0001-00

Sede: AV DAS AMERICAS 500 BLC 18 SAL 208, BLC 18 SAL 205 SALA 302, BARRA DA TIJUCA - CEP: 22.640-904 - RIO DE JANEIRO - RJ

Segurado

MUNICIPIO DE ARARUAMA

CPF ou CNPJ nº: 28.531.762/0001-33

Endereço: AVENIDA JOHN KENNEDY 120, PREDIO - ARARUAMA -
CEP: 28.970-000 - ARARUAMA - RJ

Corretora

000002.0.207554-9 AMO - CONS ADMC E

CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA

Endereço: AVENIDA FERNANDO MATTOS, 280, SALA 207, BARRA DA TIJUCA - CEP: 22.621-090 - RIO DE JANEIRO - RJ

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

100
Brasil
Assinado digitalmente por:
Reque Jr. de Melo

Assinado digitalmente por
Eduardo Cruci

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2/2004, de 24/04/2004, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatários(as):
Eduardo Cruci Nº de Registro do Certificado: 6A2772BD658727706E951331F7D277C4314AE00 Roque da Holanda Melo Nº de Série do Certificado:
2D27D255EE02DD5D88745D1B0B096B8207A29R77

 Vigência da Apólice

Início

Término

09/07/2026

08/10/2026

Autenticidade, integridade e validade jurídica em forma eletrônica garantida através do sistema Público Brasileiro. As condições contratuais deste produto protocolizadas pela sociedade junto à Susep, poderão ser consultadas no site <http://www.gov.br/susep/publicacoes/atos> sob o(s) número(s) de processo(s) SUSEP 15414.636371/2022-63 e nº 15414.636374/2022-97. Cuidado: 0800.643.0301.

Parapromelas platycephalus de *platycephalus* p. 100. 100. 100.

CR

PROCESSO N° 15402
FLS. 51
SOTTOSCRITTO
FIRMA

Nº Apólice Seguro Garantia 01-0775-0694726

Nº 5408108

junto
SEGUROS

Controle Interno (Código Controle) 7575E8327

Nº de Registro SUSEP 054362026000107750694726

Objeto da Garantia

Esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, conforme termos e condições descritos no **Edital DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026, PROCESSO Nº 8435/2026**.

Ademais, esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes do inadimplemento de multas e penalidades administrativas impostas pelo Segurado ao Tomador, e não adimplidas no prazo definido no Contrato Principal ou notificação realizada ao Tomador.

O presente documento é emitido em consonância com a Circular SUSEP 662, de 11 de abril de 2022.

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTES SEGURO.

Garantia Contratada: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice

Modalidade

Licitante

Limite Máximo Garantido (L.M.G)

R\$ 104.014,74

Ramo

0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia

Licitante

Limite Máximo de indenização (LMI)

R\$ 104.014,74

Vigência - 09/07/2026 a 08/10/2026

Multas e Penalidades

Limite Máximo de indenização (LMI)

R\$ 104.014,74

Vigência - 09/07/2026 a 08/10/2026

Demonstrativo do Prêmio

Prêmio Líquido Licitante

R\$ 822,06

PROCESSO Nº

FLS.

ASSINATURA ESCRIMBO

Autenticidade, integridade e validade jurídica em âmbito eletrônico, conforme Lei nº 11.412/2007 e Lei nº 11.414/2007, e Circular SUSEP 662/2022. As condições contratuais deste produto detalhadas pela seguradora junto à Susep, poderão ser consultadas no site <http://www.susep.gov.br/seguros> ou pelo e-mail atendimento@juntosseguros.com.br, com o uso do número de processo SUSEP 15414/536371/2022-53 e nº 15414/536374/2022-97. Ouvidoria: 0800.643.0301.

Nº Apólice Seguro Garantia 01-0775-0094726

Nº 6403103

junto
SEGUROS

Controle Interno (Código Controle) 757588527

Nº de Registro SUSEP 054362026000107750694726

Adicional de Fracionamento

R\$ 0,00

I.O.F.

R\$ 0,00

Prêmio Total

R\$ 822,06



Condições de Pagamento

Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor
1	14/07/2023	29867309	R\$ 822,06

Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica. O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s). Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição.

Autenticidade, integridade e validade jurídica em ferramentas digitais, conforme o Provimento 174/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as condições contratuais deste produto protocolizadas pela sociedade junto à Susap, poderão ser consultadas na site www.gov.br/susap informada com o número do processo SUSEP 15414.636374/2022-53 e nº 15414.636374/2022-97. Ouvidoria: 0800.643.0301.

14/07/2023

PROCESSO Nº

FLS.

ASSINATURA E TIMBO

Nº Apólice Seguro Garantia 01-0775-0694726

Nº 6403103

junto
SEGUROS

Controle Interno (Código Controle) 757558327

Nº de Registro SUSEP 054362026000107750694726

Condições Contratuais da Apólice de Seguro Garantia para Licitante

Processo SUSEP n.º 15414.636371/2022-53.

As Condições Contratuais desta Apólice também estão disponíveis para consulta na página da internet da Superintendência de Seguros Privados (<https://www.gov.br/susep>) ou da **Junto Seguros** (juntoseguros.com).

Confira aqui as Condições Contratuais da Apólice

1. Objetivo do Seguro - Riscos Cobertos

2. Riscos Excluídos

3. Prêmio

4. Alterações, Renovações e Atualizações

5. Reclamação, Caracterização e Regulagem de Sinistro

6. Liquidação de Sinistro, Indenização e Sub-Rogação

7. Perda de Direitos

8. Extinção da Cobertura

9. Concorrência de Apólices e Garantias

10. Controvérsias

11. Aceitação

12. Disposições Gerais

13. Definições

APÓLICE DIGITAL

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

LICITANTE

Processo SUSEP nº 15414.636371/2022-53

1. Objetivo do Seguro - Riscos Cobertos

1.1. Este contrato de seguro garante indenização, no limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato de seguro licitado, ou demais inadimplementos elencados nos termos e condições descritos no Edital os quais levem à execução da garantia oferecida.

2. Riscos Excluídos

2.1. Não estão incluídos na cobertura quaisquer prejuízos ocasionados direta ou indiretamente e ocorridos em consequência de:

- a não cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- b riscos cobertos ou que deveriam estar cobertos por outros ramos ou modalidades de seguro, tais como, mas não se limitando a seguro de responsabilidade civil, lucros cessantes e eventos e riscos de natureza ambiental, cujas Apólices estejam emitidas ou não;
- c eventos de caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;
- d inadimplência de obrigações do Edital que não sejam de responsabilidade do Tomador;
- e penalidades decorrentes do atraso do Tomador na apresentação desta Apólice e seus Endossos, ou da inadequação da Apólice para garantia do Edital;
- f atos de terrorismo conforme definido por legislação ou regulamentação aplicável;
- g atos de hostilidade, guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar e, em geral, todo ou qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, bem como atos praticados por qualquer pessoa agindo ou em ligação com qualquer organização cujas atividades visem a denubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação da ordem política e social do país por meio de atos de terrorismo, guerra, revolução, subversão e guerrilhas;
- h quaisquer perdas, destruição ou dano, de quaisquer bens materiais, prejuízos e despesas emergentes ou consequentes de qualquer forma de radiação, contaminação, resíduo ou fissão, inclusive, mas não se limitando, às nucleares e ionizantes;
- i obrigações que não estejam expressamente garantidas e previstas no Objeto da presente Apólice;
- j violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes, e beneficiário, se houver;

k quaisquer prejuízos decorrentes da alteração de forma relevante da obrigação garantida por esta Apólice que tenha sido acordada entre Segurado e Tomador, sem prévia comunicação e expressa anuência da Seguradora, por meio da emissão de Endosso, desde que tal alteração resulte em agravamento do risco e, concomitantemente, tenha relação com a ocorrência do Sinistro;

l quaisquer das hipóteses previstas no art. 99 e/ou art. 102 da Lei 14.133/2021;

m danos acordados, assim entendidos como as perdas previamente estipuladas no Edital para hipóteses de inadimplência do Tomador, tais como compensações, indenizações, perdas e danos etc.;

n despesas de contenção e salvamento.

3. Prêmio

3.1. O Tomador é responsável pelo pagamento do Prêmio correspondente a Apólice, assim como de todos seus Endossos, que deverá ser pago no tempo, no lugar e na forma convencionados.

3.2. Esta Apólice continuará em vigor mesmo quando o Tomador não pagar o Prêmio nas datas convencionadas.

3.3. A presente modalidade de Seguro Garantia não contempla a hipótese de devolução de Prêmio em caso de cancelamento.

4. Alterações, Renovações e Atualizações

4.1. A Apólice acompanhará as modificações previstas originalmente no Edital subscrito, mediante emissão de Endosso ou nova Apólice.

4.2. Para alterações posteriores efetuadas no Edital, em virtude das quais se faça necessária a modificação da Apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de Endosso ou nova Apólice.

4.3. As alterações, renovações e atualizações na Apólice, tanto nas hipóteses do item 4.1 quanto do item 4.2, não se presumem e serão precedidas de pedido do Segurado, acompanhado dos documentos que as demonstrem, inclusive para a atualização monetária do LMG pelo índice constante do Edital.

4.4. Ao aceitar a presente Apólice, Segurado e Tomador reconhecem o dever em comunicar previamente à Seguradora quaisquer alterações no Edital ou na obrigação constante no Objeto da Garantia que influenciem e/ou agravem de forma relevante o risco subscrito pela Seguradora, independentemente de estarem, ou não, tais alterações formalizadas contratualmente.

4.4.1. Considera-se agravamento relevante do risco qualquer alteração superveniente à subscrição do risco que aumente de modo significativo a probabilidade de inadimplência da obrigação constante do Objeto da Garantia ou a severidade dos seus efeitos, incluindo, mas não se limitando, às seguintes hipóteses:

a Alteração significativa no objeto do Edital e/ou na obrigação constante do Objeto da Garantia, especialmente aquelas que envolvam mudanças na natureza, no escopo, nos prazos ou nos valores originalmente pactuados;

b Modificação da matriz de riscos do Edital, se existente, sem a correspondente recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;

c Rescisão parcial que reduza obrigações do Tomador ou aditamento contratual que acrescente novas obrigações ao Tomador, ou implique aumento material de responsabilidades do Tomador;

d Redução substancial da capacidade econômico-financeira do Tomador, verificada durante a vigência do Edital;

e Perda, vencimento ou cancelamento de garantias acessórias vinculadas ao Edital; e

f Mudança de controle societário do Tomador ou reorganização societária que seja comunicada ao Segurado e impacte sua capacidade técnica, operacional ou financeira de cumprimento do Edital.

4.5. A não observância dolosa pelo Segurado das obrigações constantes no item 4.4. importa em Perda de Direitos, conforme item 7 abaixo, sem prejuízo da dívida de Prêmio Imputável ao Tomador e da obrigação de ressarcir as despesas incorridas pela Seguradora.

4.6. A não observância culposa pelo Segurado das obrigações constantes no item 4.4. obrigará o Tomador ao pagamento da diferença do Prêmio apurada ou, se a garantia for tecnicamente impossível ou o fato corresponder a um tipo de risco que não seja normalmente subscrito pela Seguradora, importa em Perda de Direitos, conforme item 7 abaixo.

4.7. Para fins do art. 14, §1º e §4º, e art. 44, §3º da Lei 15.040/2024, aplica-se o item 4.4.1 desta Apólice para definição de risco tecnicamente impossível de ser garantido e/ou risco não normalmente subscrito pela Seguradora.

5. Reclamação, Caracterização e Regulação de Sinistro

5.1. **Reclamação de Sinistro:** não sanado o inadimplemento e não assinado o contrato administrativo licitado, a Reclamação de Sinistro poderá ser realizada pelo Segurado, mediante envio de comunicação à Seguradora, ao "canal de sinistro" constante do sítio eletrônico da Seguradora, informando-a acerca da conclusão do processo administrativo para apuração de Prejuízos.

5.1.1. O descumprimento doloso do dever de comunicar prontamente e tempestiva da Reclamação de Sinistro configura hipótese de Perda de Direitos.

5.1.1.1. Para fins desta Apólice, o dolo eventual equipara-se ao dolo, produzindo igualmente a Perda de Direitos. Considera-se configurado o dolo eventual quando a Seguradora comprovar que o Segurado, mesmo ciente de eventos que ensejariam a comunicação, descumpra em todas as oportunidades que tomou ciência do(s) inadimplemento(s) do Tomador o dever de informar a Reclamação de Sinistro, assumindo o risco da consequente Perda de Direito, na forma do item 7 desta Apólice.

5.1.2. O descumprimento culposos do dever de comunicação tempestiva da Reclamação de Sinistro implica Perda do Direito à Indenização do valor equivalente aos danos decorrentes da omissão.

5.2. **Caracterização do Sinistro:** o Sinistro restará caracterizado quando da exigibilidade dos Prejuízos causados ao Segurado, por culpa ou dolo do Tomador, desde que apresentados os Documentos Essenciais listados no item 5.3 abaixo.

5.3. Para a Reclamação de Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes Documentos Essenciais que permitirão à Seguradora manifestar-se sobre a Caracterização do Sinistro e cobertura securitária:

a cópia do Edital de licitação e seus anexos;

b cópia integral do processo licitatório correspondente ao Edital;

c cópia de todas as notificações do Tomador para assinatura do contrato administrativo licitado, acompanhado da respectiva comprovação documental do recebimento pelo Tomador e decurso do prazo concedido;

d cópia integral de todos os processos administrativos relacionado ao Objeto da Garantia, inclusive o que documentou a inadimplência do Tomador referente à Reclamação do Sinistro que culminou na aplicação de multas e/ou apuração de Prejuízos ao Segurado;

e planilha, relatório e/ou correspondências informando os Prejuízos sofridos;

PROCESSO Nº

FLS.

ASSINATURA E CARIMBO

f planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

g cópia de todas as comunicações, atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre Segurado e Tomador, relacionados à inadimplência do Tomador;

h cópia do novo contrato firmado pelo Segurado com o Licitante Substituto, quando aplicável.

5.3.1. O Segurado deverá disponibilizar integralmente os Documentos Essenciais listados acima, preferencialmente em formato digital no "canal de sinistros" da Seguradora, que deverão estar legíveis e organizados em pastas individuais respeitando a ordem contida na listagem acima.

5.4. Regulação do Sinistro: a Seguradora deverá apresentar Relatório Final de Regulação do Sinistro que disporá sobre o reconhecimento ou não da cobertura securitária em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Reclamação de Sinistro devidamente acompanhada dos Documentos Essenciais acima listados e na forma prevista no item 5.3.1.

5.4.1. A Seguradora poderá solicitar, ao Segurado, outros documentos e/ou informações complementares para a análise de cobertura da Reclamação de Sinistro apresentada, hipótese na qual o prazo previsto no item 5.4. será suspenso, por 1 (uma) vez nos casos em que o LMG da Apólice for de até 500 (quinhentas) vezes o salário mínimo vigente ou no máximo 02 (duas) vezes para os demais casos, voltando a contar sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências da Seguradora.

5.4.2. Em caso de decisão judicial, ou arbitral, que impeça ou de alguma forma influencie na possibilidade de execução da garantia pelo Segurado, ou suspenda os efeitos da Reclamação de Sinistro comunicada à Seguradora, o prazo de 30 (trinta) dias constante do item 5.4. interrompido, reiniciando a partir do primeiro dia útil subsequente à revogação dos efeitos da decisão, mesmo que tenham sido interpostos recursos, se estes não possuírem efeito suspensivo.

6. Liquidação de Sinistro, Indenização e Sub-rogação

6.1. Após a Caracterização do Sinistro e emissão do Relatório Final de Regulação de Sinistro reconhecendo a cobertura securitária, a Seguradora iniciará o procedimento de liquidação do Sinistro visando indenizar o Segurado, ou o Beneficiário mediante pagamento em dinheiro dos Prejuízos ocasionados em razão da inadimplência do Tomador.

6.1.1. Para fins de apuração do valor da indenização, será considerado: (i) o valor do LMG previsto na Apólice; ou (ii) o valor das multas aplicadas ao Tomador, se houver, conforme disposto no Edital.

6.1.2. Em complemento ao cálculo descrito no item 6.1.1 acima, na ocorrência de Sinistro, os eventuais saldos de créditos do Tomador apurados junto ao Segurado, serão utilizados para amortização do valor da indenização, sem prejuízo de seu pagamento no prazo devido.

6.2. Caso o pagamento da Indenização ocorra antes da apuração dos saldos de créditos do Tomador, o Segurado devolverá à Seguradora os valores por ela pagos em excesso.

6.2.1. Para ausência de dúvidas, caberá exclusivamente ao Segurado comprovar à Seguradora a existência dos Prejuízos, mediante a disponibilização de documentos e/ou informações correlatas.

6.3. O pagamento da Indenização deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da emissão do Relatório Final de Sinistro que reconheça a cobertura securitária, desde que a Seguradora tenha recebido os elementos necessários para pagamento, tais como: termo de Pagamento e Quitação assinado com os dados bancários para realização do pagamento e/ou envio de guia de recolhimento com as devidas instruções para pagamento, conforme o caso.

6.3.1. O Segurado deverá disponibilizar os elementos necessários listados acima, preferencialmente, em formato digital no "canal de sinistros" da Seguradora, que deverão estar legíveis e organizados.

6.3.2. O não pagamento da Indenização no prazo previsto sujeitará a Seguradora ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o montante devido, juros de mora legais de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA/IBGE, a partir daquela data, nos termos do Edital e sua legislação específica.

6.4. Paga a Indenização, a Seguradora se sub-roga nos direitos e poderes do Segurado contra o Tomador e/ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao Sinistro.

6.4.1. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos de sub-rogação.

6.4.2. O Segurado é obrigado a colaborar no exercício dos direitos derivados da sub-rogação, respondendo pelos prejuízos que causar à Seguradora.

7. Perda de Direitos

7.1. O Segurado perderá o direito à garantia e à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- I. Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo comprovadamente praticados pelo Segurado, ou ainda pelo seu representante legal;
- II. Se o Segurado agravar intencionalmente e de forma relevante o risco coberto pela Apólice;
- III. Descumprimento de obrigações do Tomador decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado que tenham contribuído de forma determinante para a ocorrência do Sinistro;
- IV. Se o Segurado não cumprir integralmente quaisquer de suas obrigações previstas nas presentes Condições Contratuais desta Apólice ou previstas no Edital e legislação aplicável;
- V. Se o Segurado ou seu representante fizer declarações inexatas ou omitir dolosamente informações de seu conhecimento necessárias à aceitação da proposta e fixação da taxa para cálculo do valor do Prêmio da Apólice ou Endossos, nos termos do artigo 44 da Lei 15.040/2024;
- VI. Se for realizada alteração no Edital ou na obrigação constante do Objeto da Garantia sem anuência prévia da Seguradora, desde que: (i) disso resulte agravamento relevante do risco coberto; e (ii) tal situação tenha relação com o Sinistro ou reste comprovado que o Segurado silenciou de má-fé;
- VII. Se o Segurado não avisar prontamente a Reclamação do Sinistro na forma do item 5.1 destas Condições Contratuais, caso tal descumprimento configure agravamento do risco e impeça a Seguradora de adotar as medidas de mitigação de risco;
- VIII. Se o Segurado não tomar as providências necessárias e úteis para evitar ou minorar seus efeitos e/ou não prestar todas as informações de que disponha sobre o Sinistro, suas causas e consequências, sempre que questionado a respeito pela Seguradora, na forma do artigo 66 da Lei 15.040/2024, observado o disposto no item 5.1.1.1 desta Apólice.

7.2. O Segurado está ciente das hipóteses de Perda de Direito quanto a descumprimentos de suas obrigações, ônus, encargos, desembolsos e despesas de sua responsabilidade, assumidos e acordados no âmbito do Edital e/ou desta Apólice.

7.3. Ao aceitar a presente Apólice / Endosso, o Tomador declara à Seguradora que até a data de emissão da presente Apólice / Endossos não há nenhuma circunstância, evento ou inadimplimento do Tomador referente a(s) obrigação(ões) constante do Objeto da Garantia, que tenha gerado ou venha a gerar uma Expectativa de Sinistro, um aviso de Sinistro ou que caracterize a ocorrência de um Sinistro.

8. Extinção da Cobertura

8.1. A responsabilidade da Seguradora extingue-se a, de pleno direito, quando ocorrer uma das seguintes situações abaixo:

PROCESSO Nº 15402
FLS. 59
ASSINATURA E CARIMBO

- a o contrato administrativo decorrente do Edital garantido pela Apólice for definitivamente assinado entre Segurado e Tomador;
- b quando a Seguradora e o Segurado assinarem o acordo;
- c quando o pagamento da Indenização ao Segurado atingir o LMG da Apólice;
- d quando o Objeto da Garantia for extinto; ou
- e término da vigência prevista na Apólice ou Endosso.

8.2. A responsabilidade da Seguradora está limitada aos Prejuízos decorrentes dos eventos de inadimplemento ocorridos durante a Vigência da Apólice.

9. Concorrência de Apólices e Garantias

9.1. É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o mesmo objeto, salvo no caso de apólices complementares.

9.2. No caso de existirem duas ou mais garantias distintas cobrindo as mesmas obrigações do Objeto da Garantia, a Indenização deverá ser dividida proporcionalmente entre as garantias apresentadas ao Edital, de modo a não resultar em lucro do Segurado.

10. Controvérsias

10.1. Eventuais controvérsias entre Seguradora e Segurado serão processadas no foro do domicílio do Segurado, sendo facultado ao Segurado ajuizar a ação optando por qualquer domicílio da Seguradora ou de seu agente.

11. Aceitação

11.1. A contratação da Apólice somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado e nomeado, por todos os meios ramos legais admitidos. A proposta deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

11.2. A Seguradora terá o prazo de 25 (vinte e cinco) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento.

11.2.1. A solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 11.2. Nesta hipótese, o prazo de 25 (vinte e cinco) dias previsto no item 11.2 será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data em que se der a entrega da documentação.

11.3. No caso de não aceitação da proposta, a Seguradora comunicará o fato ao proponente por e-mail, via plataforma eletrônica ou qualquer outro meio escrito válido. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

11.4. A emissão da Apólice ou do endosso será feita em até 30 (trinta) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

11.5. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.

12. Disposições Gerais

12.1. No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente Apólice/Endosso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente Apólice/Endosso.

12.2. Cabe ao Tomador e ao Segurado a conferência das condições e termos desta Apólice e/ou Endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto em suas Condições Contratuais.

12.2.1. Para ausência de dúvidas, a presente Apólice não contém cláusula de retomada e não oferece cobertura para as hipóteses previstas no art. 102 da Lei 14.133/2021.

12.3. Tomador e Segurado reconhecem que a validade do presente negócio jurídico e a eficácia do contrato de seguro é vinculada à aceitação do Segurado da presente Apólice ou Endosso em sua integralidade.

12.4. Esta Apólice é inalienável e irrevogável.

12.5. Considera-se como âmbito geográfico de cobertura todo o território nacional.

12.6. A presente Apólice não conta com franquias, participações obrigatórias do Segurado, carência de qualquer tipo, assim como não permite a reintegração do seu Limite Máximo de Garantia.

12.7. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

12.8. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.

12.9. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico <https://www.gov.br/susep>.

Acesse o site da
Susep aqui

12.10. Aplica-se a esta Apólice os prazos prescricionais previstos em Lei.

13. Definições

13.1. Em acréscimo aos termos definidos constantes das Condições Contratuais, aplicam-se também a esta Apólice, as seguintes definições:



I. Apólice: documento, emitido e assinado pela Seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.



II. Beneficiário: pessoa jurídica, a qual possui interesse legítimo no Objeto da Garantia e que pode incorrer, direta ou indiretamente, em Prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual do Tomador.



III. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que complementam ou alteram as Condições Contratuais.



IV. Documentos Essenciais: correspondem aos elementos necessários à decisão a respeito da existência de cobertura e à quantificação dos valores devidos conforme previsto no art. 36, §1º e art. 57, §1º da Lei 15.040/2024, compreendendo os documentos probatórios mínimos do seguro, expressamente arrolados na Apólice, sem prejuízo de eventual solicitação de documentos complementares.



V. Edital: ato indicado no Objeto da Garantia, por intermédio do qual o Segurado faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigíveis dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa as cláusulas do eventual contrato a ser firmado, contemplando o instrumento de sua publicação, seus anexos, manuais, resumos, projetos e demais informações disponibilizadas pelo Segurado para elaboração de propostas pelos licitantes.



VI. Endosso: documento emitido pela Seguradora por meio do qual são formalizadas alterações da Apólice.



VII. Indenização: contraprestação da Seguradora perante o Segurado relativa aos Prejuízos causados pelo Tomador em razão do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro, a qual poderá se dar por meio de pagamento em dinheiro dos Prejuízos apurados no âmbito dos Prejuízos cobertos pelo seguro.

 **VIII. Limite Máximo de Garantia (LMG):** valor máximo de indenização garantido pela Seguradora considerando uma ou mais coberturas previstas na Apólice.

 **IX. Prejuízos:** (i) as multas e penalidades aplicadas pelo Segurado ao Tomador, se houver, em decorrência da não apresentação pelo Tomador ao Segurado dos documentos exigidos nos prazos estabelecidos no Edital ou da não assinatura do contrato administrativo, conforme definido no Edital, as quais não tenham sido adimplidas no prazo definido no Edital ou notificação ao Tomador; ou (ii) o pagamento integral da indenização, limitado ao Limite Máximo de Garantia (LMG) da Apólice, em decorrência da não assinatura do contrato administrativo do Tomador adjudicatário ou da não apresentação dos documentos exigidos, que não tenham sido adimplidos no prazo estabelecido no Edital ou em notificação formal ao Tomador.

 **X. Prêmio:** importância devida pelo Tomador à Seguradora, como contraprestação da cobertura de seguro contratada.

 **XI. Prêmio Mínimo:** a parcela do Prêmio não resgatável é devida à Seguradora a título de remuneração mínima a partir do momento da emissão do seguro, em razão das despesas realizadas e incorridas com a contratação, do consumo de capacidade e seu custo de oportunidade, bem como pela própria garantia securitária prestada desde o momento da emissão da Apólice.

 **XII. Relatório Final de Regulação de Sinistro:** documento no qual a Seguradora comunica existência de cobertura ou, conforme o caso, as razões técnico-jurídicas para eventual negativa de cobertura ou extinção de cobertura/responsabilidade da Seguradora.

 **XIII. Segurado:** ente da Administração Pública que publica o Edital, nos termos da legislação.

 **XIV. Seguradora:** é a Junto Seguros S/A.

 **XV. Seguro Garantia:** seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador perante o Segurado, conforme Condições Contratuais da Apólice.

 **XVI. Tomador:** pessoa jurídica participante de processo licitatório correspondente ao Edital.

 **XVII. Vigência:** as Apólices e Endossos terão seu início e término de Vigência às 23:59hs das datas para tal fim neles indicadas.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.608.503/0001-00, prestou para a Segunda Edição do evento Cidade PCD 2018, realizado no Espaço Sulamerica entre os dias 07 e 09 de dezembro de 2018, com satisfatória e plena capacidade técnica os serviços de:

- 1) Locação do Espaço Sulamerica Centro de Convenções, localizado na Av Paulo Frontin 01, Cidade Nova, Rio de Janeiro;
- 2) Organização, gestão e montagem do espaço físico para atender a Feira Cidade PCD 2018, com fornecimento de stands, geradores, palco, sonorização e serviços de iluminação e elétrica;
- 3) Produção e gestão de pessoas, tais como, mas não se limitando a produção executiva, controle de acessos, gestão de recepcionistas, seguranças, produção logística com aluguel de ônibus, vans e carros elétricos adequados para o público em questão;
- 4) Criação e desenvolvimento de todas as peças de identidade visual do evento, como toda a veiculação de mídia impressa, rádio, internet e busdoor;
- 5) Alimentação e hospedagem da equipe de produção e convidados

O Evento contou com a presença do Prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella e do Vice-Governador Claudio Castro.

Público estimado de 1.500 pessoas por dia, conforme autorização do Corpo de Bombeiro A-04200/18 DDP

Atenciosamente

Rio de Janeiro/RJ, 19 de dezembro de 2018

Denis Dela Alves

166.410.078-47

Diretor presidente

Vetor BR Comunicação e Marketing

Feira Cidade da Inclusão

19/12/2018, 15h 00min do Rio de Janeiro
Assinatura por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
DENIS DELA ALVES
Assinatura por 08/12/2018, 15h 00min do Rio de Janeiro
ASSIS FERRERA DA FONSECA, Escrevente Autorizado - 96-3721
Escriva: R\$ 6,00, T1-Fundos: R\$ 2,17, T2: R\$ 0,35 Total: R\$ R\$ 8,56
Selo: R\$ 8,56 - 100% RMA
Número de 10 dígitos: 1540263

15º OFÍCIO DE NOTAS - RJ-CAPITAL
Assis Ferrera da Fonseca
Escrivente Autorizado
Carteira C.G. RJ 963721

PROCESSO Nº

FLS.

15402

63



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Fazenda

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO TRANSITÓRIA

Insc. Municipal	Nº Autorização	Nº do Processo	Data Concessão	Validade	CNPJ/CPF	CLF
05835348	058553	841343832018	06/12/2018	09/12/2018	18.608.503/0001-00	CLF

CONCEDIDO A

MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA ME

PARA SE ESTABELECEER NO

CENTRO DE CONVENÇÕES SULAMERICA
Avenida Paulo De Frontin, 7, Cidade Nova.

COM AS SEQUENTES CARACTERÍSTICAS

2.22.51.8 - EVENTOS DE NATUREZA TRANSITÓRIA - SERVIÇOS

Evento: CIDADE PCD 2018

Local: CENTRO DE CONVENÇÕES SULAMERICA - Avenida Paulo De Frontin, 7, Cidade Nova.

Atividade: Feiras Promocionais para comercialização de produtos;

Datas: 07.08 e 09 de Dezembro de 2018, das 08:00h às 22:00h;

Estruturas: STANDES, EXPOSITORES

Período de montagem e desmontagem:

Montagem: 03 a 06 de Dezembro de 2018, das 08:00h às 22:00h;

Desmontagem: 10 de Dezembro de 2018, das 08:00h às 22:00h.

COM AS SEQUENTES RESTRIÇÕES

01. ART. 220 DO DEC. 322/76

23. VEDADA A PROPAGAÇÃO DE SOMS E RUÍDOS PARA O EXTERIOR

24. ALVARÁ TRANSITÓRIO

Término do evento até as 22h e lotação máxima de 1000 pessoas, não tendo fixados pelo CBMERJ na Aut. DDP nº A-04200/18, e respeito aos limites máximos de emissão de ruído permitidos pela Lei 3.250/01, alterada pela Lei 3.342/01. É de inteira responsabilidade civil e penal do requerente a proibição de qualquer dano provocado pelos organizadores ou frequentadores do evento, no local e durante o horário de sua realização.

PROCESSO Nº

FLS.

Assinado

Via ZapCarioca por

Rodrigo Santos de Castro
etário de Promoção de Eventos

: 06/12/2018 20:51:558
Rio de Janeiro



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIRETORIA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

VISTO

AUTORIZAÇÃO A-04200/18
DDP

Raphael Gonçalves da Silva
Tenente-Coronel BM - Rg CBMERJ - 19.811-9
Diretor de Diversões Públicas

O CORPO DE BOMBEIROS, consoante o disposto no decreto nº 16.695, de 12 de Julho de 1991 e atendendo a solicitação contida no protocolo nº E27/71351/11075/2018, resolve autorizar a (o):
NOME DO RESPONSÁVEL PELO EVENTO: MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA

EVENTO: CIDADE PCD 2018

LOCAL: AVENIDA PAULO DE FRONTIN, 01,

BAIRRO/MUNICÍPIO: PRAÇA DA BANDEIRA - RIO DE JANEIRO.

DATA(S): DE 07 A 09 DE DEZEMBRO DE 2018 HORARIO DE INICIO DAS 10:00 E TERMINO AS 19:00HS.

LOTAÇÃO: O público máximo é de 1500 (hum mil e quinhentas) pessoas. É proibido o ingresso de pessoas excedendo a lotação autorizada.

OBSERVAÇÕES:

01- Esta autorização objetiva informar que o requerente cumpre o disposto no Decreto Nº 897, de 21 de setembro de 1976 - COSCIP (Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico), no que tange às regras de escape e instalação de extintores portáteis e/ou sobre rodas;

02- O responsável pelo evento, deverá observar o fiel cumprimento ao Dec. Lei nº 112/69, à Lei nº 126/77 (Lei do Silêncio), bem como a Legislação Municipal concernente à Proteção Contra Ruídos;

03- O local onde será realizado o evento somente poderá funcionar com música mecânica e/ou ao vivo, atendendo os seguintes horários:

a) De 07:00 às 22:00 horas de domingo à quinta-feira;

b) De 07:00 às 24:00 horas às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados;

c) Este horário será prorrogado para os casos em que o nível de decibéis, que atinjam o ambiente externo da edificação, não seja superior ao permitido pela Lei 126/77 e/ou possuam isolamento acústico apropriado, onde impede a propagação do som para fora do local em que é produzido;

04- O responsável pelo evento, além de observar o que dispõe a Resolução SEDEC nº 278/04 deverá providenciar avisos orientadores citando os dispositivos existentes nos estabelecimentos para prevenção e combate a incêndio, bem como orientar ao público sobre os meios de saída e o modo de proceder diante de imprevistos que, conforme reza a Lei nº 1535/89, regulamentada pela Resolução SEDEC nº 09/791, poderão ser transmitidos da seguinte forma:

a) Por chamada oral - na forma de gravação ou ao vivo pelo apresentador do espetáculo, utilizando-se o sistema de som do estabelecimento;

b) Por filme de curta metragem - na forma de rolagem, de planta baixa ou croquis, podendo ser animado ou não e com duração de tempo de 30 segundos de duração;

c) Por impressos - na forma de planta baixa ou croquis afixando no mesmo a posição onde se encontra o observador. Confeccionado na dimensão mínima de formato A-4, e em quantidade de um para 250 metros quadrados de área de cobertura.

05- Avisar ao público, em tempo hábil, utilizando-se da imprensa ou qualquer outro meio de comunicação, da transferência do evento ou alterações do programa;

06- Manter, durante o funcionamento, pessoa idônea que represente o(s) responsável(eis), para receber notificação ou autos de autoridades, bem como, responder pela

Autorização - A-04200/18 - Página 1 de 2

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LIMA
Av. das Américas, 500 - B11 - L1505 - Barra da Tijuca - RJ - 22251-900

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel ao original que me foi apresentado.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 2018

WALLACE PEREIRA DE OLIVEIRA

ESCREVENTE - Matr. 84-1281

Emmentado: R\$ 6,25 - Tarifado: R\$ 2,50 - Total: R\$ 8,75

Selo: EDVW00315-AKR - Consulte em: <https://www3.trf3.jus.br/portal>

PROCESSO Nº 15402 MP

FLS. 69

ASSINATURA E R rubrica

Sesc

Senac

Vem Ai!

APRESENTAM

O MAIOR EVENTO PARA
PCD DO RIO

TUDO EM UM SÓ LUGAR

- Test-drive adaptado • Shows
- Desfile de moda • Esporte paralímpico
- Salas sensoriais • Equoterapia
- Praça de alimentação • Exposição e venda de produtos e serviços
- Palestras relevantes sobre o tema

7, 8, 9 DE DEZEMBRO

Horário: 10h às 19h

Local: **SulAmérica**
Centro de Convenções



RIO
DE JANEIRO A JANEIRO

Feira de inclusão, acessibilidade,
tecnologias assistivas, mobilidade
e esportes adaptados



ENTRADA GRATUITA

Contato: contato@universopcd.com.br
Faça seu credenciamento com antecedência para evitar fila no local
www.universopcd.com.br/cidade-pcd/ 21 9 8649-7153

PROCESSO Nº 5402
FLS. 66

ASSINATURA E CARIMBO

APRESENTAÇÃO

Sesc

Senac

UNIVERSO PCD

V

PCD

21 99362 9163

PAULISTA

INUSPER

CEAD

RIO

CAIXA

Loterj

A VONTADE DO RIO

AFAC

AFAC

AFAC

AFAC

AFAC

MODA/ARCA

ODIA

MINISTÉRIO DO ESPORTE

MINISTÉRIO DA SAÚDE

BRASIL



esporte RJ

Ministério do Rio de Janeiro



Sesc senax

APRESENTAM



Feira de inclusão, acessibilidade,
tecnologias assistivas, mobilidade
e esportes adaptados

Vem Aí! O MAIOR EVENTO DE INCLUSÃO DO RIO TUDO EM UM SÓ LUGAR

Feira de produtos adaptados • Shows • Desfile de moda • Esporte paralímpico
• Salas sensoriais • Equiterapia • Praça de alimentação • Exposição e venda
de produtos e serviços • Palestras relevantes sobre o tema

7 e 8 DE DEZEMBRO

Horário: 10h às 19h

Local: **SulAmérica**
Centro de Exposições



ENTRADA GRATUITA



Tire drive: [illegible]
Calor sensor: [illegible]
dep: [illegible]

PROCESSO N° 15902
FLS. 62
ASSINATURA E CARIMBO

Faça seu credenciamento com antecedência para evitar fila no local

Nome:

Endereço:

E-mail: Celular:

PcD: ☐

Acompanhante: ☐

Profissional: ☐

Tire uma foto desse cadastro preenchido e mande para nós pelo WhatsApp ☎ 21 9 8649-7153

Você pode se credenciar também no site:
🌐 www.universopcd.com.br/cidade-pcd/



REALIZAÇÃO



loterj APOSTA DO RIO



AGÊNCIA OFICIAL DE VIAGENS

MÍDIA PARCEIRA



21 59352 9183

ODIA

PROCESSO Nº 15402
FLS. 68
ASSINATURA E CARIMBO

R7.com

Rio de Janeiro Crivella faz abertura de feira para pessoas com deficiência
compartilhamentos

Crivella faz abertura de feira para pessoas com deficiência

Prefeitura do Rio montou espaço em evento para oferecer serviços e ações a favor de pessoas portadoras de deficiência

- Rio de Janeiro | Do R7
- 07/12/2018 - 17h26

Compartilhe:



• <https://www.r7.com/VhDG> Link copiado!

▶ Ouvir: 3m deficiência - Notícias 0:00

A- A+

PROCESSO Nº 15402
FLS. 79
ASSINATURA E CARIMBO



Crivella participou da abertura da feira

Edvaldo Reis/Prefeitura do Rio

O **prefeito Marcelo Crivella** abriu, nesta sexta-feira (7), a 2ª edição da Feira Cidade PCD, maior evento de inclusão, acessibilidade, orientação e mobilidade do Rio de Janeiro. No evento realizado em um centro de convenções da região central há um estande da Prefeitura do Rio, onde são oferecidos serviços e apresentadas ações em favor de pessoas com deficiência.

Segundo a prefeitura, o espaço montado na feira são diversos projetos do governo municipal, entre eles o sinal de trânsito com dispositivo sonoro, da CET-Rio, que ajuda a travessia de cegos. O equipamento já foi implantado em frente ao Instituto Benjamin Constant, na Urca, zona sul do Rio, que é referência no atendimento de deficientes visuais.

Veja também

- [Operação Niterói Presente prende suspeito com arma de fogo](#)
- [R.J. Justiça absolve acusados de matar filho de Cardimões de Jesus](#)
- [Rio: idosa é atropelada por ônibus próximo ao Mercado da Madureira](#)

Durante a feira, a prefeitura dará orientação para a retirada de documentos e orientação do RioCard Especial. Profissionais da Central Carioca de Intérprete de Libras estarão à disposição do público. A artista plástica Ana Paula Rocha vai levar para o estande telas em alto relevo para facilitar a integração de cegos com a arte.

Veja mais: [Prefeitura do Rio lança edital de licitação para o projeto de inclusão](#)

O Instituto Helena Antipoff, também da Prefeitura, vai oferecer a apresentação de recursos e materiais pedagógicos de acessibilidade, todos produzidos pelos próprios professores e oferecidos aos alunos da rede municipal de ensino.

A SMDEI (Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação) também participa do evento com a intermediação de mão de obra e o agendamento para retirada da Carteira de Trabalho. No sábado e no domingo, a Guarda Municipal do Rio de Janeiro apresentará o Showdog, com ações usadas na cinoterapia, terapia com cães. Além de atender crianças na Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), este ano o projeto foi estendido a 200 idosos do Abrigo Cristo Redentor.

- [abertura](#)
- [feira](#)
- [pessoas](#)
- [deficiência](#)

Compartilhe:

PROCESSO Nº 15402
FLS. 21

ASSINATURA E CARIMBO

ACESSIBILIDADE

(https://www.1746.rio)

Administrador(/c/portal/login?
p_id=2864131)

Plano Estratégico
2017 - 2020

www.rio.rj.gov.br/http://www.rio.rj.gov.br

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro(http://www.rio.rj.gov.br/home)

Notícia(http://www.rio.rj.gov.br/exibeconteudo)

(http://prefeitura.rio/web/planejamento/cpplv)

O plano

OUIDORIA(http://www.rio.rj.gov.br/ouvidoria/meray-inst4)

Verão da Cidade PcD, maior festa de inclusão e acessibilidade do Rio

CENTRO DE OPERAÇÕES
PREFEITURA DO RIO

03/12/2018 14:44:00

(http://cor.rio/)

Procedimentos
de controle
sobre as
Organizações
Sociais da Saúde
MAPS

(http://prefeitura.rio/web/cadastros)

TRANSPARÊNCIA
CARIÓICA

(http://prefeitura.rio/web/t)

RIO DIÁRIO OFICIAL



(http://doweb.rio.rj.gov.br)

Conheça a Estrutura
da Prefeitura

(http://sici.rio.rj.gov.br/PAG/)

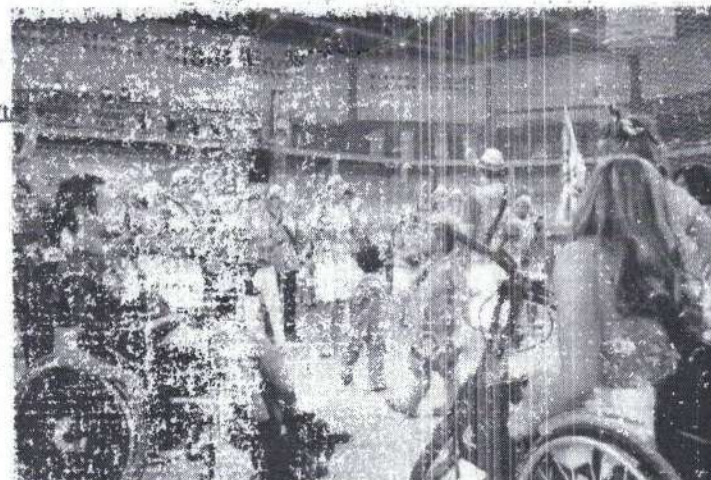


Foto: Prefeitura do Rio

A Foto da Prefeitura do Rio será de 10x30, nos pés do Cristo Redentor, com o principal objetivo de alertar, sensibilizar e outras personalidades comprometidas com a Causa PcD e a iluminação da imagem em azul. Simbolicamente, com deficiência, a cor poderá ser vista também em outros pontos turísticos, como o Maracanã, Copacabana Palace, Aquário, Museu de Arte Moderna, o Arco da Apoteose do Sambódromo e até o Museu de Arte e Arquitetura (MAA), em Niterói. Praia acessível em Copacabana e na Santa Marta, com atividades de dança de salão e samba em estações de metrô e pontos de ônibus. Outras atividades acontecem ao longo da semana, na Cidade PcD.

Conheça a estrutura da Prefeitura do Rio. A Prefeitura do Rio de Janeiro é uma das maiores e mais modernas do Brasil, com uma estrutura administrativa que atua em prol do segmento acessível.

SERVIÇOS

Seja qual for a
solicitação ou serviço, o
1746 pode te

ajudar(/web/cv/exibeconteud
id=5198457)

Alvará - Informações
Gerais(/web/smf/exibeconteu
id=667233)

IPTU: Emissão de 2ª via,
Certidão de Situação
Fiscal e Enfitéutica do
Imóvel, DARMs etc.
(/web/smf/exibeconteudo?
id=669249)

Veículos rebocados -
Consulta(/web/seop/exibecon
id=6840042)

Multas de
Trânsito(/web/smf/exibecont
id=2801876)

Licenciamentos(/web/seop/es
id=4233906)

Concursos(/web/servicoscom
id=2810238)

MAIS
SERVIÇOS(/WEB/GUEST/S
PREVIOUSGROUPIDSTR=1)

PROCESSO Nº 15402
FLS. 72
ASSINATURA E CARIMBO

Handwritten signature.

Gerardo Nogueira, foi secretário de Pessoa com Deficiência e um dos homenageados no evento de abertura da feira, nesta segunda, no Cristo Redentor.

Uma das atrações desta ano é a Casa Acessível: com rampas, piso tátil, legendas e toda acessibilidade que, pela primeira vez, será mostrada ao público. Outra novidade é o OrCan MyEye, aparelho que oferece independência a pessoas com deficiência visual, déficit de leitura, dislexia e Síndrome de Down. A partir de gestos com as mãos, a peça faz a leitura de textos e imagens, tecnologia de Israel que a Cidade PCO traz para o Brasil. Palestras, terapia, busca de empregos, shows, veículos adaptados, competições de esportes são algumas das muitas atividades que estarão à disposição das pessoas com deficiência nos três dias da feira. Como estrutura, haverá acesso guiado em ruas do entorno e interior, praça de alimentação, ambiente climatizado e banheiros adaptados. A programação completa está no site www.universopcd.com.br (<http://www.universopcd.com.br>).

VÁRIOS PARCEIROS NA INICIATIVA

Organizada pela revista site Universo PCO, a edição 2018 conta com parcerias do Senado e do Besc. Como no lançamento em 2017, no Parque Olímpico da Zona da Lagoa, a Prefeitura do Rio participará dos três dias da feira divulgando e ligando aos projetos PCO que oferece, como o equipamento de acessibilidade com o CEHRA para auxílio a travessia de cegos e orientações para a retirada de documentos e obtenção do RioCard (passe especial). Locais e serviços poderão ser conferidos no estande organizado pela Secretaria de Pessoa com Deficiência (Subpd), que também apresentará o Centro Carioca de Interpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) à disposição do público.

Paralela ao evento, a Prefeitura do Rio também usará as técnicas de cinema terapia, terapia com filmes, usada em 2017 para crianças atendidas na Apae, este ano em parceria com o Abrigo Cristo Redentor. Haverá também ações das secretarias de Educação e de Desenvolvimento, Emprego e Trabalho, que oferecerá mais de 18 mil vagas, com 10 mil vagas para pessoas com deficiência em quase 700 pessoas empregadas.

ATIVIDADES

Além das palestras, oficinas, demonstrações de robôs, próteses e órteses e produtos de tecnologia, o evento também terá uma programação de negócios do evento, com demonstrações de outros tratamentos, como a equoterapia com cavalos de Polícia Militar. Profissionais de áreas como saúde, educação, tecnologia e jurídico prestarão orientações sobre a retirada de documentos e passe especial, além de oficinas como as de dança de salão e pintura com aquarela. Também haverá testes com consultores do Departamento de Defesa da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) vão esclarecer dúvidas e oferecer orientações para a obtenção de impostos para a compra de veículos adaptados e para a contratação de pessoal especializado.

A Prefeitura do Rio também vai oferecer uma programação de atividades para as crianças, com jogos, brincadeiras e oficinas de artesanato. A programação também será acessível para as pessoas com deficiência, com rampas, piso tátil e legendas.

A Prefeitura Municipal fará demonstrações de atividades para as crianças, com jogos, brincadeiras e oficinas de artesanato. A programação também será acessível para as pessoas com deficiência, com rampas, piso tátil e legendas.

/ [ÁREA DE MARKETING](#) /

/ [ÁREA DE MARKETING](#) /

com demonstrações de m...
de Sérgio Motta, Secretário de...

/ [IDENTIDADE VISUAL DA MARCA](#) / [web/guest/identidade-visual-da-marca](#) /

para a marca adaptada...
de Sérgio Motta, Secretário de...

de Sérgio Motta, Secretário de...

de Sérgio Motta, Secretário de...

de Sérgio Motta, Secretário de...

<http://prefeitura.rio>

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - R. Afonso Cavalcanti, 455 - Cidade Nova - 20211-110

www.rio.rj.gov.br

/ [ÁREA DE MARKETING](#) /

/ [ÁREA DE MARKETING](#) /

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIRETORIA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

observância da Resolução SEDEC nº 276/04;

07- É proibida a queima de fogos de artifícios, artefatos pirotécnicos ou qualquer apresentação com produção de chamas;

08- O EVENTO NÃO FOI AUTORIZADO PARA UTILIZAÇÃO DE GÁS COMBUSTÍVEL, SEJA SOB A FORMA DE CILINDROS DE GLP OU CANALIZADO DE RUA, NÃO SENDO ADMITIDO ABASTECIMENTO DE QUALQUER TIPO DE GÁS COMBUSTÍVEL SEM A PRÉVIA ANÁLISE DO CORPO DE BOMBEIROS.

09- Foram apresentados os seguintes documentos:

a) CART nº 1922, 1923 e 1924/2018;

b) FARE nº 1993, 1994 e 1995/2018;

c) ART nº 2020180229287;

d) ART nº 2020180228472;

e) ART nº 2020180228477;

10- O presente documento será cancelado a qualquer tempo, caso haja inobservância às normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico, bem como a legislação que trata da Perturbação do Trabalho e Sossego alheios, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

11- Esta Autorização poderá ser cancelada, se for constatado a qualquer momento do evento as seguintes situações:

a) Possuir instalações elétricas em desacordo com a NBR 5410;

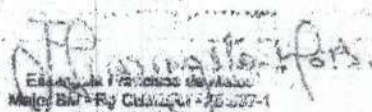
b) Realizar a montagem de qualquer estrutura de arquibancada, palcos ou similares sem a apresentação da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo CREA/RJ;

c) Realizar qualquer outro tipo de evento que não seja mencionado nesta Autorização;

d) O NÃO cumprimento de qualquer dos itens ou suplens contidos nas OBSERVAÇÕES acima.

e) Ultrapassar o horário de público descrito nesta Autorização.

Rio de Janeiro, 3 de Dezembro de 2018.

ELABORADOR
 Elaboração: Francisco de Assis Maj. BM - Rg CBMERJ - 22.037-1 Diretor de Atividades

CONFERE
 Rodrigo Fernandes da Silveira Pinto Tenente-Coronel BM - Rg CBMERJ - 22.176-5 Subdiretor de Diversões Públicas

Autorização - A-04200/18 - Página 2 de 2

PROCESSO Nº 15402
FLS. 15

ASSINATURA: CRIMBO



PROCESSO Nº 15402
FLS. 16
ASSINATURA E CARIMBO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a **MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 18.608.503/0001-00, estabelecida à Avenida das Américas, nº 500, Bloco 19, Sala 208, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22640-100, executou de forma regular, satisfatória e dentro dos padrões técnicos exigidos os serviços de planejamento, organização, produção, locação, montagem e operação de estruturas e equipamentos para eventos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria de Educação de Maricá, na etapa estadual da Olimpíada Brasileira de Robótica – OBR 2025 e na Festa Literária Internacional de Maricá – FLIM 2025, conforme processo administrativo nº 7131/2025.

Prestação de Serviços

Os serviços prestados contemplaram planejamento, organização, produção, contratação, locação de equipamentos, montagem de estruturas, instalação elétrica, operação técnica, planejamento e coordenação do evento, manutenção durante os eventos, incluindo infraestrutura completa para realização de atividades culturais, educacionais e tecnológicas.

- Locação de tendas, palcos, estruturas metálicas e treliças
- Painéis de LED e sistemas audiovisuais
- Equipamentos de sonorização de grande, médio e pequeno porte
- Iluminação cenográfica decorativa e técnica para eventos
- Geradores de energia elétrica e áudio técnica
- Arquibancadas, mobiliários e climatização
- Banheiros químicos e contêineres sanitários
- Estruturas modulares de piso, tabulado e praticáveis
- Equipamentos de informática e projeção
- Serviços de filmagem e transmissão simultânea

PROCESSO Nº 13402
FLS. 22
ASSINATURA E CARIMBO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- Equipe técnica especializada para operação dos sistemas

Quantitativos e Estruturas Relevantes

Foram utilizados diversos equipamentos e estruturas para os eventos, conforme Ordens de Serviços emitidas, destacando-se palcos estruturados, painéis de LED de alta definição, sistemas de som com tecnologia fly, iluminação cênica e técnica, treliças de alumínio Q30, tendas piramidais e galpões estruturais, pisos modulares e praticáveis, geradores de energia, banheiros químicos, mobiliário, equipamentos de informática e equipe técnica especializada.

O valor total dos serviços executados corresponde a R\$ 18.316.216,75 (dezoito milhões trezentos e dezesseis mil duzentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos), conforme documentação apresentada no processo.

Desempenho

Declaramos que os serviços foram executados de forma satisfatória, com pleno atendimento às exigências contratuais, técnicas e operacionais, cumprindo prazos, normas de segurança e padrões de qualidade exigidos para a realização dos eventos. Não houve registros de ocorrências que desabonem a capacidade técnica da empresa.

Este atestado é fornecido a pedido da interessada para fins de comprovação de qualificação técnica, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Maricá, 20 de março de 2026.

Prof. Dr. Rodrigo de M. Santos
Secretário Municipal de Educação
Matrícula 6364

Prof. Dr. Rodrigo de M. Santos - Mat. 6.364
Secretário de Educação

Lucas Siqueira Correia Nascimento - Mat. 114.174
Subsecretário Executivo de Administração e Finanças
Secretaria de Educação

Av. Nossa Senhora do Amparo, 133 - Centro - Maricá/RJ - Cep.: 24.900-830
E-mail: secretariaeducacaomarcarij.gov.br

PROCESSO Nº 19402
FLS. 98
ASSINATURA E CARIMBO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Paty do Alferes
GABINETE DO PREFEITO

2.2 Filmagem e Transmissão ao Vivo.

2.3 Contratação dos Artistas Bruno & Marrone, Zé Neto & Cristiano, Leo Santana e Dennis.

2.4 Organização e gestão da produção no que tange, mas não se limita a apoio logístico através da locação de vans e carros executivos, locação de quartos para hospedagem dos artistas e profissionais envolvidos, através de pousadas e hotéis da região, produção artística, apoio de produção e operação com sua equipe de produção em geral (Gerentes, Coordenadores, Produtores, Auxiliares de Produção, Vigias, Segurança Desarmada, Brigadistas e Bombeiros Cíveis, Auxiliares Operacionais de Montagem, Carregadores, Apresentadores, Locutores, DJ's, Assistente de Apoio ao Público), gerenciamento alimentos e bebidas, gestão de trânsito e segurança, limpeza do parque, suporte e contratação a equipe de médicos, centro médico e UTI móveis e ambulâncias;

2.5 Criação de página de comunicação e veiculação de mídia conforme plano de mídia aprovado junto a prefeitura em veículos de âmbito regional, estadual e internet;

2.6 Concepção e execução da decoração temática conforme identidade visual e conceito do evento;

2.7 Cenografia artística com montagem de painéis, estruturas cênicas, elementos tridimensionais, volumétricos e iluminações decorativas com efeitos especiais;

2.8 Ambientação completa dos espaços internos e externos, incluindo mobiliário, ornamentação floral, carpetes, cortinas, puffa, sofás, poltronas e lounges, Balcões de atendimento, e balcões bar, espelhos, araras, mesas, cadeiras e banquetas, divisórias Octanoma, organizador De Filas, Tv Lcd, revestimentos e elementos visuais;

Endereço: Marechal Bernaldes, nº 157 - Centro

Paty do Alferes - RJ - CEP: 23.040-000

Fone: (24) 3333-3333 - Fax: (24) 3333-3333

E-mail: paty@patydoalferes.rj.gov.br

Site: www.patydoalferes.rj.gov.br

PROCESSO Nº 15402
FLS. 82

ASSINATURA E CARIMBO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Paty do Alferes
GABINETE DO PREFEITO

3. Quantitativos e dados relevantes

• O evento foi autorizado pelo Corpo de Bombeiros, conforme alvará AUTORIZAÇÃO A-02219/25 DGGP com público de 30 mil pessoas por dia.

• Local de execução: Parque de Exposições Arnaury Monteiro Pullig, cujo o endereço: Alameda Antônio de Luz Fernandes, 10 - Avelar, Paty do Alferes - RJ, 26950-000.

Este atestado é fornecido a pedido da interessada, para fins de comprovação de qualificação técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Paty do Alferes, dia 11 de agosto de 2025.

gub

Assinatura digitalizada
JULIA APOLINIA OLIVEIRA DE MOURA JUNIOR
Data: 14/08/2025 17:40:25-0300
Validar em: <https://validar.trf.gov.br>

Julia Apolonia Oliveira de Moura Junior
Prefeita Municipal de Paty do Alferes

PROCESSO Nº 15402
FLS. 81
ASSINATURA E CARIMBO

Rua Manoel Monteiro, nº 167 - Centro
Paty do Alferes - RJ - CEP: 26.950-000
E-mail: gabinete@patydoalferes.rj.gov.br
Site: www.patydoalferes.rj.gov.br



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIVISÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO



Autorização A-02219/25
DGGP

Com base na documentação apresentada, na declaração do representante legal, na declaração do responsável técnico e nos documentos de responsabilidade técnica, todos anexados ao processo nº E27/26427/11075/2025, atendendo ao CoSCIP - Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico e Notas Técnicas, o CORPO DE BOMBEIROS resolve autorizar a (o):
NOME DO RESPONSÁVEL PELO EVENTO: MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
EVENTO: FESTA DO TOMATE 2025
LOCAL: AV. ANTONIO DA LUZ FERNANDES, SN.,
BAIRRO/MUNICÍPIO: AVELAR - PATY DO ALFERES.
DATA(S): DE 21 A 25 DE MAIO DE 2025. DAS 18:00HS AS 06:00HS.
LOTAÇÃO: O público máximo é de 30000(trinta mil) pessoas. É proibido o ingresso de pessoas excedendo a lotação autorizada.

OBSERVAÇÕES:

- TRATA-SE DE UMA FESTA NACIONAL, NOROESTE, COM SHOW.
- 01- Esta autorização, objetiva garantir que o requerente cumpra o disposto no Decreto nº 42, de 17 de dezembro de 2018 - CoSCIP (Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico), no que tange aos aspectos de escape e instalação de extintores portáteis e/ou sobre rodas.
 - 02- Os responsáveis pelo evento deverão observar o fiel cumprimento ao Dec. Lei nº 112/69, à Lei nº 126/77 (Lei do Silêncio), bem como a Legislação Municipal concernente à Proteção Contra Ruídos.
 - 03- Os responsáveis pelo evento, além de observar o que dispõe o Decreto nº 42, de 17 de dezembro de 2018, as Notas Técnicas e a Resolução Seclib nº 278/04 deverão providenciar avisos orientadores citando os dispositivos existentes no evento para prevenção e combate a incêndio, bem como orientar ao público sobre os meios de saída e o modo de proceder diante de imprevistos conforme a Lei nº 1535/89.
 - 04- Avisar ao público em tempo hábil, utilizando-se da imprensa ou qualquer outro meio de comunicação, da transferência do evento ou alterações do programa.
 - 05- Manter, pessoa física que represente os responsáveis, para assegurar permanentemente as condições de receptividade ao público, de forma a permitir que os trabalhos dos fiscais ocorram normalmente durante a realização do evento.
 - 06- É proibida a queima de qualquer tipo de fogos de artifícios, artefatos pirotécnicos ou qualquer apresentação com produção de chamas, sem a devida emissão de Autorização emitida pela DGGP/CBMERJ.
 - 07- Todas as saídas deverão estar sinalizadas, desimpedidas e com as aberturas voltadas para o sentido do escape dos frequentadores e possuir placa informativa de lotação conforme previsto na NT 2-05 - Sinalização de segurança contra incêndio e pânico.
 - 08- Encerrar-se a análise do processo que autoriza a presente Autorização:
a) ART nº 2020250117621 - Assunção de responsabilidade técnica por inspeção, vistoria e elaboração de teste de carga com enfileiramento de fecho trancado na estrutura sendo: 1 palco 18x14m, 1 palco 10x8m, 1 camarite em estrutura metálica 27,0x32,5m, 1 contêiner em cobertura de box truss 15x50m2. evento: festa do tomate 2025. data do evento: 21 a 25 de maio de 2025. horário do evento: 17:00 às 07:00 h. ", junto à declaração devidamente assinada pelo respectivo responsável técnico, orientando a atendimento das medidas de segurança e dos riscos específicos;
b) ART nº 20202500717863 - Assunção de responsabilidade técnica por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e manutenção de 1000m2 de carpete, 900m2 de carpeta, 600 placas de fechamento metálico, 500 grades, 1600m2 de box truss, 12 tendas 5x5m, 12 tendas 4x4m, 20 tendas 5x5, 15 tendas 6x8m, 8 tendas 8x8m, 11 tendas 10x10m, 10 tendas 15x50m em cobertura tríplice 2 águas. evento: festa do tomate 2025. data do evento: 21 a 25 de maio de 2025. horário do evento: 17:00 às 07:00 h. ", junto à declaração devidamente assinada pelo respectivo responsável técnico, orientando a atendimento das medidas de segurança e dos riscos específicos;

Autorização - A-02219/25 - Página 1 de 3

PROCESSO Nº 15402
FLS. 82

ASSINATURA E CARIMBO



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIVISÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

c) ART n° 202025011780 - Anotação de responsabilidade técnica por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação das estruturas a serem usadas nas estruturas do evento: as mesmas atendem às especificações de materiais, acabamentos, revestimento conforme nota técnica do cbmerj n° 2 - 20 e decreto no 42/2018 - c oscip, assim como a inflamabilidade da edificação atende às especificações de controle de materiais de acabamentos e revestimento, conforme nota técnica do cbmerj - n° 02 e decreto no 4 2/2018 - c oscip, evento: festa do tomate 2025, data do evento: 21 e 25 de maio de 2025, horário do evento: 17h as 07h, " junto à declaração devidamente assinada pelo responsável técnico, atestando o atendimento das medidas de segurança e dos riscos específicos;

d) ART n° 2020250117844 - Anotação de responsabilidade técnica por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação das estruturas a serem usadas nas estruturas do evento: 1 palco em alumínio 18x14m com house mix, 1 palco em alumínio 10x8m, 128m2 piso deck, 64m2 piso praticagem, 40 salas de octanorme 4x4m, 17 stands de octanorme de 4x3m, 4 stands de octanorme de 4x10m, 1 stand de 20x3m em octanorme, 4 stand de 14x3m em octanorme, 1 stand 10x3m em octanorme, 3000m2 piso tabuleado, 1 camarote em cobertura galspace 27,5 x 82m, 2500m2 piso easyfloor, evento: festa do tomate 2025, data do evento: 21 e 25 de maio de 2025, horário do evento: 17:00 as 07:00 h, " junto à declaração devidamente assinada pelo responsável técnico, atestando o atendimento das medidas de segurança e dos riscos específicos;

e) ART n° 2020250117793 - Anotação de responsabilidade referente a estrutura montada no evento temporário - (aprova a estabilidade das estruturas montadas devido a força da ação dos ventos, conforme nbr 6123) do evento: festa do tomate 2025, data do evento: 21 e 25 de maio de 2025, horário do evento: 17h as 07h, " junto à declaração devidamente assinada pelo responsável técnico, atestando o atendimento das medidas de segurança e dos riscos específicos;

f) ART n° 2020250117801 - Anotação de responsabilidade técnica por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação de 2 som de grande porte com fly, 5 iluminação de grande porte, 1 som de grande porte, 210m2 painel de led, 2 gerador 180 kva, 1 gerador 250 kva, 1 gerador 150 kva, 2 torres de delay, som de linha, som medio porte com backline, 5 kits de iluminação técnica, evento: festa do tomate 2025, data do evento: 21 e 25 de maio de 2025, horário do evento: 17:00 as 07:00 h, " junto à declaração devidamente assinada pelo responsável técnico, atestando o atendimento das medidas de segurança e dos riscos específicos;

g) ART n° 2020250121374 - Anotação de responsabilidade por execução da instalação do sistema de sinalização de segurança, conforme nbr 13434 parte 1 e 2, do sistema de iluminação de emergência, conforme nbr 10898, evento: festa do tomate 2025, data do evento: 21 e 25 de maio de 2025, horário do evento: 17h as 07h, " junto à declaração devidamente assinada pelo responsável técnico, atestando o atendimento das medidas de segurança e dos riscos específicos;

h) Declaração de responsabilidade técnica referente ao evento com o projeto apresentado junto ao processo que gerou esta autorização, assinada pelo representante legal do evento, o Sr. Heli Ricardo Pereira de Luca Júnior, CPF n° 090.190.287-17;

i) Declaração de não utilização de gás combustível, orgânicos mecânicos, elétricos ou eletrônicos;

j) Contrato de prestação de serviços de locação de extintores, emitido pela empresa Seven Fire LTDA, CNPJ: 51.515.499/0001-79, prevendo 10 BPC a 30 extintores por turno durante o evento;

k) Manutenção preventiva de carga emitida pelo Eng° Fabrício de Paula Reis, CREA/RJ n° 2004107853 em conformidade com o ART n° 2020250117801;

l) Certificação de qualificação de 018358-25 (GGST);

m) Certificação de qualificação de 018358-25 (GGST);

n) CART n° 1087, n° 1088, n° 1089, n° 1090, n° 1091, n° 1092, n° 1093, n° 1094, n° 1095, n° 1096, n° 1097, n° 1098, n° 1099, n° 1100, n° 1101, n° 1102, n° 1103, n° 1104, n° 1105, n° 1106, n° 1107, n° 1108, n° 1109, n° 1110, n° 1111, n° 1112, n° 1113, n° 1114, n° 1115, n° 1116, n° 1117, n° 1118, n° 1119, n° 1120, n° 1121, n° 1122, n° 1123, n° 1124, n° 1125, n° 1126, n° 1127, n° 1128, n° 1129, n° 1130, n° 1131, n° 1132, n° 1133, n° 1134, n° 1135, n° 1136, n° 1137, n° 1138, n° 1139, n° 1140, n° 1141, n° 1142, n° 1143, n° 1144, n° 1145, n° 1146, n° 1147, n° 1148, n° 1149, n° 1150, n° 1151, n° 1152, n° 1153, n° 1154, n° 1155, n° 1156, n° 1157, n° 1158, n° 1159, n° 1160, n° 1161, n° 1162, n° 1163, n° 1164, n° 1165, n° 1166, n° 1167, n° 1168, n° 1169, n° 1170, n° 1171, n° 1172, n° 1173, n° 1174, n° 1175, n° 1176, n° 1177, n° 1178, n° 1179, n° 1180, n° 1181, n° 1182, n° 1183, n° 1184, n° 1185, n° 1186, n° 1187, n° 1188, n° 1189, n° 1190, n° 1191, n° 1192, n° 1193, n° 1194, n° 1195, n° 1196, n° 1197, n° 1198, n° 1199, n° 1200, n° 1201, n° 1202, n° 1203, n° 1204, n° 1205, n° 1206, n° 1207, n° 1208, n° 1209, n° 1210, n° 1211, n° 1212, n° 1213, n° 1214, n° 1215, n° 1216, n° 1217, n° 1218, n° 1219, n° 1220, n° 1221, n° 1222, n° 1223, n° 1224, n° 1225, n° 1226, n° 1227, n° 1228, n° 1229, n° 1230, n° 1231, n° 1232, n° 1233, n° 1234, n° 1235, n° 1236, n° 1237, n° 1238, n° 1239, n° 1240, n° 1241, n° 1242, n° 1243, n° 1244, n° 1245, n° 1246, n° 1247, n° 1248, n° 1249, n° 1250, n° 1251, n° 1252, n° 1253, n° 1254, n° 1255, n° 1256, n° 1257, n° 1258, n° 1259, n° 1260, n° 1261, n° 1262, n° 1263, n° 1264, n° 1265, n° 1266, n° 1267, n° 1268, n° 1269, n° 1270, n° 1271, n° 1272, n° 1273, n° 1274, n° 1275, n° 1276, n° 1277, n° 1278, n° 1279, n° 1280, n° 1281, n° 1282, n° 1283, n° 1284, n° 1285, n° 1286, n° 1287, n° 1288, n° 1289, n° 1290, n° 1291, n° 1292, n° 1293, n° 1294, n° 1295, n° 1296, n° 1297, n° 1298, n° 1299, n° 1300, n° 1301, n° 1302, n° 1303, n° 1304, n° 1305, n° 1306, n° 1307, n° 1308, n° 1309, n° 1310, n° 1311, n° 1312, n° 1313, n° 1314, n° 1315, n° 1316, n° 1317, n° 1318, n° 1319, n° 1320, n° 1321, n° 1322, n° 1323, n° 1324, n° 1325, n° 1326, n° 1327, n° 1328, n° 1329, n° 1330, n° 1331, n° 1332, n° 1333, n° 1334, n° 1335, n° 1336, n° 1337, n° 1338, n° 1339, n° 1340, n° 1341, n° 1342, n° 1343, n° 1344, n° 1345, n° 1346, n° 1347, n° 1348, n° 1349, n° 1350, n° 1351, n° 1352, n° 1353, n° 1354, n° 1355, n° 1356, n° 1357, n° 1358, n° 1359, n° 1360, n° 1361, n° 1362, n° 1363, n° 1364, n° 1365, n° 1366, n° 1367, n° 1368, n° 1369, n° 1370, n° 1371, n° 1372, n° 1373, n° 1374, n° 1375, n° 1376, n° 1377, n° 1378, n° 1379, n° 1380, n° 1381, n° 1382, n° 1383, n° 1384, n° 1385, n° 1386, n° 1387, n° 1388, n° 1389, n° 1390, n° 1391, n° 1392, n° 1393, n° 1394, n° 1395, n° 1396, n° 1397, n° 1398, n° 1399, n° 1400, n° 1401, n° 1402, n° 1403, n° 1404, n° 1405, n° 1406, n° 1407, n° 1408, n° 1409, n° 1410, n° 1411, n° 1412, n° 1413, n° 1414, n° 1415, n° 1416, n° 1417, n° 1418, n° 1419, n° 1420, n° 1421, n° 1422, n° 1423, n° 1424, n° 1425, n° 1426, n° 1427, n° 1428, n° 1429, n° 1430, n° 1431, n° 1432, n° 1433, n° 1434, n° 1435, n° 1436, n° 1437, n° 1438, n° 1439, n° 1440, n° 1441, n° 1442, n° 1443, n° 1444, n° 1445, n° 1446, n° 1447, n° 1448, n° 1449, n° 1450, n° 1451, n° 1452, n° 1453, n° 1454, n° 1455, n° 1456, n° 1457, n° 1458, n° 1459, n° 1460, n° 1461, n° 1462, n° 1463, n° 1464, n° 1465, n° 1466, n° 1467, n° 1468, n° 1469, n° 1470, n° 1471, n° 1472, n° 1473, n° 1474, n° 1475, n° 1476, n° 1477, n° 1478, n° 1479, n° 1480, n° 1481, n° 1482, n° 1483, n° 1484, n° 1485, n° 1486, n° 1487, n° 1488, n° 1489, n° 1490, n° 1491, n° 1492, n° 1493, n° 1494, n° 1495, n° 1496, n° 1497, n° 1498, n° 1499, n° 1500, n° 1501, n° 1502, n° 1503, n° 1504, n° 1505, n° 1506, n° 1507, n° 1508, n° 1509, n° 1510, n° 1511, n° 1512, n° 1513, n° 1514, n° 1515, n° 1516, n° 1517, n° 1518, n° 1519, n° 1520, n° 1521, n° 1522, n° 1523, n° 1524, n° 1525, n° 1526, n° 1527, n° 1528, n° 1529, n° 1530, n° 1531, n° 1532, n° 1533, n° 1534, n° 1535, n° 1536, n° 1537, n° 1538, n° 1539, n° 1540, n° 1541, n° 1542, n° 1543, n° 1544, n° 1545, n° 1546, n° 1547, n° 1548, n° 1549, n° 1550, n° 1551, n° 1552, n° 1553, n° 1554, n° 1555, n° 1556, n° 1557, n° 1558, n° 1559, n° 1560, n° 1561, n° 1562, n° 1563, n° 1564, n° 1565, n° 1566, n° 1567, n° 1568, n° 1569, n° 1570, n° 1571, n° 1572, n° 1573, n° 1574, n° 1575, n° 1576, n° 1577, n° 1578, n° 1579, n° 1580, n° 1581, n° 1582, n° 1583, n° 1584, n° 1585, n° 1586, n° 1587, n° 1588, n° 1589, n° 1590, n° 1591, n° 1592, n° 1593, n° 1594, n° 1595, n° 1596, n° 1597, n° 1598, n° 1599, n° 1600, n° 1601, n° 1602, n° 1603, n° 1604, n° 1605, n° 1606, n° 1607, n° 1608, n° 1609, n° 1610, n° 1611, n° 1612, n° 1613, n° 1614, n° 1615, n° 1616, n° 1617, n° 1618, n° 1619, n° 1620, n° 1621, n° 1622, n° 1623, n° 1624, n° 1625, n° 1626, n° 1627, n° 1628, n° 1629, n° 1630, n° 1631, n° 1632, n° 1633, n° 1634, n° 1635, n° 1636, n° 1637, n° 1638, n° 1639, n° 1640, n° 1641, n° 1642, n° 1643, n° 1644, n° 1645, n° 1646, n° 1647, n° 1648, n° 1649, n° 1650, n° 1651, n° 1652, n° 1653, n° 1654, n° 1655, n° 1656, n° 1657, n° 1658, n° 1659, n° 1660, n° 1661, n° 1662, n° 1663, n° 1664, n° 1665, n° 1666, n° 1667, n° 1668, n° 1669, n° 1670, n° 1671, n° 1672, n° 1673, n° 1674, n° 1675, n° 1676, n° 1677, n° 1678, n° 1679, n° 1680, n° 1681, n° 1682, n° 1683, n° 1684, n° 1685, n° 1686, n° 1687, n° 1688, n° 1689, n° 1690, n° 1691, n° 1692, n° 1693, n° 1694, n° 1695, n° 1696, n° 1697, n° 1698, n° 1699, n° 1700, n° 1701, n° 1702, n° 1703, n° 1704, n° 1705, n° 1706, n° 1707, n° 1708, n° 1709, n° 1710, n° 1711, n° 1712, n° 1713, n° 1714, n° 1715, n° 1716, n° 1717, n° 1718, n° 1719, n° 1720, n° 1721, n° 1722, n° 1723, n° 1724, n° 1725, n° 1726, n° 1727, n° 1728, n° 1729, n° 1730, n° 1731, n° 1732, n° 1733, n° 1734, n° 1735, n° 1736, n° 1737, n° 1738, n° 1739, n° 1740, n° 1741, n° 1742, n° 1743, n° 1744, n° 1745, n° 1746, n° 1747, n° 1748, n° 1749, n° 1750, n° 1751, n° 1752, n° 1753, n° 1754, n° 1755, n° 1756, n° 1757, n° 1758, n° 1759, n° 1760, n° 1761, n° 1762, n° 1763, n° 1764, n° 1765, n° 1766, n° 1767, n° 1768, n° 1769, n° 1770, n° 1771, n° 1772, n° 1773, n° 1774, n° 1775, n° 1776, n° 1777, n° 1778, n° 1779, n° 1780, n° 1781, n° 1782, n° 1783, n° 1784, n° 1785, n° 1786, n° 1787, n° 1788, n° 1789, n° 1790, n° 1791, n° 1792, n° 1793, n° 1794, n° 1795, n° 1796, n° 1797, n° 1798, n° 1799, n° 1800, n° 1801, n° 1802, n° 1803, n° 1804, n° 1805, n° 1806, n° 1807, n° 1808, n° 1809, n° 1810, n° 1811, n° 1812, n° 1813, n° 1814, n° 1815, n° 1816, n° 1817, n° 1818, n° 1819, n° 1820, n° 1821, n° 1822, n° 1823, n° 1824, n° 1825, n° 1826, n° 1827, n° 1828, n° 1829, n° 1830, n° 1831, n° 1832, n° 1833, n° 1834, n° 1835, n° 1836, n° 1837, n° 1838, n° 1839, n° 1840, n° 1841, n° 1842, n° 1843, n° 1844, n° 1845, n° 1846, n° 1847, n° 1848, n° 1849, n° 1850, n° 1851, n° 1852, n° 1853, n° 1854, n° 1855, n° 1856, n° 1857, n° 1858, n° 1859, n° 1860, n° 1861, n° 1862, n° 1863, n° 1864, n° 1865, n° 1866, n° 1867, n° 1868, n° 1869, n° 1870, n° 1871, n° 1872, n° 1873, n° 1874, n° 1875, n° 1876, n° 1877, n° 1878, n° 1879, n° 1880, n° 1881, n° 1882, n° 1883, n° 1884, n° 1885, n° 1886, n° 1887, n° 1888, n° 1889, n° 1890, n° 1891, n° 1892, n° 1893, n° 1894, n° 1895, n° 1896, n° 1897, n° 1898, n° 1899, n° 1900, n° 1901, n° 1902, n° 1903, n° 1904, n° 1905, n° 1906, n° 1907, n° 1908, n° 1909, n° 1910, n° 1911, n° 1912, n° 1913, n° 1914, n° 1915, n° 1916, n° 1917, n° 1918, n° 1919, n° 1920, n° 1921, n° 1922, n° 1923, n° 1924, n° 1925, n° 1926, n° 1927, n° 1928, n° 1929, n° 1930, n° 1931, n° 1932, n° 1933, n° 1934, n° 1935, n° 1936, n° 1937, n° 1938, n° 1939, n° 1940, n° 1941, n° 1942, n° 1943, n° 1944, n° 1945, n° 1946, n° 1947, n° 1948, n° 1949, n° 1950, n° 1951, n° 1952, n° 1953, n° 1954, n° 1955, n° 1956, n° 1957, n° 1958, n° 1959, n° 1960, n° 1961, n° 1962, n° 1963, n° 1964, n° 1965, n° 1966, n° 1967, n° 1968, n° 1969, n° 1970, n° 1971, n° 1972, n° 1973, n° 1974, n° 1975, n° 1976, n° 1977, n° 1978, n° 1979, n° 1980, n° 1981, n° 1982, n° 1983, n° 1984, n° 1985, n° 1986, n° 1987, n° 1988, n° 1989, n° 1990, n° 1991, n° 1992, n° 1993, n° 1994, n° 1995, n° 1996, n° 1997, n° 1998, n° 1999, n° 2000, n° 2001, n° 2002, n° 2003, n° 2004, n° 2005, n° 2006, n° 2007, n° 2008, n° 2009, n° 2010, n° 2011, n° 2012, n° 2013, n° 2014, n° 2015, n° 2016, n° 2017, n° 2018, n° 2019, n° 2020, n° 2021, n° 2022, n° 2023, n° 2024, n° 2025, n° 2026, n° 2027, n° 2028, n° 2029, n° 2030, n° 2031, n° 2032, n° 2033, n° 2034, n° 2035, n° 2036, n° 2037, n° 2038, n° 2039, n° 2040, n° 2041, n° 2042, n° 2043, n° 2044, n° 2045, n° 2046, n° 2047, n° 2048, n° 2049, n° 2050, n° 2051, n° 2052, n° 2053, n° 2054, n° 2055, n° 2056, n° 2057, n° 2058, n° 2059, n° 2060, n° 2061, n° 2062, n° 2063, n° 2064, n° 2065, n° 2066, n° 2067, n° 2068, n° 2069, n° 2070, n° 2071, n° 2072, n° 2073, n° 2074, n° 2075, n° 2076, n° 2077, n° 2078, n° 2079, n° 2080, n° 2081, n° 2082, n° 2083, n° 2084, n° 2085, n° 2086, n° 2087, n° 2088, n° 2089, n° 2090, n° 2091, n° 2092, n° 2093, n° 2094, n° 2095, n° 2096, n° 2097, n° 2098, n° 2099, n° 2100, n° 2101, n° 2102, n° 2103, n° 2104, n° 2105, n° 2106, n° 2107, n° 2108, n° 2109, n° 2110, n° 2111, n° 2112, n° 2113, n° 2114, n° 2115, n° 2116, n° 2117, n° 2118, n° 2119, n° 2120, n° 2121, n° 2122, n° 2123, n° 2124, n° 2125, n° 2126, n° 2127, n° 2128, n° 2129, n° 2130, n° 2131, n° 2132, n° 2133, n° 2134, n° 2135, n° 2136, n° 2137, n° 2138, n° 2139, n° 2140, n° 2141, n° 2142, n° 2143, n° 2144, n° 2145, n° 2146, n° 2147, n° 2148, n° 2149, n° 2150, n° 2151, n° 2152, n° 2153, n° 2154, n° 2155, n° 2156, n° 2157, n° 2158, n° 2159, n° 2160, n° 2161, n° 2162, n° 2163, n° 2164, n° 2165, n° 2166, n° 2167, n° 2168, n° 2169, n° 2170, n° 2171, n° 2172, n° 2173, n° 2174, n° 2175, n° 2176, n° 2177, n° 2178, n° 2179, n° 2180, n° 2181, n° 2182, n° 2183, n° 2184, n° 2185, n° 2186, n° 2187, n° 2188, n° 2189, n° 2190, n° 2191, n° 2192, n° 2193, n° 2194, n° 2195, n° 2196, n° 2197, n° 2198, n° 2199, n° 2200, n° 2201, n° 2202, n° 2203, n° 2204, n° 2205, n° 2206, n° 2207, n° 2208, n° 2209, n° 2210, n° 2211, n° 2212, n° 2213, n° 2214, n° 2215, n° 2216, n° 2217, n° 2218, n° 2219, n° 2220, n° 2221, n° 2222, n° 2223, n° 2224, n° 2225, n° 2226, n° 2227, n° 2228, n° 2229, n° 2230, n° 2231, n° 2232, n° 2233, n° 2234, n° 2235, n° 2236, n° 2237, n° 2238, n° 2239, n° 2240, n° 2241, n° 2242, n° 2243, n° 2244, n° 2245, n° 2246, n° 2247, n° 2248, n° 2249, n° 2250, n° 2251, n° 2252, n° 2253, n° 2254, n° 2255, n° 2256, n° 2257, n° 2258, n° 2259, n° 2260, n° 2261, n° 2262, n° 2263, n° 2264, n° 2265, n° 2266, n° 2267, n° 2268, n° 2269, n° 2270, n° 2271, n° 2272, n° 2273, n° 2274, n° 2275, n° 2276, n° 2277, n° 2278, n° 2279, n° 2280, n° 2281, n° 2282, n° 2283, n° 2284, n° 2285, n° 2286, n° 2287, n° 2288, n° 2289, n° 2290, n° 2291, n° 2292, n° 2293, n° 2294, n° 2295, n° 2296, n° 2297, n° 2298, n° 2299, n° 2300, n° 2301, n° 2302, n° 2303, n° 2304, n° 2305, n° 2306, n° 2307, n° 2308, n° 2309, n° 2310, n° 2311, n° 2312, n° 2313, n° 2314, n° 2315, n° 2316, n° 2317, n° 2318, n° 2319, n° 2320, n° 2321, n° 2322, n° 2323, n° 2324, n° 2325, n° 2326, n° 2327, n° 2328, n° 2329, n° 2330, n° 2331, n° 2332, n° 2333, n° 2334, n° 2335, n° 2336, n° 2337, n° 2338, n° 2339, n° 2340, n° 2341, n° 2342, n° 2343, n° 2344, n° 2345, n° 2346, n° 2347, n° 2348, n° 2349, n° 2350, n° 2351, n° 2352, n° 2353, n° 2354, n° 2355, n° 2356, n° 2357, n° 2358, n° 2359, n° 2360, n° 2361, n° 2362, n° 2363, n° 2364, n° 2365, n° 2366, n° 2367, n° 2368, n° 2369, n° 2370, n° 2371, n° 2372, n° 2373, n° 2374, n° 2375, n° 2376, n° 2377, n° 2378, n° 2379, n° 2380, n° 2381, n° 2382, n° 2383, n° 2384, n° 2385, n° 2386, n° 2387, n° 2388, n° 2389, n° 2390, n° 2391, n° 2392, n° 2393, n° 2394, n° 2395, n° 2396, n° 2397, n° 2398, n° 2399, n° 2400, n° 2401, n° 2402, n° 2403, n° 2404, n° 2405, n° 2406, n° 2407, n° 2408, n° 2409, n° 2410, n° 2411, n° 2412, n°



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIVISÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

RJ, 20 de Maio de 2025

Elaborado por: Marcos Felipe de Barros Antonio

Capitão BM - Rg CBMERJ - 47.130

Analista

Assinado eletronicamente em 20/05/2025 às 18:28:02.

(Assinatura eletrônica)

Conferido por: Martinez de Araujo Mello Neto

Tenente-Coronel BM - Rg CBMERJ - 31.264-5

Subdiretor Geral de Diversões Públicas

Assinado eletronicamente em 20/05/2025 às 18:35:01.

(Assinatura eletrônica)



(Assinatura eletrônica)

Autorização - A-02219/25 - Página 3 de 3

PROCESSO Nº 15402
FLS. 84
ASSINATURA E CARIMBO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Emitente: Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, em nome da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Estratégico, inscrito no CNPJ nº 31.844.889/0001-17, com sede na Rua Coronel Manoel Bernardes, 157 – CEP 26.950-000 - Centro – Paty do Alferes/RJ.

Atestamos que a empresa **MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA**, CNPJ nº 18.608.503/0001-00, estabelecida na AV. DAS AMERICAS, 500 – BL14 – SALA 104 - BARRA DA TIJUCA, RJ - CEP 22.640-100, executou, de forma regular e satisfatória, os serviços conforme abaixo:

1. Contrato/Processo

Evento: Festa do Tomate 2026

Endereço: Parque de Exposições Amaury Monteiro Pullig - Alameda Antônio da Luz Fernandes, 10 – Avelar, Paty do Alferes – RJ

Período de execução: 3 a 7 de junho de 2026

A 36ª edição da Festa do Tomate 2026 ocorreu entre os dias 3 e 7 de junho de 2026, no Parque de Exposições Amaury Monteiro Pullig, em Avelar, Paty do Alferes (RJ). O tradicional evento reuniu mais de 100 mil pessoas e contou com grandes shows nacionais e entrada franca em dias específicos.

2. Descrição do objeto executado.

Prestação de serviços compreendendo:

2.1 planejamento, organização e montagem de infraestrutura, composto por 1 palco em alumínio 16x14m com house mix, 1 palco em alumínio 10x8m, 128m2 piso deck, 64m2 piso praticável, 10 salas de octanorm 4x4m, 17 stands de octanorm de 4x3m, 4 stands de octanorm de 4x10m2, 1 stand de 23x3m em octanorm, 1 stand de 14x3m em octanorm, 1 stand 10x3m em octanorm, 3000m2 piso tabalado, 1 camarote em cobertura gelspace 27,5 x 62m; 2500m2 piso easyfloor, 180 bancas em alumínio, 900m2 de carpete, 600 placas de fechamento metálico, 500 grades, 1800m2 box truss, 15 tendas 3x3m, 12 tendas 4x4m, 20 tendas 5x5, 15 tendas 6x6m, 6 tendas 8x8m, 11 tendas 10x10m, 1 camarote 15x50m2 em cobertura treliçada 2 águas; anotação de responsabilidade técnica por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem,

Praça Getúlio Vargas, 157 - Centro, Paty do Alferes, RJ CEP 26950-000
Tel.: (24) 98140-0029 | secretar.patydoalferes@gmail.com | www.patydoalferes.rj.gov.br

PROCESSO Nº 15402
FLS. 85
ASSINATURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

instalação das estruturas, teste da rede elétrica de baixa tensão, sinalização de segurança, iluminação de emergência e aterramento de todas as estruturas, sendo: 2 som de grande porte com fly, 5 iluminação de grande porte, 1 som de grande porte, 210m² painel de led, 2 gerador 180kva, 4 geradores 250 kva, 1 gerador 150 kva, 2 torres de delay, som de linha, som medio porte com backline, 5 kits de iluminação cênica, alifugação das lonas utilizadas nas estruturas; anotação de responsabilidade referente a estrutura montada (aprova a estabilidade das estruturas montadas devido a força da ação dos ventos; outros

2.2 Contratação dos Artistas: Deve Leonardo, Maria Marçal, Yan, Lauana Prado, Vitinho Imperador, Filho do Fieiro, Luísa Sonza, Natanzinho Lima, Zezé Di Camargo, outros.

2.3 Organização e gestão da produção no quarteirão, mas não se limita a apoio logístico através da locação de vans, carros executivos e blindados, locação de quartos para hospedagem dos artistas e profissionais envolvidos, através de pousadas e hotéis da região, produção artística, apoio de produção e operação com sua equipe de produção em geral (Gerentes, Coordenadores, Produtores, Auxiliares de Produção, Vigias, Segurança Desarmada, Brigadistas e Bombeiros Civis, Auxiliares Operacionais de Montagem, Carregadores, Apresentadores, Locutores, DJ's, Assistente de Apoio ao Público), gestão de trânsito e segurança, suporte e contratação a equipe de médicos, centro médico e UTI moveis e ambulâncias;

2.4 Criação de peças de comunicação e veiculação de mídia conforme plano de mídia em veículos de âmbito regional, estadual e internet;

2.5 Concepção e execução de decoração tematica conforme identidade visual e conceito do evento;

2.6 Prestação do serviço especializado para confecção, fornecimento, transporte, instalação, montagem e posterior desmontagem de cenografia artística com montagem de painéis, estruturas cênicas, escultura, elementos tridimensionais, volumétricos e iluminações decorativas com efeitos especiais – Elementos aplicados em espaços instagramáveis, revestimentos aplicados em estruturas metálicas como, painéis, backdrops, camarotes, palco, entre outras áreas com efeito cenográfico, elemento escultural volumétrico do logo do evento em MDF recortado, pintura artística e iluminação devidamente modelado e fixado à estrutura para composição de efeito tridimensional de alto impacto fixado à estrutura do palco a 10m de altura; distribuição de iluminação cênica por toda parte do evento, peças instagramáveis como: com túnel de perfil metal e fitas neonflex, Letras Caixas de grande volumetria da marca para efeito fotográfico,

Praça George Jacob Almeida – Centro, Paty do Alferes-RJ CEP 26950-00
Tel.: (24) 98140-0029 | setor.pa@doalferes@gmail.com | www.patydoalferes.rj.gov.br

PROCESSO Nº 15402
FLS. 86
ASSINATURA E CARIMBO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

backdrops com aplicação de jardim (plantas artificiais) e marca volumétrica ao centro, tomates gigantes feitos em material de fibra com pintura artística, efeito de iluminar e decorar cada ambiente com festão decorativo; área de artesanato com barracas de madeira e estilo rústico; decoração de espaços temáticos de efeito roça com carroças, plantas e elementos que remetem ao sertão; fitas de neonflex aplicadas às estruturas metálicas com animação; barracas com aplicações de trainel e identidade visual em lona aplicada, lambe-lambe aplicado em paredes de destaque; aplicação de helanca em todas as estruturas metálicas; flâmulas, galhardetes, lonas e adesivos com a temática do evento; entre outros;

2.7 Ambientação completa de espaços internos e externos, incluindo mobiliário, ornamentação floral, carpetes, cortinas, puffs, sofás, poltronas e lounges, Balcões de atendimento e balcoes bar, espelhos, araras, mesas, cadeiras e banquetas, divisórias octanorm, organizador de Filas, Tv, revestimentos e elementos visuais;

3. Quantitativos e dados relevantes:

O evento foi autorizado pelo Corpo de Bombeiro, conforme alvará AUTORIZAÇÃO A-02846/26 DGGP com público de 29.990 mil pessoas por dia.

Este atestado é fornecido a pedido da interessada, para fins de comprovação de qualificação técnica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Paty do Alferes, 08 de julho de 2026.

PEDRO HENRIQUE

ALVES

PEREIRA 14003642724

24

Assinado de forma digital por

PEDRO HENRIQUE ALVES

PEREIRA 14003642724

Data: 2026.07.08 15:53:45

Pedro Henrique Alves Pereira

Secretário Municipal de Turismo e Desenvolvimento Estratégico

Matr.: 2327/02

PROCESSO Nº 15402
FLS. 87
ASSINATURA E CARIMBO



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIVISÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO



AUTORIZAÇÃO A-02846/26
DGDP

Impresso em 03/06/2026 17:18:37

Com base na documentação apresentada, na declaração do representante legal, na declaração do responsável técnico e nos documentos de responsabilidade técnica, todos anexados ao processo nº E27/34755/11075/2026, atendendo ao CoSCIP - Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico e Notas Técnicas, o CORPO DE BOMBEIROS resolve autorizar a (o):
NOME DO RESPONSÁVEL PELO EVENTO: MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
EVENTO: FESTA DO TOMATE 2026.
LOCAL: ALAMEDA ANTÔNIO DA LUZ FERNANDES, 10, BAIRRO/MUNICÍPIO: AVELAR - PATY DOS ALFERES.
DATA(S): DATA 03 A 07 DE JUNHO DAS 18H ÀS 06H.
LOTAÇÃO: O público máximo é de 29990 (vinte e nove mil e novecentas e noventa) pessoas. É proibido o ingresso de pessoas excedendo a lotação autorizada.

OBSERVAÇÕES:

FESTA TRADICIONAL DA REGIÃO

01-Esta autorização objetiva informar que o requerente cumpriu o disposto no Decreto Nº 42, de 17 de dezembro de 2018 - COSCIP (Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico), no que tange aos aspectos de escape e instalação de extintores portáteis e/ou sobre rodas.

02-Os responsáveis pelo evento deverão observar o fiel cumprimento ao Dec. Lei nº 112/69, à Lei nº 126/77 (Lei do Silêncio), bem como a Legislação Municipal concernente à Proteção Contra Ruídos.

03-Os responsáveis pelo evento, além de observar o que dispõe o Decreto nº 42, de 17 de dezembro de 2018, as Notas Técnicas e a Resolução SEDLC nº 278/04 deverão providenciar avisos orientadores citando os dispositivos existentes no evento para prevenção e combate a incêndio, bem como orientar ao público sobre os meios de saída e o modo de proceder diante de imprevistos conforme a Lei nº 1535/89.

04-Avisar ao público, com tempo hábil, utilizando-se da imprensa ou qualquer outro meio de comunicação, da transferência do evento ou alterações do programa.

05-Manter pessoa idônea que represente os responsáveis, para assegurar permanentemente as condições de receptividade no local, de forma a permitir que os trabalhos dos fiscais ocorram normalmente durante a realização do evento.

06-É proibida a utilização de qualquer tipo de fogos de artifício, artefatos pirotécnicos ou qualquer apresentação com produção de chamas, sem a devida emissão de Autorização emitida pela DGDP/CBMERJ.

07-Todas as saídas devem estar sinalizadas, desimpedidas e com as aberturas voltadas para o sentido do escape dos frequentadores e possuir placa informativa de lotação conforme previsto na NT 2-05 - Sinalização de segurança contra incêndio e pânico.

08-Encontra-se anexo ao processo que deu origem a presente Autorização:

a) ART nº 2020320121457 - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR INSPEÇÃO, VISTORIA E ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CARGAS COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO DA ESTRUTURA, SENDO: 1 PALCO 18X14M, 1 PALCO 10X5M, 1 CAMAROTE EM ESTRUTURA METÁLICA 27,5X62,5M, 1 CAMAROTE EM COBERTURA DE BOX TRUSS 11X60M2. EVENTO: FESTA DO TOMATE 2026. DATA DO EVENTO: 03/06 À 07/06/2026. HORÁRIO DO EVENTO: 17H ÀS 07H, junto à declaração devidamente assinada pelo respectivo responsável técnico, atestando o atendimento das condições de segurança e dos riscos específicos;

b) ART nº 20203200121457 - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR INSPEÇÃO, VISTORIA, MONTAGEM, DE MONTAGEM, INSTALAÇÃO DAS ESTRUTURAS, TESTE DE REDE ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO, SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA, ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA E ATERRAMENTO DE TODAS AS ESTRUTURAS, SENDO: 2 SOM DE GRANDE PORTE COM FLY, 5 ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE, 1 SOM DE GRANDE PORTE, 210M2 PAINEL DE SOM, 2 GERADOR 180KVA, 4 GERADORES 250 KVA, 1 GERADOR 150 KVA, 2 TORRES DE DELAY, SOM DE LÍNEA, SOM MÍDIO PORTE COM BACKLINE, 5 KITS DE ILUMINAÇÃO CÊNICA. EVENTO: FESTA DO TOMATE 2026. DATA DO EVENTO: 03/06 À 07/06/2026. HORÁRIO DO EVENTO: 17H ÀS 07H, junto à declaração devidamente assinada pelo respectivo responsável técnico, atestando o atendimento das condições de segurança e dos riscos específicos.

Autorização - A-02846/26 - Página 1 de 3

PROCESSO Nº

FLS.

ASSINATURA E CARIMBO



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
ISSAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

Impresso em 03/06/2026 17:18:37

medidas de segurança e dos riscos específicos;

c) ART nº 2020260121444, ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE REFERENTE A ESTRUTURA MONTADA (APROVA A ESTABILIDADE DAS ESTRUTURAS MONTADAS DEVIDO A FORÇA DA AÇÃO DOS VENTOS, CONFORME NBR 6123) DO EVENTO: FESTA DO TOMATE 2026. DATA DO EVENTO: 03/06 À 07/06/2026. HORÁRIO DO EVENTO: 17H ÀS 07H", junto à declaração devidamente assinada pelo respectivo responsável técnico, atestando o atendimento das medidas de segurança e dos riscos específicos;

d) ART nº 2020260121429, IGNIFUGAÇÃO DAS LONAS UTILIZADAS NAS ESTRUTURAS DO EVENTO: AS MESMAS ATENDEM AS ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS DE ACABAMENTO E REVESTIMENTO CONFORME NOTA TÉCNICA DO CBMERJ NT 20.20 E DECRETO Nº 42/2018 - COSCIP. ASSIM COMO A INFLAMABILIDADE DA EDIFICAÇÃO ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES DE CONTROLE DE MATERIAIS DE ACABAMENTOS E REVESTIMENTO CONFORME NOTA TÉCNICA DO CBMERJ - NT - 02 E DECRETO Nº 42/2018 - COSCIP. EVENTO: FESTA DO TOMATE 2026. DATA DO EVENTO: 03/06 À 07/06/2026. HORÁRIO DO EVENTO: 17H ÀS 07H", junto à declaração devidamente assinada pelo respectivo responsável técnico, atestando o atendimento das medidas de segurança e dos riscos específicos;

e) ART nº 2020260121409, ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR INSPEÇÃO, VISTORIA, MONTAGEM, DESMONTAGEM E INSTALAÇÃO DAS ESTRUTURAS, SENDO: 2500M2 PISO EASYFLOOR, 180 BARRICADAS EM ALUMÍNIO, 900M2 DE CARPETE, 600 PLACAS DE FECHAMENTO METÁLICO, 500 GRADES, 1800M/L BOX TRUSS, 15 TENDAS 3X3M, 12 TENDAS 4X4M, 20 TENDAS 5X5, 15 TENDAS 6X6M, 6 TENDAS 8X8M, 11 TENDAS 10X10M, 1 CAMAROTE 15X50M2 EM COBERTURA TRELIÇADA 2 ÁGUAS. EVENTO: FESTA DO TOMATE 2026. DATA DO EVENTO: 03/06 À 07/06/2026. HORÁRIO DO EVENTO: 17H ÀS 07H", junto à declaração devidamente assinada pelo respectivo responsável técnico, atestando o atendimento das medidas de segurança e dos riscos específicos;

f) ART nº 202026012140, ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR INSPEÇÃO, VISTORIA, MONTAGEM, DESMONTAGEM E INSTALAÇÃO DAS ESTRUTURAS, SENDO: 1 PALCO EM ALUMÍNIO 18X14M COM HOUSE MIX, 1 PALCO EM ALUMÍNIO 10X3M, 17x12 PISO DEGR, 64M2 PISO PRATICAVEL, 10 SALAS DE OCTANORM 4X4M, 17 STANDS DE OCTANORME DE 4X5M, 8 STANDS DE OCTANORME DE 4X10M2, 1 STAND DE 23X3M EM OCTANORME, 1 STAND DE 14X3M EM OCTANORME, 1 STAND 10X3M EM OCTANORME, 3000M2 PISO TABALADO, 1 CAMAROTE EM COBERTURA 3x5m, 27,5 X 62M. EVENTO: FESTA DO TOMATE 2026. DATA DO EVENTO: 03/06 À 07/06/2026. HORÁRIO DO EVENTO: 17H ÀS 07H", junto à declaração devidamente assinada pelo respectivo responsável técnico, atestando o atendimento das medidas de segurança e dos riscos específicos;

g) Declaração de responsabilidade do layout do evento com o projeto apresentado junto ao processo que gerou esta Autorização, assinada pelo representante legal do evento, o Sr. Hélio Ricardo Pereira de Luca Júnior, CPF nº 090.190.287-07;

h) Nota fiscal de extintores de incêndio nº 01771, emitido pela empresa JOELMA CELESTINO DE AVILA COMERCIO DE MATERIAIS CONTRA INCENDIO ME, CNPJ: 20.474.104/0001-20;

i) Contrato de prestação de serviços de incêndio firmado entre o requerente e a empresa Belfire Segurança Contra Incêndio LTDA - CNPJ: 26.773.163/0001-59, prevendo 20 BPC por turno durante o evento;

j) Nada Opor Prefeitura Municipal da Paty do Alferes. Emitido pelo Prefeito o Sr. Julio Avelino Oliveira de Moura Junior;

k) Memorial Descritivo do Canteiro de Carga, emitido pelo Eng. FABRICIO DE PAULA REIS, CREA/RJ nº 2004107853 em conformidade com a ART nº 2020260121420;

l) CART nº 15485, 15486, 15522, 15523, 15534, 15536 (CBMERJ) e FARE nº 01253, 01255, 01260, 01262, 01263/26 (DGDP). 09- O evento não se autoriza para utilização de gás combustível, seja sob a forma de cilindros de GLP ou canalizado de rua, não sendo permitida a instalação de qualquer tipo de gás combustível.

10- O evento, não está autorizado para montagem de estruturas suspensas com circulação de público, como arquibancadas ou passarelas;

11- O gerador de energia elétrica (g diel) e (g) de área de circulação de pessoas.

12- O evento, por estar em andamento, não está autorizado para utilização de Engenheiros Eletro-mecânicos ou Food Trucks.

13- O presente documento será cancelado a qualquer tempo, caso haja inobservância às normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico, com a consequente aplicação que trata da perturbação do trabalho e sossego alheios, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

14- A EMISSÃO DA PRESENTE AUTORIZAÇÃO REPRESENTA O ATENDIMENTO INTEGRAL DAS FORMALIDADES PROCESSUAIS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE E O ALCANCE DO NÍVEL ADEQUADO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO ATRAVÉS DO COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DO FUNCIONAMENTO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS E DOS EQUIPAMENTOS LOCAIS AO EVENTO. EM CASO DE DESCUMPRIMENTOS DOS REFERIDOS DECRETOS, ESTE DOCUMENTO PERDERÁ A VALIDADE.

15- Esta Autorização perderá a validade se for constatada a qualquer momento do evento alguma das seguintes situações:

- a) Possuir instalações elétricas em desacordo com a NBR 5410;
- b) Realizar a montagem de qualquer estrutura de arquibancada, palcos ou similares sem a apresentação do documento de responsabilidade técnica;
- c) Realizar qualquer atividade no evento quando não seja mencionado nesta Autorização;
- d) Ultrapassar a lotação do espaço descrita nesta Autorização;



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIVISÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

Digitado por: Alexandre Steque-Santos
SUBTEN - Rg CBMERJ - 27.543

RJ, 3 de Junho de 2026

Elaborado por: Marcos Felipe de Barros Antonio

Capitão BM - Rg CBMERJ - 47.130

Analista

Assinado eletronicamente em 03/06/2026 às 16:01:17.

Conferido por: Ronaldo da Luz Pereira

Coronel BM - Rg CBMERJ - 19.830

Diretor Geral de Diversões Públicas

Assinado eletronicamente em 03/06/2026 às 16:24:22.

Impresso em 03/06/2026 17:18:37

PROCESSO Nº 15402
FLS. 90
ASSINATURA E CARIMBO



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Emitente: INSTITUTO MUNICIPAL DE CULTURA, inscrito no CNPJ nº 29.138.344/0001-43, com sede a Praça Visconde de Mauá, 305 – Centro – Petrópolis/RJ.

Atestamos que a empresa MRC ENTRETENIMENTO PROMOCOES E EVENTOS LTDA, CNPJ 18.608.907/0001-00, estabelecida na AV DAS AMERICAS, 500 – BL2/218 BARRA DA TIJUCA, RJ CEP 22.640-100, executou, de forma regular e satisfatória, serviços de fornecimento de Animação Infantil com a locação de brinquedos infláveis para o público infantil na Expo Petrópolis 2025, conforme abaixo:

1. Contrato/Processo

- Locação de espaço do Parque Municipal Prefeito Paulo Rattes - Estr. União e Indústria, 10000 - Itaipava, Petrópolis - RJ, 25730-745 conforme contrato do Processo Administrativo nº 3, Livro Nº F-107; Termo Nº 02/2025
- Período de execução: de 01 a 04 de maio de 2025

2. Descrição do objeto executado

Prestação de serviços compreendendo:

2.1 Planejamento, montagem e infraestrutura, composto por palco 1 palco 2 águas 10x11m com house mix; 1 palco 2 águas 6x6m; 300m carpete; 180 barricadas; 350m² carpete; cobertura geospace 20x50; 1200m easyfloor plus; 1600m² piso acústico; 100m² piso plástico; 11 salas de octanorm 4x3m; 400 placas de fechamento de grade; 350m² box truss; 30 tendas 6x6m; 10 tendas 10x10m; 45 tendas 4x4m; 10 tendas 5x5m; 1 tenda treliçada 10x30m; 2 torres de delay; 2 som de grande porte com fly; 1 som grande porte; 1 iluminação médio

PROCESSO Nº 13402
FLS. 91

ASSINATURA E CARIMBO



porte; 3 iluminações de grande porte; 100m² de painel de led; 5 geradores 250 kva; 3 gerador 150 kva, arreamento elétrico de toda estrutura, entre outros.

2.2 Contratação dos Artistas Simone Mendes, Pedro Sampaio, Gloria Groove e Ludmilla.

2.3 Organização e gestão da produção no que tange, mas não se limita a apoio logístico através da locação de vans, ônibus e carros executivos, apoio a hospedagem dos artistas e profissionais envolvidos, através de pousadas e hotéis da região, produção artística, apoio de produção e operação com sua equipe de produção em geral (Gerentes, Coordenadores, Produtores, Auxiliares de Produção, Vigias, Segurança Desarmada, Brigadistas e Bombeiros Civis, Auxiliares Operacionais de Montagem, Carregadores, Apresentadores, Locutores, DJ's, Assistente de Apoio ao Público), gerenciamento de alimentos e bebidas, gestão de trânsito e segurança, limpeza do parque, suporte e contratação a equipe de músicos, enfermeiro e UTI moveis e ambulâncias;

2.4 Criação de peças de comunicação e veiculação de mídia conforme plano de mídia aprovado junto a prefeitura em veículos de âmbito regional, estadual e internet;

2.5 Concepção e execução de decoração temática conforme identidade visual e conceito do evento;

2.6 Cenografia artística com montagem de painéis, estruturas cênicas, elementos tridimensionais, volumétricos e iluminações decorativas com efeitos especiais;

2.7 Ambientação completa dos espaços internos e externos, incluindo mobiliário, ornamentação, flores, coqueiros, cortinas, puffs, sofás, poltronas e lounges, Balcões de atendimento e buffets bar, espelhos, araras, mesas, cadeiras e banquetas, divisa de plataforma, organizador de Filas, Tv, revestimentos e elementos visuais;

PROCESSO Nº

15402

FLS.

92

SIGNATURA E CARIMBO

INSTITUTO
MUNICIPAL
DE CULTURA



PETRÓPOLIS
PREFEITURA

2.8 Animação Infantil com brinquedos infláveis com atendimento em média de 800 pessoas por dia, composto por: tobogã médio (dimensões 3,50m x 2,70m x 3m), touro mecânico (peso máximo suportado de 110kg), guerra de cotonetes (peso total 90kg / peso máximo suportado de 200kg / dimensões 5,00 x 5,00 x 1,60), alpinismo (peso total 95kg / dimensões 4,5m x 2,8m x 3,8m), cama elástica grande (peso total 110kg / tamanho 4,30 metros), cama elástica média (peso total 70kg / tamanho 2,70 e 3 metros). Equipe composta por montador, supervisor e monitores.

3. Quantitativos e dados relevantes:

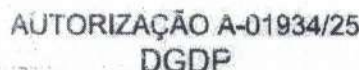
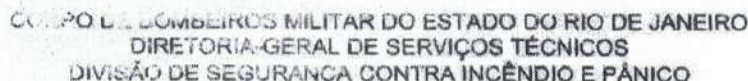
O evento foi autorizado pelo Corpo de Bombeiros, conforme alvará AUTORIZAÇÃO A-01934/25 DGDP com público de 9.900 (nove mil e novecentas e oitenta) pessoas por dia.

Este atestado é emitido a pedido da interessada para fins de comprovação de qualificação técnica operacional, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Petrópolis, 14 agosto de 2025.

Flávia Honorato da Silva
Presidente do Instituto Municipal de Cultura
29.138.344/0001-43

PROCESSO Nº 15402
FLS. 93
ASSINATURA E CARIMBO



Adesão: 100%
 Índice de satisfação: 100%
 CNR: 100%

LOTAÇÃO: O público máximo é de 9980 (nove mil e novecentas e oitenta) pessoas. É proibido o ingresso de pessoas excedendo a lotação autorizada.

OBSEK...

(g) ART nº 202025069-0003 - referente à inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação das

$$f(x) = \frac{1}{2} \ln \left(\frac{1+x}{1-x} \right) = \frac{1}{2} \ln(1+x) - \frac{1}{2} \ln(1-x)$$

Atuação - A-01334/25 - Página 1 de 3

PROCESSO N° 15902
FLS. 94
ASSINATURA E CARIMBO



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIVISÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

- estruturas, sendo: 1 palco 2 águas 18x14m com house mix; 1 palco 2 águas 6x6m; 300m carpete; 180 barracas; 350m2 carpete; cobertura geospa 20x50; 1200m easyfloor plus; 1600m2 piso estruturado; 180 m2 piso praticável; 11 salas de octanorm 4x3m; 400 placas de fechamento metálico; 500 grades; 850m box truss; 30 tendas 6x6m; 10 tendas 10x10m; 45 tendas 4x4m; 10 tendas 5x5m; tenda treliçada 10x3 0m; 2 torres de delay. evento: expo petrópolis. data do evento: 01/05, 02/05, 03/05 e 04/05/2025. horário do evento: 12h às 06h. ", junto a declaração devidamente assinada pelo respectivo responsável técnico, atestando o atendimento das medidas de segurança e dos riscos específicos;
- e) ART nº 202025009585, referente à utilização das lonas utilizadas nas estruturas do evento: as mesmas atendem às especificações de materiais de acabamento e revestimento, conforme nota técnica do cbmerj nt 2 - 20 e decreto no 42/2018. cospic. evento: expo petrópolis. data do evento: 01/05, 02/05, 03/05 e 04/05/2025. horário do evento: 12h às 06h. ", junto a declaração devidamente assinada pelo responsável técnico, atestando o atendimento das medidas de segurança e dos riscos específicos;
- f) ART nº 2020250053076, referente à inspeção, vistoria e elaboração de teste de cargas com emissão de laudo técnico da estrutura, sendo: 1 palco 2 águas 18x14m; 1 camarote 20x50; 1 palco 6x6. evento: expo petrópolis. data do evento: 01/05, 02/05, 03/05 e 04/05/2025. horário do evento: 12h às 06h. ", junto a declaração devidamente assinada pelo responsável técnico, atestando o atendimento das medidas de segurança e dos riscos específicos;
- g) Declaração de acordo e compatibilidade do layout do evento com o projeto apresentado junto ao processo que gerou esta Autorização, assinada pelo representante legal do evento, o Sr. Helio Ricardo Pereira de Luca, CPF nº 090.190.287-07;
- n) Nota fiscal de extintores de incêndio nº 000.002.200 emitida pela Sarita Moraes de Carvalho Me, CNPJ: 09.444.436/0001-44;
- i) Contrato de prestação de serviços de instalação e locação de extintores firmado entre o requerente e a empresa Seven Fire Ltda, CNPJ: 31.515.487/0001-75, de acordo com as seguintes especificações: 80 BPC no horário e dias do evento;
- j) Memorial descritivo teste de carga (palco 2 águas 18mx 14m, camarote 20x50, palco 6x6) emitido pelo Engº Fabrício de Paula Reus, CREA/RJ nº 2004107853 em conformidade com a ART nº 2020250095876;
- k) Lanço de Emergências nº 17-02-2017 (DGGT) e Certificado de Aprovação nº CA - 03875/17(15ºGBM);
- l) CART nº 916/2025 e FARE nº 00864/2025. CART nº 914/2025 e FARE nº 00863/2025. CART nº 920/2025 e FARE nº 00858/2025. CART nº 919/2025 e FARE nº 00832/2025;
- 09- O evento não se autoriza para utilização de gás combustível, seja sob a forma de cilindros de GLP ou canalizado de rua, não sendo admitido armazenamento de qualquer tipo de gás combustível;
- 10- O evento não está autorizado para montagem de estruturas suspensas com circulação de público, como arquibancadas ou passarelas;
- 11- O garagem será fiscalizada (gratuita) e a área de circulação de pessoas;
- 12- O evento não está autorizado para utilização de Engenheiros Eletromecânicos ou Food Trucks;
- 13- O presente documento será cancelado a qualquer tempo, caso haja inobservância às normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico, bem como à legislação que trata da perturbação do trabalho e sossego alheios, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei;
- 14- A EMISSÃO DA PRESENTE AUTORIZAÇÃO REPRESENTA O ATENDIMENTO INTEGRAL DAS FORMALIDADES PROCESSUAIS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE E O ALCANCE DO NÍVEL ADEQUADO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO ATRAVÉS DA COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DO FUNCIONAMENTO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS E DOS EQUIPAMENTOS CATIVEIS AO EVENTO. EM CASO DE DESCUMPRIMENTOS DOS REFERIDOS DECRETOS, ESTE DOCUMENTO PERDERÁ A VALIDADE;
- 15- Esta autorização não poderá ser utilizada em qualquer momento do evento alguma das seguintes situações:
- a) Posse ou instalação de armas, acessórios com a FIB 6410;
- b) Realizar a montagem de qualquer estrutura de arquivada, porcos ou similares sem a apresentação do documento de responsabilidade técnica;
- c) Realizar qualquer tipo de evento que não seja mencionado nesta Autorização;
- d) Utilizar qualquer tipo de equipamento não autorizado pela Autorização;

DIGITADO POR 2025111401 COM LACRANTE DA ROSA
RG: 44.223

RJ, 30 de Abril de 2025

Elaborado por: M. M. S. dos Medeiros Gonçalves
Major BM nº 000.000.000-000

Assinado por: M. M. S. dos Medeiros Gonçalves
30/04/2025 às 17:50:17

Confirmação: M. M. S. dos Medeiros Gonçalves

Autorização - A-01934/25 - Página 2 de 3

PROCESSO Nº 15402
FLS. 95

Assinatura e Carimbo



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIVISÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

Tenente-Coronel Bm - Rg CBMERJ - 31.264-6
Subdiretor Geral de Diversas Públicas
Assinado eletronicamente em 30/04/2025 às 18:08:08.

Assinado por: [Assinatura] em 30/04/2025 às 18:08:08
Assinado por: [Assinatura] em 30/04/2025 às 18:08:08

Assinado por: [Assinatura] em 30/04/2025 às 18:08:08



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIVISÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

Assinado por: [Assinatura] em 30/04/2025 às 18:08:08
Assinado por: [Assinatura] em 30/04/2025 às 18:08:08

Autorização - A-01934/25 - Página 3 de 3

PROCESSO Nº 15402
FLS. 96
ASSINATURA E CARIMBO

Termo de Autorização de Uso de Bem Imóvel que firmam o
MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS e **MRC ENTRETENIMENTO
PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA**, na forma abaixo.

O **MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS**, sediado na Av. Koeler, nº 260, Centro, Petrópolis/RJ, inscrito no CNPJ nº 29.138.344/0001-43, neste ato representado pelo Exmo. Sr. **ALBANO BATISTA FILHO**, brasileiro, casado, corretor de imóveis, portador da Carteira de Identidade nº 04.943.581-1 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 588.426.167-53, residente no estado do Rio de Janeiro/RJ, doravante denominado **AUTORIZANTE**, investido nos poderes conferidos pelo art. 35. §2º, da Lei Municipal nº 6.389, de 14 de novembro de 2006 c/c art. 2º, §2º, da Lei Municipal nº 7.462, de 31 de outubro de 2016 e Delegação de Competência, conforme o Decreto nº 547 de 07 de julho de 2023, e de outro lado a empresa **MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.608.503/0001-00, situada na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 18, sala 208, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, doravante denominada simplesmente **AUTORIZATÁRIA**, neste ato representado pelo Sr. **Rodrigo Rosanah Cordeiro**, brasileiro, casado, tecnólogo em processamento de dados, portador da Carteira de Identidade nº 09.905.227-6 DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 029.373.857-29, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, conforme poderes previstos na Cláusula VI do Contrato Social, considerando a prolação do despacho autorizador exarado no processo administrativo nº 3794/2025 em 18/03/2025, bem como o previsto pelo art. 120, § 4º, c/c art. 121, §3º, da Lei Orgânica do Município de Petrópolis, assinam o presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO**, mediante as seguintes Cláusulas e condições: **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato a autorização de uso de espaço do Parque Municipal Prefeito Paulo Rattes, situado na Estrada União e Indústria, nº 10.000, Itaipava, Petrópolis/RJ, para a realização do evento "Expo Petrópolis", que ocorrerá nos dias 1º a 04 de maio de 2025, com público estimado de 10.000 (dez mil) pessoas dia, cujo evento terá as seguintes atrações: Cultural/Fomento a Economia Local/ Entretenimento/Shows Musicais, devendo ainda, que sejam cumpridas previamente as formalidades previstas nas legislações de regência. **Parágrafo primeiro:** Para fins de caracterização do objeto contratual e demais elementos necessários à adequada compreensão das obrigações e direitos envolvidos, integram o presente contrato a proposta e os projetos aprovados no processo administrativo nº 3794/2025, bem como as orientações técnicas ali incluídas pela Secretaria de Meio Ambiente, na qualidade de órgão gestor do parque, cujo teor é integralmente conhecido pela **AUTORIZATÁRIA**. **Parágrafo segundo:** O evento será realizado em área previamente delimitada pelo **AUTORIZANTE**, conforme mapa anexado no processo administrativo nº 3794/2025. **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:** A vigência do presente contrato inicia-se a partir de 19 de março de 2025, para permitir a montagem das estruturas na localidade e área de realização do evento indicado na cláusula primeira, e se extingue em 06 de maio de 2025, com o fim da desmontagem daquelas e devolução da área do parque. **Parágrafo primeiro:** Os trabalhos de montagem e desmontagem dos equipamentos e estruturas necessárias à realização do evento deverão ocorrer durante o horário de funcionamento normal do Parque Municipal Prefeito Paulo Rattes, estabelecido em suas Normas de Utilização e Funcionamento, publicadas no Diário Oficial do Município nº 6.631, de 27 de março

de 2023. Parágrafo 1º - O presente contrato poderá ser prorrogado mediante requerimento formal, estando sujeito ao juízo de oportunidade e conveniência do AUTORIZANTE, e desde que haja a celebração do correspondente Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: O Gestor do contrato será nomeado pela Secretaria de Meio Ambiente e os fiscais do contrato serão nomeados pelo Instituto Municipal de Cultura através de Portaria.

CLÁUSULA QUARTA - DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA - A autorização de uso objeto deste contrato será dada mediante pagamento de contrapartida financeira, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e contrapartida social, qual seja, toda a estrutura do palco, som, luz, LED, tendas, entre outros itens, toda produção com equipes de segurança, carregadores, produtores, postos médicos, ambulâncias, brigadistas entre outros profissionais envolvidos, além da estrutura de tenda com piso, iluminação e elétrica para atendimento do espaço dos agricultores e artesanato sem qualquer custo para a Prefeitura de Petrópolis e, a entrada franca nos dias 1 e 4 de maio. **Parágrafo primeiro:** a quantia indicada nesta cláusula quarta será depositada integralmente no prazo de 15 (quinze) dias após assinatura do contrato em conta corrente nº 00000156-4 da agência 1661 - Caixa Econômica Federal, de titularidade do FUNDO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS (CNPJ nº 06.583.877/0001-27). **Parágrafo segundo:** A AUTORIZATÁRIA fica ciente de que, caso não haja o pagamento do valor acima mencionado no prazo determinado, considerará-se rescindido o contrato, sem qualquer reembolso ou indenização.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA AUTORIZATÁRIA: Obriga-se a AUTORIZATÁRIA a: 1) usar o Parque Municipal exclusivamente para o objeto descrito na Cláusula Primeira, instalando suas estruturas em local designado pelos administradores do espaço; 2) arcar, por si ou por patrocinadores, com todos os custos financeiros, incluindo a aprovação e divulgação do evento; 3) fornecer geradores de eletricidade para a alimentação dos equipamentos e demais estruturas a serem montadas, se necessário; 4) zelar, por si e por seus funcionários, pela conservação do bem público; 5) responsabilizar-se por qualquer tipo de compromisso financeiro, comercial e/ou trabalhista assumido por si perante terceiros, bem como os de natureza tributária ou similar, além de direitos autorais junto ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), no caso de execução pública de música; 6) responsabilizar-se com qualquer tipo de indenização por danos eventualmente causados a terceiros, decorrentes de sua atividade, durante a realização do evento no período de montagem e desmontagem dos equipamentos vinculados à sua execução; 7) responsabilizar-se pelas empresas terceirizadas que venham a prestar qualquer serviço no evento ou no período em que a AUTORIZATÁRIA estiver ocupando o espaço; 8) responsabilizar-se pela segurança patrimonial de seus bens, em tempo integral e enquanto estiver no uso do bem público cedido; 9) responsabilizar-se pelos eventuais atendimentos médicos de emergência durante a vigência do contrato; 10) indenizar o AUTORIZANTE pelos danos materiais no que se refere à estrutura física do parque (banheiros, brinquedos, jardins, instalações hidráulicas, plântulas, bancos, áreas comuns e demais equipamentos que integram o conjunto do patrimônio público) que porventura sejam causados, por seus prepostos, participantes ou representantes das empresas contratadas; 11) responsabilizar-se exclusivamente por obter as autorizações necessárias para a liberação e funcionamento do evento, tais como: autorização do Corpo de Bombeiros, das Polícias Civil, Militar e Estado do Rio de Janeiro, e comunicação à Companhia

Petropolitana de Trânsito e Transporte (CETRANS), alvará do Juizado da Infância e Adolescência, liberação junto à Secretaria de Fazenda, órgãos de vigilância sanitária e veterinária, entre outros, devendo comprovar a comunicação a todos estes órgãos, enviando cópia ao AUTORIZANTE; 12) contratar a realização da segurança no local do evento, com equipe compatível com a dimensão do público, devendo atentar para todo o Parque após o horário de funcionamento do espaço, qual seja 18h, e permanecendo durante todo evento; 13) disponibilizar banheiro(s) químico(s) em quantidade compatível com a dimensão do público, a razão de 01 (um) banheiro para cada 200 (duzentas) pessoas, quantitativo este que deverá ser informado ao AUTORIZANTE, via órgão gestor do parque, em até 02 (dois) dias úteis antes do evento; 14) disponibilizar banheiro(s) para Pessoas com Necessidades Especiais (PNE), sendo o número mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do total, a fim de dar cumprimento ao quanto disposto pelo art. 6º, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), com a redação dada pela Lei nº 13.825, de 13 de maio de 2019, 15) reutilizar o espaço a ser utilizado, nas mesmas condições físicas encontradas, devidamente limpo e livre de quaisquer resíduos decorrentes do evento; 16) responsabilizar-se pela prévia comunicação e pelo aporte financeiro à concessionária do serviço de energia elétrica, acerca de eventual demanda a ser contratada para o evento; 17) não limitar o acesso do público ao Parque Municipal Prefeito Paulo Rattes durante a montagem e desmontagem de seus equipamentos e estruturas, se for o caso; 18) não construir as áreas do Parque Municipal Prefeito Paulo Rattes destinadas ao lazer público, tais como: pista de corrida, aparelhos de ginástica e os brinquedos; 19) caso haja venda de bebidas alcoólicas, afixar cartaz com a seguinte mensagem: "a exposição proibida a venda de bebidas alcoólicas, cigarros, ou qualquer outro produto cujo componente cause dependência química, física ou psíquica para menores de 18 (dezoito) anos, sob pena de multa e prisão em flagrante"; 20) caso haja venda de produtos alimentícios, afixar tabela(s) de preços de todos os produtos comercializados, de forma correta, clara, legível e precisa; 21) impedir qualquer entrada de veículos ou aeronaves de terceiros, que não da produção do evento, dentro das dependências do Parque; 22) coibir qualquer espécie de apologia às drogas, sexo e violência, especialmente pelos grupos musicais que porventura se apresentarem no evento; 23) providenciar o adequado transporte, acondicionamento e tratamento de animais porventura envolvidos na realização do evento; 24) com o caso de eventuais lesões decorrentes do tratamento veterinário, vermifugação, e de dejetos produzidos pelos próprios animais, tudo nos termos das normas técnicas aplicáveis ao caso; 25) Fornecer alimentos, medicamentos e capim forrageiro, em quantidade suficiente para os animais em exposição e em competição; 26) Fornecer transporte para os animais em exposição e em competição, sendo que para o transporte de equídeos, Exposições, feiras e leilões é necessária a Guia de Trânsito Animal - GTA ou passaporte equino (para equinos de esporte), devendo os veículos transportadores ser previamente lavados e desinfetados e com as devidas Notas Fiscais de Produtor ou outro documento fiscal; 27) Comprovar a realização do exame negativo para Anemia Infecciosa Equina nos animais porventura envolvidos na realização do evento; 28) responsabilizar-se pela adequada limpeza das áreas do Parque destinadas ao evento e pela destinação dos resíduos gerados durante o evento; 29) providenciar as autorizações ou registros de responsabilidade técnica, no caso de fiscalização de estruturas que derriamem suporte técnico de profissional da Engenharia ou Arquitetura (montagem de estruturas, tabuleiros, palcos,

Scanned with
CamScanner

PROCESSO Nº 15402
FLS. 99
ASSINATURA E CARIMBO

sistemas de sonorização, iluminação e geração de energia, distribuição de água, gás etc.). **Parágrafo Primeiro:** Caso seja solicitado pelo AUTORIZANTE, a AUTORIZATÁRIA deverá providenciar a divulgação de 5 (cinco) inserções intercaladas, de 30 segundos, durante todo o evento e entre as atrações, que poderão ser em áudio e/ou vídeo, de campanhas institucionais do AUTORIZANTE, as quais serão disponibilizadas seja em mídia e/ou texto, vedada promoção ou detração de cunho político-partidário. **Parágrafo Segundo:** Caso seja solicitado pelo AUTORIZANTE, a AUTORIZATÁRIA deverá disponibilizar uma tenda de 20 m², para utilização do AUTORIZANTE, a fim de promover ações institucionais e livre acesso a pessoas indicadas por este para acessar o evento, e ainda, aos servidores da Secretaria de Meio Ambiente e LIC, acesso livre mediante apresentação do crachá de identificação acompanhado do documento de identidade. **Parágrafo Terceiro:** A AUTORIZATÁRIA fica ciente de que lhe é expressamente proibido: 1) soltar fogos de estampidos e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso, em desacordo com a Lei Municipal nº 7.956, de 9 de março de 2020; 2) alterar ou modificar as dependências ou características do espaço do parque, de modo que venha a causar danos ou comprometer a estrutura, estética ou elementos do local; 3) utilizar o espaço para finalidades diversas do objeto previsto na cláusula primeira deste contrato sem a devida autorização; 4) realizar, promover ou fomentar qualquer tipo de atividade comercial paralela ao objeto previsto na cláusula primeira deste contrato, nas dependências do espaço cedido, sem a devida autorização; 5) vender ou consentir que se vendam bebidas alcoólicas para menores de 18 (dezoito) anos, ou em garrafas de vidro, cabendo-lhe a fiscalização neste sentido; 6) vender ou consentir com a venda de bebidas alcoólicas por ambulantes durante e na área restrita ao evento localizado no interior do Parque Municipal, cabendo à AUTORIZATÁRIA a fiscalização neste sentido; **Parágrafo Quarto:** O presente contrato será considerado rescindido caso alguma das autorizações para o evento não sejam concedidas pelas autoridades competentes. **Parágrafo Quinto:** Caso a AUTORIZATÁRIA venha a contratar empresas para realização de serviços durante o evento, deverá certificar-se da regularidade de toda a documentação, inclusive de cunho tributário e trabalhista, bem como deverá assumir a execução dos serviços, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes das contratações, seja ao AUTORIZANTE ou a terceiros. **Parágrafo Sexto:** As estruturas físicas deverão ser montadas no interior do Parque Municipal, em área servida pelo seu órgão gestor, desde que respeitados os limites e normas de uso do espaço público. **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO AUTORIZANTE:** O AUTORIZANTE compromete-se a autorizar o evento, a fornecer o espaço para as finalidades descritas na Cláusula Primeira, além de disponibilizar em condições favoráveis de limpeza e manutenção; 1) disponibilizar o fornecimento de energia elétrica e água já existentes no local; **CLÁUSULA SÉTIMA - DO ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS PARTICULARES DENTRO DO PARQUE:** A AUTORIZATÁRIA poderá utilizar o espaço para estacionamento de veículos particulares, em local designado pelo órgão gestor do parque. **Parágrafo Primeiro:** Caso haja cobrança pelo estacionamento, a AUTORIZATÁRIA obriga-se a contratar seguro relativo à exploração da atividade de estacionamento para veículos particulares; **Parágrafo Segundo:** A AUTORIZATÁRIA deverá possuir Alvará da Secretaria de Fazenda

para exploração do estacionamento. **Parágrafo Terceiro:** A AUTORIZATÁRIA deverá disponibilizar funcionários para controlar a entrada e saída dos veículos; **CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:** A autorização de uso tratada neste contrato tem caráter transitório, limitada ao objeto e período indicados nas cláusulas primeira e segunda, podendo ser revogada pelo AUTORIZANTE ou requerer sua extinção pela AUTORIZATÁRIA mediante comunicação formal devidamente protocolada. **Parágrafo Primeiro:** A AUTORIZATÁRIA reconhece os direitos de o AUTORIZANTE considerar extinto o contrato em caso de inexecução total ou parcial de seu objeto, bem como as demais hipóteses elencadas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **Parágrafo Segundo:** Caso não haja o cumprimento das determinações dispostas neste contrato, a autorização objeto desta avença poderá ser revogada, ensejando o cancelamento do evento, sem qualquer indenização por parte do AUTORIZANTE. **Parágrafo Terceiro:** Na hipótese de caso fortuito ou força maior, ou ato de autoridade administrativa ou judicial que impeça a realização do evento, fica extinto o presente contrato sem qualquer indenização de ambas as partes, sem prejuízo de eventual dever de reparação, caso tenha havido danos ao parque, suas instalações ou aparatos que o guarnecem. **Parágrafo Quarto:** A extinção por descumprimento de cláusula contratual não afasta a aplicação de demais sanções previstas neste contrato, bem como cobrança por perdas e danos, nos termos dos arts. 402 e 404 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil. **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:** Caso ocorra o descumprimento de alguma das cláusulas desse contrato, a AUTORIZATÁRIA pagará multa correspondente a 200 Unidades Fiscais do Município de Petrópolis (UFPE) vigentes, por cada descumprimento. **Parágrafo primeiro:** caso tenha que efetuar restaurações, indenizações ou reposição de bens ou instalações avariadas no Parque e não o faça no prazo indicado pelo AUTORIZANTE, a AUTORIZATÁRIA ficará impedida de requerer autorização, concessão ou permissão de uso durante os próximos 02 (dois) anos, sem prejuízo da adoção das medidas extrajudiciais e/ou judiciais cabíveis. **Parágrafo Segundo:** A aplicação das sanções previstas neste contrato não afasta eventual cobrança por perdas e danos, nos termos dos arts. 402 e 404 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE:** A AUTORIZATÁRIA assume como exclusiva em seus riscos e as despesas decorrentes e necessários à boa e perfeita execução do objeto do presente contrato e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao AUTORIZANTE ou a terceiros, incluindo, afastada qualquer solidariedade, danos em relação a aquele e vice-versa. **Parágrafo Primeiro – O AUTORIZANTE não se responsabilizará por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, decorrentes da execução do presente contrato cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à AUTORIZATÁRIA. Parágrafo Segundo – O AUTORIZANTE não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela AUTORIZATÁRIA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente contrato, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados, em relação a quaisquer obrigações tributárias.**

trabalhistas, previdenciárias, ou securitárias por parte da AUTORIZATÁRIA configurará descumprimento da obrigação avençada, ensejando a rescisão contratual prevista no art. 137, VI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **Parágrafo Quarto:** O AUTORIZANTE poderá, a qualquer momento, solicitar à AUTORIZATÁRIA que cumpra o cumprimento das obrigações legais. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES:** Todas as questões previstas ou não neste instrumento que dependam da concordância, anuência, ou qualquer outro tipo de manifestação da outra parte, serão solicitadas e realizadas por escrito. **Parágrafo único:** Eventuais modificações das disposições presentes neste contrato somente serão válidas após celebração do correspondente termo aditivo. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS REGRAS APLICÁVEIS E DOS CASOS OMISSOS:** A execução do objeto deste Contrato observará o quanto disposto pelos arts. 120, § 4º, c/c art. 121, §3º, da Lei Orgânica do Município de Petrópolis. **Parágrafo único:** Aplicar-se-ão aos casos omissos as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme disposto por seu art. 104, caput, bem como demais atos normativos aplicáveis às contratações públicas. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO:** Além dos cadastramentos de praxe nos sistemas de controle interno e externo, o AUTORIZANTE providenciará a publicação deste termo aditivo por extrato, no Diário Oficial do Município, nos termos dos arts. 94 e 175 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:** Fica eleito e aceito pelas partes o foro da Comarca de Petrópolis/RJ, para nele serem dirimidas quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser. E por estarem justos e combinados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de Direito. Petrópolis, 11 de março de 2025.

Autorizante:  **Sec. Municipal de Meio Ambiente - Delegação de Competência**, data de 07/07/2023.

Autorizatória: **INCL. ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA**



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Maricá, situada na Rua Alvares de Castro nº 360, Centro, Município de Maricá, Rio de Janeiro, CEP 24.900-880, inscrita no CNPJ 29.131.075/0001-93, com o telefone (021) 3731-5094, atesto para os devidos fins que a empresa MRC Entretenimento Promoções e Eventos Ltda, inscrita no CNPJ 18.608.503/0001-00, situada na Av. das Américas nº 500, bloco 08/316, Barra da Tijuca, Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, CEP 22.640-100, prestou com satisfatória e plena capacidade técnica os serviços de locação e administração de estrutura do evento Carnaval de Maricá 2018, conforme descrito abaixo, ocorrido entre os dias 10 e 13 de fevereiro de 2018, com um público estimado de 43.700 (quarenta e três mil e setecentos) pessoas por dia, nesta cidade, nos seguintes locais, simultaneamente, conforme autorização do Corpo de Bombeiros:

LOCAL	ESTRUTURA	AUTORIZAÇÃO BOM BEIROS
Pratia do Cordeiro s/n - Cordeiro	01 palco 20 metros de largura e 4 metros de profundidade, 32 metros de piso e 01 sistema de som, 01 sistema de iluminação e 01 sistema de segurança.	A-00519/18 3ª GBM - Niterói
Estrada de Casimiro Dias s/n - Santa Prisca	01 palco 20 metros de largura e 4 metros de profundidade, 32 metros de piso e 01 sistema de som, 01 sistema de iluminação e 01 sistema de segurança.	A-00526/18 3ª GBM - Niterói
Av. Zumbi dos Paulistas s/n - Itaipicuru	01 palco 20 metros de largura e 4 metros de profundidade, 32 metros de piso e 01 sistema de som, 01 sistema de iluminação e 01 sistema de segurança.	A-00521/18 3ª GBM - Niterói
Praca Tiradentes s/n - Rua Alvares de Castro, Araçatuba	01 palco 20 metros de largura e 4 metros de profundidade, 32 metros de piso e 01 sistema de som, 01 sistema de iluminação e 01 sistema de segurança.	A-00512/18 3ª GBM - Niterói
Av. da Praia com Rua 83 s/n - Itaipicuru	01 palco 20 metros de largura e 4 metros de profundidade, 32 metros de piso e 01 sistema de som, 01 sistema de iluminação e 01 sistema de segurança.	A-00506/18 3ª GBM - Niterói
Rua Dornico da Gama s/n, Praça Orlando de Barros Pimentel - Centro	01 palco 20 metros de largura e 4 metros de profundidade, 32 metros de piso e 01 sistema de som, 01 sistema de iluminação e 01 sistema de segurança.	A-0740/18 3ª GBM - Niterói
Av. da Praia com Rua Professor Cardoso Menezes s/n - Itaipicuru	01 palco 20 metros de largura e 4 metros de profundidade, 32 metros de piso e 01 sistema de som, 01 sistema de iluminação e 01 sistema de segurança.	A-00522/18 3ª GBM - Niterói
Travessa Flamengo s/n - Inoa	01 palco 20 metros de largura e 4 metros de profundidade, 32 metros de piso e 01 sistema de som, 01 sistema de iluminação e 01 sistema de segurança.	A-00522/18 3ª GBM - Niterói
Praca Gilmar dos Santos Trindade s/n - São José do Imbassai	01 palco 20 metros de largura e 4 metros de profundidade, 32 metros de piso e 01 sistema de som, 01 sistema de iluminação e 01 sistema de segurança.	A-00536/18 3ª GBM - Niterói
Praca Lucas Leão s/n - Bambui	01 palco 20 metros de largura e 4 metros de profundidade, 32 metros de piso e 01 sistema de som, 01 sistema de iluminação e 01 sistema de segurança.	A-00510/18 3ª GBM - Niterói

Flávia Maria da Silva
Secretaria Municipal de Turismo
Mar 10/2018

PRAÇA CONSUL

RES. S.M. Nº 001/2018 - MARICÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

(21) 3731-5094

PROCESSO Nº

SIS.

ASSINATURA E CARIMBO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE TURISMO

Av Carlos Marighella s/n - Itaipuaçu, antiga avenida 1.	01 palco 6x6 metros, 01 tenda 5x5 metros, 25 metros de piso e carpete, 50 metros de grades, 01 portão 6x1 metros, 01 gerador de 180 kva, sonorização e iluminação.	A-00533/18 3ª GBM - Niterói
Av Beira Mar, Praia de Jaconé s/n - Jacaré	01 palco 6x6 metros, 01 tenda 4x4 metros, 16 metros de piso e carpete, 50 metros de grades e 01 gerador de 120 kva, sonorização e iluminação.	A-00530/18 3ª GBM - Niterói
Praia do Recanto de Itaipuaçu s/n - Itaipuaçu	01 palco 9x4 metros, 01 tenda 5x5 metros, 25 metros de piso e carpete, 50 metros de grades e 01 gerador de 180 kva, sonorização e iluminação.	A-00520/18 3ª GBM - Niterói
Praia de Ponta Negra, Av. Litorânea - Ponta	01 palco 6x6 metros, 01 tenda 4x4 metros, 32 metros de piso e carpete, 50 metros de grades, 01 portão 6x1 metros, 01 gerador de 180 kva, sonorização e iluminação.	A-00535/18 3ª GBM - Niterói
Praça da Cívica s/n - Barra de Maricá	01 palco 6x6 metros, 01 tenda 4x4 metros, 16 metros de piso e carpete, 20 metros de grades e 01 gerador de 180 kva, sonorização e iluminação.	A-00529/18 3ª GBM - Niterói

Maricá, 15 de março de 2018.

CH. Paula de
M. PE. J. J. J.

PR. J. J. J. J. J.
PR. J. J. J. J. J.
PR. J. J. J. J. J.

SECRETARIA GERAL DE MUSEUS
MUSEU DE MARICÁ

RECEBIMENTO BETTCHER
RECEBENTE
MAY 14/18

105
Certifico a autenticidade
original que me foi
Rio de Janeiro, 15 de
Selo ECD. Baldoir.

PRACA CONSELHEIRO

EST. 14-11-18
M. J. J. J. J.
20-11-18

PROCESSO 15402
109
ASSINATURA E CARIMBO

Scanned with CamScanner

de carga com estrutura metálica, altura de 1 palco quando 10x8 metros. O evento acontecerá do dia 10 ao dia 13 de fevereiro de 2020, às 02h.

7) Apresentação Artística de Incombustibilidade Técnica nº 2020180016642, sob a responsabilidade do Sr Fabricio de Paula Reis, CREA-RJ 200422773, emitida pela empresa MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, ME, CREA-RJ 20015201089, sob a responsabilidade por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação das estruturas, sendo 2 palco 10x8 metros, 1 tendas 4x4 metros, 32 metros de piso e carpete, 50 metros grade, 10 metros de estrutura e 1 palco de 48x8 FVA, com serviços de sonorização e iluminação do evento, que acontecerá do dia 10 ao dia 13 de fevereiro de 2020, às 02h.

8) Apresentação Nota Fiscal nº emitida pela empresa FIRE WINGS EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO CNPJ 07.877.425/0001-03, referente a locação de equipamentos contra incêndio.

9) Apresentação de vistoria técnica nº 10321331-208 emitida pela empresa IPT, referente a inflamabilidade de revestimentos textais de piso decorativo, emitida em 26 de maio de 2019.

10) Ao evento emitido de inflamabilidade vertical nº 7/0150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

11) Apresentação emitido de inflamabilidade horizontal nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

12) O presente documento não se aplica a qualquer outro caso haja inobservância de normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico, emitido pelo Instituto Brasileiro de Luta de Perturbação do Trabalho e Sossego alheios, ficando o infrator sujeito às penalidades estabelecidas na lei.

13) O local do evento é o **GRUPO DE CASAS OUTRA INEZESS - QOC14 - RG: 49.204.**

14) Este documento tem validade de 30 dias, a contar da data de emissão, e quando ocorrer qualquer uma das seguintes situações:

a) Possível ocorrência de sinistro, imediatamente com a NR 5-110;

b) Realizar a montagem de qualquer estrutura de arborizada, palco ou similares sem a apresentação da respectiva Nota de Responsabilidade Técnica (RT) emitida pelo CREA/RJ.

Av. Vinícius de Moraes, 60 - Rg. CASERJ - 22.902
Rio de Janeiro RJ

SEMA - Página 2 de 2

PROCESSO N° 15402
FOL. 106
ASSINATURA E CARIMBO

[illegible]

O CORPO DE BOMBEIROS, no uso das atribuições conferidas no decreto nº 16.695, de 12 de Julho de 1991 e atendendo a solicitação constante no protocolo nº E27/7012/11075/2018, resolve autorizar a (o):

NOME DO RESPONSÁVEL PELO EVENTO: MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA

EVENO: CARNAVAL DE MARICA 2018

LOCAL: ESTRADA DE CAJES - ROTA 5, SN, PROXIMO AO CONDOMINIO SANTA PAULA, BAIRRO MUNICIPAL DE SANTA PAULA - MARICA

DATA(S) DE 18-01-2018 A 18-02-2018 HORARIO INICIO AS 20:00 E TERMINO AS 02:00.

LOTACAO: O evento é aberto a todas as pessoas, sendo proibido o ingresso de pessoas...

01- 2da. Guerra Civil - 1936-1939
de 1978 - 1979
Incidia en 1936 y 1939
02- Guerra Civil - 1936-1939
de 1978 - 1979
Incidia en 1936 y 1939
03- Guerra Civil - 1936-1939
de 1978 - 1979
Incidia en 1936 y 1939

- a) Da 07:00 às 22:00
b) Da 07:00 às 22:00
c) Este horário está incorreto, não se aplica ao dia com uma festa
04- O responsável por orientar os visitantes é o orientador do projeto
1535/09, registrado no dia 15/03/09
a) Por e-mail
b) Por telefone
c) Por internet
Concedido o prazo de 15 dias
05- Autor do projeto é o responsável pelo evento
06- Membro do conselho de administração
07- É proibido o uso de armas
08- O Conselho de Administração
09- O Conselho de Administração
10- O Conselho de Administração
11- O Conselho de Administração
12- O Conselho de Administração
13- O Conselho de Administração
14- O Conselho de Administração
15- O Conselho de Administração
16- O Conselho de Administração
17- O Conselho de Administração
18- O Conselho de Administração
19- O Conselho de Administração
20- O Conselho de Administração
21- O Conselho de Administração
22- O Conselho de Administração
23- O Conselho de Administração
24- O Conselho de Administração
25- O Conselho de Administração
26- O Conselho de Administração
27- O Conselho de Administração
28- O Conselho de Administração
29- O Conselho de Administração
30- O Conselho de Administração
31- O Conselho de Administração
32- O Conselho de Administração
33- O Conselho de Administração
34- O Conselho de Administração
35- O Conselho de Administração
36- O Conselho de Administração
37- O Conselho de Administração
38- O Conselho de Administração
39- O Conselho de Administração
40- O Conselho de Administração
41- O Conselho de Administração
42- O Conselho de Administração
43- O Conselho de Administração
44- O Conselho de Administração
45- O Conselho de Administração
46- O Conselho de Administração
47- O Conselho de Administração
48- O Conselho de Administração
49- O Conselho de Administração
50- O Conselho de Administração
51- O Conselho de Administração
52- O Conselho de Administração
53- O Conselho de Administração
54- O Conselho de Administração
55- O Conselho de Administração
56- O Conselho de Administração
57- O Conselho de Administração
58- O Conselho de Administração
59- O Conselho de Administração
60- O Conselho de Administração
61- O Conselho de Administração
62- O Conselho de Administração
63- O Conselho de Administração
64- O Conselho de Administração
65- O Conselho de Administração
66- O Conselho de Administração
67- O Conselho de Administração
68- O Conselho de Administração
69- O Conselho de Administração
70- O Conselho de Administração
71- O Conselho de Administração
72- O Conselho de Administração
73- O Conselho de Administração
74- O Conselho de Administração
75- O Conselho de Administração
76- O Conselho de Administração
77- O Conselho de Administração
78- O Conselho de Administração
79- O Conselho de Administração
80- O Conselho de Administração
81- O Conselho de Administração
82- O Conselho de Administração
83- O Conselho de Administração
84- O Conselho de Administração
85- O Conselho de Administração
86- O Conselho de Administração
87- O Conselho de Administração
88- O Conselho de Administração
89- O Conselho de Administração
90- O Conselho de Administração
91- O Conselho de Administração
92- O Conselho de Administração
93- O Conselho de Administração
94- O Conselho de Administração
95- O Conselho de Administração
96- O Conselho de Administração
97- O Conselho de Administração
98- O Conselho de Administração
99- O Conselho de Administração
100- O Conselho de Administração

ante o Poder Judiciário em Des. Lei nº 3.268, e Lei nº 126/77 (Lei do Silêncio),
antes do Poder Judiciário em Des. Lei nº 3.268, e Lei nº 126/77 (Lei do Silêncio),
sonoridade poderá funcionar com música mecânica e/ou ao vivo, atendendo os

quinto, para:
a) absorver as reflexões de ondas;
b) criar um nível de ruído, que mantenha o ambiente externo da edificação,
c) permitir a absorção adequada da acústica apropriada, onde impeça a propagação
efetiva.

então, a Resolução SLEEC nº 278/04 deverá providenciar avisos antes nos estabelecimentos para prevenção e combate a incêndio, bem como da proibição de proceder com o fumo, pois, conforme reza a Lei nº 697/01, poderá ser transcritos da seguinte forma:

de exatidão, a menos que um croqui, uma foto ou animado ou não e com

que, quando observado na mesma posição, ainda se encontra o observador. Portanto, a área de visibilidade de um posto 250 metros quadrados ou cada 20

análise de simulação e qualquer outra forma de comunicação, da transferência

Assinatura que representa o(a) responsável, para receber notificação ou
 1. Nome completo da instituição SFEDEC nº 276/04:

PARA UTILIZAÇÃO DE GÁS COMBUSTÍVEL, SEJA SOB A FORMA DE
ANEXO Nº 1. - CORPO DE COMBUSTÍVEL

ENTREREMIO PROMOCOES E EVENTOS LTDA - ME

15.º GRUPO DE FANTASMA
AN DES MONTES 25.º RI
AUTENT
Certifico e dou fe que a cópia
original que me foi entregue pelo
Rio de Janeiro, 1.º de Dezembro de 1903
Sen ED797033-4

TAD 425115
1015-7107 NJ

Horiz.ção - A-Glo26/12 - Pgina 1 de 2

PROCESSION N° 15902
FLS. 107
ASSINATURA E CARIMBO

COMANDO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
RETORIA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

- b) Apresentou Atuação de Responsabilidade Técnica nº 2020180316647, sob a responsabilidade do Sr Fabrício de Paula Reis CREA-RJ 200417633, emitida pela empresa MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME CREA-RJ 201501609, referente a nota de responsabilidade por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação das estruturas, dando 1 peça 6x6 metros, 1 tábua 5x5 metros, 25 metros de piso e carpete, 50 metros grade e 1 gerador de 160 Kw, com serviços de sonorização e iluminação do evento, que acontecerá do dia 10 a 13 de fevereiro, Horário 20h às 02h.
- c) Apresentou declaração de prestação de serviços emitida pela empresa Lefe Emergências Médicas LTDA ME CNPJ 11.204.117/0001-01, sob a responsabilidade do Sr. Leticia da Costa Mendes CPF 042.565.956-94, onde será disponibilizada uma ambulância para atendimento ao público do evento.
- d) Apresentou Nota Fiscal nº 199, emitida pela empresa FIRE WINGS EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO CNPJ 07.872.825/0001-28, referente a prestação de equipamentos contra incêndio.
- e) Apresentou declaração de incombustibilidade emitida pela empresa IPT, referente a inflamabilidade de revestimentos textéis do piso - carpete, emitida em 02/02/2021.
- f) Apresentou declaração de incombustibilidade emitida nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

g) Apresentou declaração de incombustibilidade emitida nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

10- O presente documento será cancelado a qualquer tempo caso haja inobservância às normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico, emitidas e fiscalização que trata da Permissão de Trabalho e Sossego alheios, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas.

11 - O local foi visitado pelo Sr. TEN 3M LUCAS DUTRA MENEZES - QOC/14 - RG: 49.204

12- Esta Autorização é válida somente se for constatado a qualquer momento do evento as seguintes situações:

a) Possuir instalações elétricas em conformidade com a NBR 5410

b) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 2020180316647, sob a responsabilidade do Sr Fabrício de Paula Reis CREA-RJ 200417633, emitida pela empresa MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME CREA-RJ 201501609, referente a nota de responsabilidade por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação das estruturas, dando 1 peça 6x6 metros, 1 tábua 5x5 metros, 25 metros de piso e carpete, 50 metros grade e 1 gerador de 160 Kw, com serviços de sonorização e iluminação do evento, que acontecerá do dia 10 a 13 de fevereiro, Horário 20h às 02h.

c) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

d) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

e) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

f) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

g) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

h) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

i) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

j) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

k) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

l) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

m) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

n) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

o) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

p) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

q) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

r) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

s) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

t) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

u) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

v) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

w) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

x) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

y) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

z) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

AA) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

AB) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

AC) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

AD) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

AE) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

AF) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770151/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

AG) Resposta a emergência de qualquer natureza e arquitetura, arquitetura, e locais ou similares sem a apresentação da respectiva

Atuação de Responsabilidade Técnica nº 770150/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

09841108-179880
1ª OFICINA DE NOTAS - TATAS
 Av. das Américas, 500, B11, L1108 Barra da Tijuca (21) 3154-7161 RJ
AUTENTICACAO
 Certificado e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado. (assinatura)
 Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 2021 (assinatura)
 Sub. 15248708-AUG - Confira em: <https://www.3tr.net/verifica>

CONFERE	
 Adm. Maria C.M. da Oliveira Bandeira 1ª Tenente EM - Pz CBMERJ - 22.902 (Fio da 5ª)	



AUTORIZAÇÃO A-00521/18
3º GBM - Niterói

O CORPO DE BOMBEIROS, consoante o disposto no decreto nº 16.695, de 12 de Julho de 1991 e atendendo a solicitação ocorrida no protocolo nº F277018/11075/2018, resolve autorizar a (o):
NOME DO RESPONSÁVEL: PELO EVENTO: MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS - LTDA - ME
EVENTO: CARREFOUR ZICA 2018
LOCAL: AV. LUIZ JOSÉ DE MARIAS ANTIGA AVENIDA 1, SN ANTIGA AVENIDA 1, BAIRRO MUNIZ FONSECA - JACU - JARICA
DATA(S) DE REALIZAÇÃO: 15-02-2018 HORARIO DE INICIO AS 20:00 E TERMINO AS 02:00HS

NOTA: O uso de qualquer tipo de arma, mesmo que não seja de fogo, é proibido o

[illegible]

a) De 07:30 h. às 08:00 h.	o qual deverá ser
b) De 08:00 h. às 08:30 h.	de 08:00 h. às 08:30 h.
c) De 08:30 h. às 09:00 h.	de 08:30 h. às 09:00 h.
d) De 09:00 h. às 09:30 h.	de 09:00 h. às 09:30 h.
e) De 09:30 h. às 10:00 h.	de 09:30 h. às 10:00 h.
f) De 10:00 h. às 10:30 h.	de 10:00 h. às 10:30 h.
g) De 10:30 h. às 11:00 h.	de 10:30 h. às 11:00 h.
h) De 11:00 h. às 11:30 h.	de 11:00 h. às 11:30 h.
i) De 11:30 h. às 12:00 h.	de 11:30 h. às 12:00 h.
j) De 12:00 h. às 12:30 h.	de 12:00 h. às 12:30 h.
k) De 12:30 h. às 13:00 h.	de 12:30 h. às 13:00 h.
l) De 13:00 h. às 13:30 h.	de 13:00 h. às 13:30 h.
m) De 13:30 h. às 14:00 h.	de 13:30 h. às 14:00 h.
n) De 14:00 h. às 14:30 h.	de 14:00 h. às 14:30 h.
o) De 14:30 h. às 15:00 h.	de 14:30 h. às 15:00 h.
p) De 15:00 h. às 15:30 h.	de 15:00 h. às 15:30 h.
q) De 15:30 h. às 16:00 h.	de 15:30 h. às 16:00 h.
r) De 16:00 h. às 16:30 h.	de 16:00 h. às 16:30 h.
s) De 16:30 h. às 17:00 h.	de 16:30 h. às 17:00 h.
t) De 17:00 h. às 17:30 h.	de 17:00 h. às 17:30 h.
u) De 17:30 h. às 18:00 h.	de 17:30 h. às 18:00 h.
v) De 18:00 h. às 18:30 h.	de 18:00 h. às 18:30 h.
w) De 18:30 h. às 19:00 h.	de 18:30 h. às 19:00 h.
x) De 19:00 h. às 19:30 h.	de 19:00 h. às 19:30 h.
y) De 19:30 h. às 20:00 h.	de 19:30 h. às 20:00 h.
z) De 20:00 h. às 20:30 h.	de 20:00 h. às 20:30 h.
aa) De 20:30 h. às 21:00 h.	de 20:30 h. às 21:00 h.
ab) De 21:00 h. às 21:30 h.	de 21:00 h. às 21:30 h.
ac) De 21:30 h. às 22:00 h.	de 21:30 h. às 22:00 h.
ad) De 22:00 h. às 22:30 h.	de 22:00 h. às 22:30 h.
ae) De 22:30 h. às 23:00 h.	de 22:30 h. às 23:00 h.
af) De 23:00 h. às 23:30 h.	de 23:00 h. às 23:30 h.
ag) De 23:30 h. às 00:00 h.	de 23:30 h. às 00:00 h.
ah) De 00:00 h. às 00:30 h.	de 00:00 h. às 00:30 h.
ai) De 00:30 h. às 01:00 h.	de 00:30 h. às 01:00 h.
aj) De 01:00 h. às 01:30 h.	de 01:00 h. às 01:30 h.
ak) De 01:30 h. às 02:00 h.	de 01:30 h. às 02:00 h.
al) De 02:00 h. às 02:30 h.	de 02:00 h. às 02:30 h.
am) De 02:30 h. às 03:00 h.	de 02:30 h. às 03:00 h.
an) De 03:00 h. às 03:30 h.	de 03:00 h. às 03:30 h.
ao) De 03:30 h. às 04:00 h.	de 03:30 h. às 04:00 h.
ap) De 04:00 h. às 04:30 h.	de 04:00 h. às 04:30 h.
aq) De 04:30 h. às 05:00 h.	de 04:30 h. às 05:00 h.
ar) De 05:00 h. às 05:30 h.	de 05:00 h. às 05:30 h.
as) De 05:30 h. às 06:00 h.	de 05:30 h. às 06:00 h.
at) De 06:00 h. às 06:30 h.	de 06:00 h. às 06:30 h.
au) De 06:30 h. às 07:00 h.	de 06:30 h. às 07:00 h.
av) De 07:00 h. às 07:30 h.	de 07:00 h. às 07:30 h.
aw) De 07:30 h. às 08:00 h.	de 07:30 h. às 08:00 h.
ax) De 08:00 h. às 08:30 h.	de 08:00 h. às 08:30 h.
ay) De 08:30 h. às 09:00 h.	de 08:30 h. às 09:00 h.
az) De 09:00 h. às 09:30 h.	de 09:00 h. às 09:30 h.
ba) De 09:30 h. às 10:00 h.	de 09:30 h. às 10:00 h.
bb) De 10:00 h. às 10:30 h.	de 10:00 h. às 10:30 h.
bc) De 10:30 h. às 11:00 h.	de 10:30 h. às 11:00 h.
bd) De 11:00 h. às 11:30 h.	de 11:00 h. às 11:30 h.
be) De 11:30 h. às 12:00 h.	de 11:30 h. às 12:00 h.
bf) De 12:00 h. às 12:30 h.	de 12:00 h. às 12:30 h.
bg) De 12:30 h. às 13:00 h.	de 12:30 h. às 13:00 h.
bh) De 13:00 h. às 13:30 h.	de 13:00 h. às 13:30 h.
bi) De 13:30 h. às 14:00 h.	de 13:30 h. às 14:00 h.
bj) De 14:00 h. às 14:30 h.	de 14:00 h. às 14:30 h.
bk) De 14:30 h. às 15:00 h.	de 14:30 h. às 15:00 h.
bl) De 15:00 h. às 15:30 h.	de 15:00 h. às 15:30 h.
bm) De 15:30 h. às 16:00 h.	de 15:30 h. às 16:00 h.
bn) De 16:00 h. às 16:30 h.	de 16:00 h. às 16:30 h.
bo) De 16:30 h. às 17:00 h.	de 16:30 h. às 17:00 h.
bp) De 17:00 h. às 17:30 h.	de 17:00 h. às 17:30 h.
bq) De 17:30 h. às 18:00 h.	de 17:30 h. às 18:00 h.
br) De 18:00 h. às 18:30 h.	de 18:00 h. às 18:30 h.
bs) De 18:30 h. às 19:00 h.	de 18:30 h. às 19:00 h.
bt) De 19:00 h. às 19:30 h.	de 19:00 h. às 19:30 h.
bu) De 19:30 h. às 20:00 h.	de 19:30 h. às 20:00 h.
bv) De 20:00 h. às 20:30 h.	de 20:00 h. às 20:30 h.
bw) De 20:30 h. às 21:00 h.	de 20:30 h. às 21:00 h.

[illegible][illegible]

PROCESSO Nº 15402
FLS. 109

ASSINATURA E CARIMBO

de teste de carga com amplitude de 1m, técnico de 1 parco medindo 10x8 metros. O evento acontecerá do dia 10 ao dia 13 do mês de fevereiro de 2020.

ii) Apresentou declaração de Responsabilidade Técnica nº 2020180016641, sob a responsabilidade do Sr. Fabrício de Paula Reis, CREA-RJ 20047/1665-2, emitida pela empresa MHC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME/CREA-RJ 20152/16109-5, sob a responsabilidade por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação das estruturas, 1 tendão de 10x8 metros, 2 tendas de 4x4 metros, 32 metros de piso a carpete, 50 metros grade, 1 ponto de 50 metros e 1 quadro de 10x10 KV, com serviços de sonorização e iluminação do evento, que acontecerá do dia 10 a 13 de fevereiro de 2020, no IET.

iii) Apresentou Nota Fiscal nº 1644534, emitida pela empresa FIRE WINGS EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO CNPJ 07.872.025/0001-45, referente ao valor de 2.400,00 de equipamentos contra incêndio.

iv) Apresentou relatório de análise de risco nº 2017012015 emitido pela empresa IPT, referente à inflamabilidade de revestimentos têxteis de piso - com comprimento de 10 metros.

v) Apresentou declaração de Responsabilidade Técnica nº 77015013 sob a responsabilidade de empresa IPT.

10- O presente documento é válido somente pelo tempo caso haja inobservância as normas de Segurança Contra Incêndio e Polícia Militar e o Risco de Danos de Perturbação do Trabalho e Gozoso alheios, ficando o infrator sujeito as penalidades previstas.

11 - O local foi liberado para o 2º TBM BM LUCAS DUTRA MENEZES - QOC/14 - NG: 49.204

12. Esta Autoridade de proteção de dados só se pode constatar a qualquer momento de acordo as seguintes situações:

[illegible]

b) Realizar a montagem de 1 (uma) escultura de armbra, madeira, pedras ou similares sem a apresentação da respectiva Anotação de Registro de Arte e 1 (uma) CARTÃO PREENCHIDO.

1. NAME _____

1940 der letzten 1000 V.

L.B. 7-100 2 125-6	CORREIO 418 Avenida Siza de Oliveira Sandoira 1º Tondita RJ - Rg Cid. RJ - 22.902 Chelo da SSF
--	--

2020-06-21-18 - Pagina 2 de 2

PROCESSO Nº 15402
FLS. 110

ASSOCIATION PARIMBO



AUTORIZAÇÃO A-00512/18
3º GBM - Niterói

Tenants' Control Board of SMCs. 2-111
Ch 10 34.2M

O CORPO DE BOMBEIROS, consoante o disposto no decreto nº 16.895, de 12 de Julho de 1991 e atendendo a solicitação contida no protocolo nº E27/6938/11075/2018, resolve autorizar a (o):

NOME DO RESPONSÁVEL PELO EVENTO: MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA

EVENTO: BAIS INFANTIL CARNAVAL DE MARICA 2018.

LOCAL: PRAÇA TIBAGUENSE, SM, BAIRRO MACHADO ALVES, MARICA.

DATA(S) DE 13-02-2018 A 13-02-2018 HORARIO INICIO AS 16:00 E TERMINO AS 22:00HS.

LOTACÃO: O local comporta no máximo 450 (quatro mil e quinhentas) pessoas. É proibido o

1993年12月

[illegible][illegible][illegible]

...e o sistema de som

Por favor, descreva o tipo de carne que você consome e se é cozido ou não e com que frequência você consome:

Condição: 1. Se o animal estiver sozinho, ele deve ser observado por 10 minutos. Se ele encontrar o observador, ele deve ser observado por 20 minutos. Se ele estiver com outro animal, ele deve ser observado por 20 minutos. Se ele estiver com mais de um animal, ele deve ser observado por 20 minutos.

de Avaria por Causa de Robo e Furto, danos da impropriedade do uso e conservação, utilização, da transferência

06 - Município de Curitiba - Paraná - Brasil - Rua dos Andradas, 100 - 80000-000 - Curitiba - PR - 1998-05-21 - 154061 notificação ou

[illegible]

DE ACORDO COM O QUE FOR NECESSÁRIO, SEM A FORMA DE

08-040 - [illegible] - [illegible]

1. The first part of the document is a list of names and titles, including "The Hon. Mr. Justice" and "The Hon. Mr. Justice".

SE FABRIL DO PAULISTA

[illegible]

... ..

U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE

Page 1 of 2

Figure 1. The effect of the concentration of the polymer solution on the surface morphology of the polymer film. The polymer solution was prepared by dissolving 1.0 g of polymer in 100 mL of solvent. The polymer was dissolved in (a) THF, (b) THF/CH₂Cl₂ (1/1), (c) THF/CH₂Cl₂ (1/2), (d) THF/CH₂Cl₂ (1/3), (e) THF/CH₂Cl₂ (1/4), (f) THF/CH₂Cl₂ (1/5), (g) THF/CH₂Cl₂ (1/6), (h) THF/CH₂Cl₂ (1/7), (i) THF/CH₂Cl₂ (1/8), (j) THF/CH₂Cl₂ (1/9), (k) THF/CH₂Cl₂ (1/10), (l) THF/CH₂Cl₂ (1/11), (m) THF/CH₂Cl₂ (1/12), (n) THF/CH₂Cl₂ (1/13), (o) THF/CH₂Cl₂ (1/14), (p) THF/CH₂Cl₂ (1/15), (q) THF/CH₂Cl₂ (1/16), (r) THF/CH₂Cl₂ (1/17), (s) THF/CH₂Cl₂ (1/18), (t) THF/CH₂Cl₂ (1/19), (u) THF/CH₂Cl₂ (1/20), (v) THF/CH₂Cl₂ (1/21), (w) THF/CH₂Cl₂ (1/22), (x) THF/CH₂Cl₂ (1/23), (y) THF/CH₂Cl₂ (1/24), (z) THF/CH₂Cl₂ (1/25).

101

PROCESSO Nº 137

FLS. 111

ASSINATURA E CARTELLA

1. The first part of the document is a list of names and titles, including "The Hon. Mr. Justice" and "The Hon. Mr. Justice".

Scanned with CamScanner

[illegible]

CNPJ Nº 07.980.179-00
S/O DE NEGÓCIOS - FERRARIAS DE FREITAS LEITÃO - TABELA
 15 - OFÍCIO DE REGISTROS - 590, Bl 11, 106 Barra da Tabela (21) 3154-7101 RJ
 Av das Américas

AUTENTICADO

Certifico e dou fe que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado. Michel Lages Costa
 Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 2021. 054.024.1097-08

 Michel Lages Costa
 Diretor Geral - ATSS/REGISTRO DE IMÓVEIS

24 Página 1 de 2

PROCESSO N° 15900
FLS. 919
F. ASSINATURA E CARIMBO



GRUPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIRETORIA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

- de carga com emissão de laudo técnico de 1,5 amp. fusão 1000 metros. O evento acontecerá do dia 10 ao dia 13 de fevereiro, horário 20h às 02h.
- d) Apresentou a licença de Responsabilidade Técnica nº 2020180016648, sob a responsabilidade do Sr. Fabrício de Paula Reis CREABR 4.204111, emitida pela empresa MRC ENTERTENIMENTO, PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME CREABR 4.204111, responsável por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação das estruturas, arcos, 27 metros de altura, 2 tendas 4x4 metros, 32 metros de piso e carpete, 2 tendas de 3x3, 18 metros de piso, carpete, 190 metros quadrados, 1 gerador de 130 KVA, com serviços de sonorização e iluminação do evento, que acontecerá do dia 10 a 13 de fevereiro, horário 20h às 02h.
- e) Apresentou a declaração de responsabilidade de serviços emitida pela empresa Lato Emergências Médicas LTDA ME CNPJ 11.204.117/0001898, sob a responsabilidade do Sr. Luciano da Costa Mendes CRM 042.505.956-94, onde será disponibilizada uma equipe de atendimento ao público do evento.
- f) Apresentou Nota Fiscal nº 104 emitida pela empresa FIRE WINGS EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO CNPJ 07.872.826/0001433 referente a prestação de serviços de equipamentos contra incêndio.
- g) Apresentou relatório de análise de risco nº 162337-203 emitido pela empresa IPT, referente à inflamabilidade de revestimentos têxteis de piso - com composição de poliamida.
- h) Apresentou a licença de Responsabilidade Técnica nº 77015011, sob a responsabilidade da empresa IPEI.
- i) Apresentou a licença de Responsabilidade Técnica nº 77015113, sob a responsabilidade da empresa IPEI.
- 10 - O presente documento, sob a responsabilidade do Sr. Lucas Dutra Menzess, base para observância às normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico, sob a responsabilidade da Diretoria de Diversões Públicas, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas na Lei nº 12.967/2014.
- 11 - O local foi visitado pelo Sr. IRLM LUCAS DUTRA MENZESS - QOC/14 - RG: 49.204.
- 12 - Esta Autorização perdura a validade, sob o compromisso de qualquer momento do evento, as seguintes situações:
- 1) Possui instalações elétricas seguras, adequadas a NBR 5410;
- 2) Realizar a manutenção das instalações elétricas, sob a responsabilidade da respectiva empresa.

Assinatura do Sr. Lucas Dutra Menzess Assinatura do Sr. IRLM LUCAS DUTRA MENZESS	CONFERE Assinatura do Sr. IRLM LUCAS DUTRA MENZESS Assinatura do Sr. IRLM LUCAS DUTRA MENZESS
--	--

Assinatura do Sr. IRLM LUCAS DUTRA MENZESS Assinatura do Sr. IRLM LUCAS DUTRA MENZESS	Assinatura do Sr. IRLM LUCAS DUTRA MENZESS Assinatura do Sr. IRLM LUCAS DUTRA MENZESS
---	---



COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIRETORIA DE DIVERSÕES FÉLICAS



AUTORIZAÇÃO A-00506/18
3º GBM - Niterói

O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, atendendo a solicitação constante no protocolo nº E27/7018/11075/2018, resolve autorizar a (o):
NOME DO RESPONSÁVEL PELO EVENTO: MRG ENTERTENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
EVENTO: CARNAVAL DE MARICA 2018
LOCAL: AVENIDA DA PRIMA DOR RUA 83, SN, PROXIMO AO CONDOMÍNIO SANTA PAULA, BAIRRO MUNICIPAL, ITAIPUVA - MARICA
DATA(S): DE 10-02-2018 ATÉ 12-02-2018 HORARIO INICIO AS 20:00 E TERMINO AS 02:00HS.
LOTAÇÃO: 0 (zero) mil e 600 (seiscentas) pessoas. É proibido o ingresso de pessoas com...

- 0222 11/02/18**
01-...
02-...
03-...
04-...
05-...
06-...
07-...
08-...
09-...
10-...
11-...
12-...
13-...
14-...
15-...
16-...
17-...
18-...
19-...
20-...

que a responsabilidade caberá ao Sr. Costa, nascido em 21 de setembro de 1977, brasileiro de ascendência portuguesa, portador do CPF nº 012.123.456-7, inscrito no CNPJ nº 08.987.654/0001-90, residente e domiciliado na Rua da Liberdade nº 123, bairro Centro, cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, CPF nº 012.123.456-7, Lei nº 120.777 (Lei do Silêncio), em 21 de setembro de 2018, às 14h00, em Niterói, RJ, atendendo os seguintes requisitos:

a) De 17.00h às 20.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

b) De 20.00h às 02.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

c) De 02.00h às 05.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

d) De 05.00h às 08.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

e) De 08.00h às 11.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

f) De 11.00h às 14.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

g) De 14.00h às 17.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

h) De 17.00h às 20.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

i) De 20.00h às 02.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

j) De 02.00h às 05.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

k) De 05.00h às 08.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

l) De 08.00h às 11.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

m) De 11.00h às 14.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

n) De 14.00h às 17.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

o) De 17.00h às 20.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

p) De 20.00h às 02.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

q) De 02.00h às 05.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

r) De 05.00h às 08.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

s) De 08.00h às 11.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

t) De 11.00h às 14.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

u) De 14.00h às 17.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

v) De 17.00h às 20.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

w) De 20.00h às 02.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

x) De 02.00h às 05.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

y) De 05.00h às 08.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

z) De 08.00h às 11.00h, no local de realização do evento, haverá um posto de atendimento para o Corpo de Bombeiros, com a finalidade de orientar e controlar o acesso das pessoas ao local, bem como a circulação de veículos e pedestres.

15º OFÍCIO DE NOTAS TÉCNICAS
Av. das Américas, 1000
AUTENT
Certifico e dou fe que a presente é cópia autêntica do original que me foi apresentado.
Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 2018.
Selo E27/7018/AD

PROCESSO Nº 15408
FLS. 193
ASSINATURA E CARIMBO

DEPARTAMENTO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIRETORIA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

- b) Apresentação Anotação de Responsabilidade Técnica nº 2020180018650, sob a responsabilidade do Sr Fabricio de Paula Reis CNPJ nº 12.003.678/0001-12, da empresa MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME GRDA nº 2015216803, referente a prestação de serviços de instalação por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação das estruturas suspensores, tipo 5x6 metros, 1 torção 5x6 metros, 25 metros de piso a carpete, 50 metros grade e 1 torção de 180 KVA, com as seguintes características: o evento será realizado no dia 10 a 13 de fevereiro, Horário 20h às 02h.
- c) Apresentação Anotação de Responsabilidade Técnica nº 2020180018650, sob a responsabilidade da empresa Lote Emergências Médicas LTDA ME CNPJ nº 11.264.172/0001-03, referente a prestação de serviços de atendimento ao público do evento.
- d) Apresentação Nota Fiscal nº 164, emitida pela empresa FIRE WINN EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO CNPJ nº 07.872.822/0001-43, referente a prestação de serviços de atendimento ao público do evento.
- e) Apresentação Anotação de Responsabilidade Técnica nº 12337-203 emitida pela empresa IPT, referente a inflamabilidade de revestimentos térmicos de aço, com comprimento de 10 metros.
- f) Apresentação Anotação de Responsabilidade Técnica nº 720154/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.
- g) Apresentação Anotação de Responsabilidade Técnica nº 779.517/13 sob a responsabilidade da empresa IPEI.
- 10- O presente projeto será executado a qualquer tempo, caso haja observância às normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico, e não haja interferência no funcionamento do Trabalho e Sossego alheios, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.
- 11- O local de execução do projeto é o mesmo das outras MENSAGENS OUTRAS MENSAGENS - QOC/14 - Nº: 48.204.
- 12- Esta Anotação de Responsabilidade Técnica é emitida a qualquer momento do evento em seguintes situações:
- a) Para as instalações e estruturas previstas em S.NBR 5410.
- b) Para as estruturas e equipamentos similares, de qualquer natureza, que sejam semelhantes à apresentação da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica.

Assinatura do Responsável Técnico
Data: 10/02/2020

Assinatura do Responsável Técnico
Data: 10/02/2020

Assinatura do Responsável Técnico
Data: 10/02/2020

Página 3 de 2

PROCESSO Nº 15402
FLS. 144
ASSINATURA E CARIMBO



Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
INSTITUIÇÃO GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIRETORIA DE DIVERSÕES PÚBLICAS



AUTORIZAÇÃO A-00540/18
3º GBM - Niterói

O CORPO DE BOMBEIROS, consoante o disposto no decreto nº 16.695, de 12 de Julho de 1991 e atendendo a solicitação contida no protocolo nº E277/015/11075/2018, resolve autorizar a (o):
NOME DO RESPONSÁVEL PELO EVENTO: MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
EVENTO: CARNAVAL DE MARICA 2018
LOCAL: RUA DOMINGOS DA SILVA, 500 - BAIRRO MUNICIPAL - CEMITÉRIO - MARICA
DATA(S): DE 09/02/2018 AT 13-02-2018 HORARIO INICIO 18:00 E TERMINO AS 02:00.
LOTACAÇÃO: O público máximo é de 950 (nove mil e quinhentas) pessoas. É proibido o ingresso de pessoas com deficiência física no local.

- CONDICIONES:**
- 01- O local onde se realizará o evento deve ser adequado para a realização do mesmo, atendendo as normas de segurança e de prevenção de incêndio.
 - 02- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) De 01:00 às 02:00 horas, o responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - 01- O local onde se realizará o evento deve ser adequado para a realização do mesmo, atendendo as normas de segurança e de prevenção de incêndio.
 - 02- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) Por chamada de emergência, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - b) Por filme de segurança, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - c) Por impressões digitais, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - 03- O local onde se realizará o evento deve ser adequado para a realização do mesmo, atendendo as normas de segurança e de prevenção de incêndio.
 - 04- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) Por chamada de emergência, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - b) Por filme de segurança, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - c) Por impressões digitais, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - 05- A área onde se realizará o evento deve ser adequada para a realização do mesmo, atendendo as normas de segurança e de prevenção de incêndio.
 - 06- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) Por chamada de emergência, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - b) Por filme de segurança, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - c) Por impressões digitais, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - 07- É obrigatório a presença de um responsável pelo evento, no local onde se realizará o mesmo, no mínimo de 10 minutos.
 - 08- O evento não pode ser realizado em locais onde se realizam atividades de caráter religioso, cultural, esportivo ou de qualquer natureza.
 - 09- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) Por chamada de emergência, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - b) Por filme de segurança, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - c) Por impressões digitais, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - 10- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) Por chamada de emergência, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - b) Por filme de segurança, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - c) Por impressões digitais, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - 11- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) Por chamada de emergência, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - b) Por filme de segurança, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - c) Por impressões digitais, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - 12- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) Por chamada de emergência, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - b) Por filme de segurança, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - c) Por impressões digitais, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - 13- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) Por chamada de emergência, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - b) Por filme de segurança, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - c) Por impressões digitais, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - 14- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) Por chamada de emergência, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - b) Por filme de segurança, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - c) Por impressões digitais, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - 15- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) Por chamada de emergência, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - b) Por filme de segurança, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - c) Por impressões digitais, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - 16- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) Por chamada de emergência, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - b) Por filme de segurança, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - c) Por impressões digitais, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - 17- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) Por chamada de emergência, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - b) Por filme de segurança, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - c) Por impressões digitais, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - 18- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) Por chamada de emergência, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - b) Por filme de segurança, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - c) Por impressões digitais, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - 19- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) Por chamada de emergência, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - b) Por filme de segurança, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - c) Por impressões digitais, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - 20- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
 - a) Por chamada de emergência, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - b) Por filme de segurança, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.
 - c) Por impressões digitais, no local onde se realizará o evento, no mínimo de 10 minutos.

19861 LON...
O OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELA
Av. dos Amarelos 500, B11, L108 Barra da Tijuca (21) 3152-7161 RJ
AUTENTICACAO
Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel reprodução do
original que me foi apresentado. Michel Larcher
Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 2021. CPF: 054.021.097-88
MARCOS VINICIUS LOPES DE SOUZA
ESCRIVÃO DE NOTAS
CNPJ: 08.111.111/0001-00
SOS 3127870-1-110 - Consulte em <https://wv3.bj.aj.br/bjpublicos>

PROCESSO Nº 15402
FLS. 145
ASSINATURA E CARIMBO

[illegible]

1. A responsabilidade social é uma das principais prioridades da empresa IPEL, sendo que, para isso, a empresa possui uma política de Segurança Contra Incêndio e Pânico, para garantir a segurança dos colaboradores, seguindo as normas da Previdência do Trabalho e Segurança sênior, ficando o infrator

11 - O local foi visitado pelo Sr. EMILIO LUCAS DUTRA MENDES - OOCN4 - RG 49.284

12. Esta Autorización es válida y efectiva, de v. a. en adelante, a partir del momento de entrega de la siguiente información:

19. *Proctor, J. 1996. The Ecology of the British Isles. 2nd Edition. Blackwell Science, Oxford.*

© 1994 by John Wiley & Sons, Inc. All rights reserved. This journal is registered at the Copyright Clearance Center, Inc., 222 Rosewood Drive, Danvers, MA 01923. Organizations in the U.S. who are also registered with the C.C.C. may therefore copy material (beyond the limits permitted by sections 107 and 108 of U.S. copyright law) subject to payment to C.C.C. of the per copy fee of \$05.00. This consent does not extend to multiple copying for promotional or commercial purposes. ISI Tear Sheet Service, 3501 Market Street, Philadelphia, PA 19104, USA, is authorized to supply single copies of separate articles for private use only. Organizations authorized by the Copyright Licensing Agency may also copy material subject to the usual conditions. For all other use, permission should be sought from John Wiley & Sons, Inc. This journal is registered at the Library of Congress, 100 Congress Street, Washington, DC 20540. Authorization to photocopy items for internal or personal use, or the internal or personal use of specific clients, is granted by John Wiley & Sons, Inc., for users registered with the Copyright Clearance Center (CCC) Transactional Reporting Service, provided that the fee of \$05.00 per copy is paid directly to CCC. 0005-4518/94 \$05.00. This journal is also registered at the British Library, 10, Brooklands Drive, West Nyack, New York 10994-2133. *Authorizations to photocopy items for internal or personal use, or the internal or personal use of specific clients, is granted by John Wiley & Sons, Inc., for users registered with the Copyright Clearance Center (CCC) Transactional Reporting Service, provided that the fee of \$05.00 per copy is paid directly to CCC.*

1990

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

5. 2011. 2012. 2013. 2014. 2015. 2016. 2017. 2018. 2019. 2020. 2021. 2022. 2023. 2024. 2025. 2026. 2027. 2028. 2029. 2030. 2031. 2032. 2033. 2034. 2035. 2036. 2037. 2038. 2039. 2040. 2041. 2042. 2043. 2044. 2045. 2046. 2047. 2048. 2049. 2050. 2051. 2052. 2053. 2054. 2055. 2056. 2057. 2058. 2059. 2060. 2061. 2062. 2063. 2064. 2065. 2066. 2067. 2068. 2069. 2070. 2071. 2072. 2073. 2074. 2075. 2076. 2077. 2078. 2079. 2080. 2081. 2082. 2083. 2084. 2085. 2086. 2087. 2088. 2089. 2090. 2091. 2092. 2093. 2094. 2095. 2096. 2097. 2098. 2099. 2100. 2101. 2102. 2103. 2104. 2105. 2106. 2107. 2108. 2109. 2110. 2111. 2112. 2113. 2114. 2115. 2116. 2117. 2118. 2119. 2120. 2121. 2122. 2123. 2124. 2125. 2126. 2127. 2128. 2129. 2130. 2131. 2132. 2133. 2134. 2135. 2136. 2137. 2138. 2139. 2140. 2141. 2142. 2143. 2144. 2145. 2146. 2147. 2148. 2149. 2150. 2151. 2152. 2153. 2154. 2155. 2156. 2157. 2158. 2159. 2160. 2161. 2162. 2163. 2164. 2165. 2166. 2167. 2168. 2169. 2170. 2171. 2172. 2173. 2174. 2175. 2176. 2177. 2178. 2179. 2180. 2181. 2182. 2183. 2184. 2185. 2186. 2187. 2188. 2189. 2190. 2191. 2192. 2193. 2194. 2195. 2196. 2197. 2198. 2199. 2200. 2201. 2202. 2203. 2204. 2205. 2206. 2207. 2208. 2209. 2210. 2211. 2212. 2213. 2214. 2215. 2216. 2217. 2218. 2219. 2220. 2221. 2222. 2223. 2224. 2225. 2226. 2227. 2228. 2229. 2230. 2231. 2232. 2233. 2234. 2235. 2236. 2237. 2238. 2239. 2240. 2241. 2242. 2243. 2244. 2245. 2246. 2247. 2248. 2249. 2250. 2251. 2252. 2253. 2254. 2255. 2256. 2257. 2258. 2259. 2260. 2261. 2262. 2263. 2264. 2265. 2266. 2267. 2268. 2269. 2270. 2271. 2272. 2273. 2274. 2275. 2276. 2277. 2278. 2279. 2280. 2281. 2282. 2283. 2284. 2285. 2286. 2287. 2288. 2289. 2290. 2291. 2292. 2293. 2294. 2295. 2296. 2297. 2298. 2299. 2300. 2301. 2302. 2303. 2304. 2305. 2306. 2307. 2308. 2309. 2310. 2311. 2312. 2313. 2314. 2315. 2316. 2317. 2318. 2319. 2320. 2321. 2322. 2323. 2324. 2325. 2326. 2327. 2328. 2329. 2330. 2331. 2332. 2333. 2334. 2335. 2336. 2337. 2338. 2339. 2340. 2341. 2342. 2343. 2344. 2345. 2346. 2347. 2348. 2349. 2350. 2351. 2352. 2353. 2354. 2355. 2356. 2357. 2358. 2359. 2360. 2361. 2362. 2363. 2364. 2365. 2366. 2367. 2368. 2369. 2370. 2371. 2372. 2373. 2374. 2375. 2376. 2377. 2378. 2379. 2380. 2381. 2382. 2383. 2384. 2385. 2386. 2387. 2388. 2389. 2390. 2391. 2392. 2393. 2394. 2395. 2396. 2397. 2398. 2399. 2400. 2401. 2402. 2403. 2404. 2405. 2406. 2407. 2408. 2409. 2410. 2411. 2412. 2413. 2414. 2415. 2416. 2417. 2418. 2419. 2420. 2421. 2422. 2423. 2424. 2425. 2426. 2427. 2428. 2429. 2430. 2431. 2432. 2433. 2434. 2435. 2436. 2437. 2438. 2439. 2440. 2441. 2442. 2443. 2444. 2445. 2446. 2447. 2448. 2449. 2450. 2451. 2452. 2453. 2454. 2455. 2456. 2457. 2458. 2459. 2460. 2461. 2462. 2463. 2464. 2465. 2466. 2467. 2468. 2469. 2470. 2471. 2472. 2473. 2474. 2475. 2476. 2477. 2478. 2479. 2480. 2481. 2482. 2483. 2484. 2485. 2486. 2487. 2488. 2489. 2490. 2491. 2492. 2493. 2494. 2495. 2496. 2497. 2498. 2499. 2500. 2501. 2502. 2503. 2504. 2505. 2506. 2507. 2508. 2509. 2510. 2511. 2512. 2513. 2514. 2515. 2516. 2517. 2518. 2519. 2520. 2521. 2522. 2523. 2524. 2525. 2526. 2527. 2528. 2529. 2530. 2531. 2532. 2533. 2534. 2535. 2536. 2537. 2538. 2539. 2540. 2541. 2542. 2543. 2544. 2545. 2546. 2547. 2548. 2549. 2550. 2551. 2552. 2553. 2554. 2555. 2556. 2557. 2558. 2559. 2560. 2561. 2562. 2563. 2564. 2565. 2566. 2567. 2568. 2569. 2570. 2571. 2572. 2573. 2574. 2575. 2576. 2577. 2578. 2579. 2580. 2581. 2582. 2583. 2584. 2585. 2586. 2587. 2588. 2589. 2590. 2591. 2592. 2593. 2594. 2595. 2596. 2597. 2598. 2599. 2600. 2601. 2602. 2603. 2604. 2605. 2606. 2607. 2608. 2609. 2610. 2611. 2612. 2613. 2614. 2615. 2616. 2617. 2618. 2619. 2620. 2621. 2622. 2623. 2624. 2625. 2626. 2627. 2628. 2629. 2630. 2631. 2632. 2633. 2634. 2635. 2636. 2637. 2638. 2639. 2640. 2641. 2642. 2643. 2644. 2645. 2646. 2647. 2648. 2649. 2650. 2651. 2652. 2653. 2654. 2655. 2656. 2657. 2658. 2659. 2660. 2661. 2662. 2663. 2664. 2665. 2666. 2667. 2668. 2669. 2670. 2671. 2672. 2673. 2674. 2675. 2676. 2677. 2678. 2679. 2680. 2681. 2682. 2683. 2684. 2685. 2686. 2687. 2688. 2689. 2690. 2691. 2692.

1998-1999

1990 11 18 15:00 2 22 2

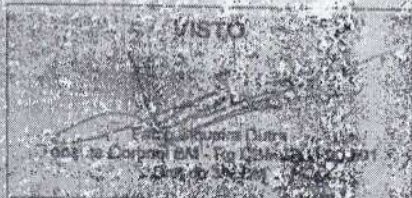
PROCESSO Nº 15402

FLS. 946

ASSINATURA E CARIMBO



Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
DIRETORIA-GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIRETORIA DE DIVERSÕES PÚBLICAS



AUTORIZAÇÃO A-00522/18
3º GBM - Niterói

O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, consoante o disposto no decreto nº 16.695, de 12 de Julho de 1991 e atendendo a solicitação contida no protocolo nº E2770013/11075/2018, resolve autorizar a (o):
NOME DO RESPONSÁVEL PELO EVENTO: MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
EVENO: CARNAVAL DE MARICA 2018
LOCAL: AVENIDA DA PRAIA COM RUA PROFESSOR CARDOSO VENEZES, SN, PROXIMO AO CONDOMÍNIO SANTA PAULA
BARRIO/MUNICÍPIO: ITAIPACU - MARICA
DATA(S) DE 10-02-2018 A 13-02-2018 HORARIO INICIO AS 20:00 E TERMINO AS 02:00HS.
LOTACAO: 1000
Observação: O uso de fogos de artifício e lançamento de pessoas é proibido no evento.

CONSERVAÇÃO

- 01- Esta autorização é válida para o evento de 1975, 00:00h às 02:00h, no local de realização do evento.
- 02- O responsável pelo evento deve apresentar a seguinte documentação:
- 03- O plano de segurança do evento.
- 04- O plano de emergência do evento.
- 05- O plano de evacuação do evento.
- 06- O plano de comunicação do evento.
- 07- O plano de primeiros socorros do evento.
- 08- O plano de controle de acesso do evento.
- 09- O plano de controle de estacionamento do evento.
- 10- O plano de controle de segurança do evento.
- 11- O plano de controle de segurança do evento.
- 12- O plano de controle de segurança do evento.
- 13- O plano de controle de segurança do evento.
- 14- O plano de controle de segurança do evento.
- 15- O plano de controle de segurança do evento.
- 16- O plano de controle de segurança do evento.
- 17- O plano de controle de segurança do evento.
- 18- O plano de controle de segurança do evento.
- 19- O plano de controle de segurança do evento.
- 20- O plano de controle de segurança do evento.

Aguardando a documentação completa o disposto no Decreto nº 597, de 21 de setembro de 1975, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, no que tange aos aspectos de segurança e conservação do evento, autoriza a realização do mesmo, sob a condição de que o responsável pelo evento, conforme reza a Lei nº 12.777, de 19 de dezembro de 2013, apresente a seguinte documentação:

- a) Plano de segurança do evento.
- b) Plano de emergência do evento.
- c) Plano de evacuação do evento.
- d) Plano de comunicação do evento.
- e) Plano de primeiros socorros do evento.
- f) Plano de controle de acesso do evento.
- g) Plano de controle de estacionamento do evento.
- h) Plano de controle de segurança do evento.
- i) Plano de controle de segurança do evento.
- j) Plano de controle de segurança do evento.
- k) Plano de controle de segurança do evento.
- l) Plano de controle de segurança do evento.
- m) Plano de controle de segurança do evento.
- n) Plano de controle de segurança do evento.
- o) Plano de controle de segurança do evento.
- p) Plano de controle de segurança do evento.
- q) Plano de controle de segurança do evento.
- r) Plano de controle de segurança do evento.
- s) Plano de controle de segurança do evento.
- t) Plano de controle de segurança do evento.
- u) Plano de controle de segurança do evento.
- v) Plano de controle de segurança do evento.
- w) Plano de controle de segurança do evento.
- x) Plano de controle de segurança do evento.
- y) Plano de controle de segurança do evento.
- z) Plano de controle de segurança do evento.

5581108 179880
15 OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELA
Av. das Américas 500, B11, L1106 Barra da Tijuca (21) 3154-7101 R
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado.
Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 2021. ENE (assinatura)
VIGILANTE DE NOTAS
FERNANDA DE FREITAS LEITÃO
15-02-2018 09:05:43 AM - Com. de Bombeiros (Sociedade de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro)

PROFESSOR Nº 15402
15
ASSINATURA E CARIMBO

COMANDO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIRETORIA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

LTD. ME CREA-RJ 201521-1800, referente à aplicação de responsabilidade por elaboração e execução de teste de carga com emissão de laudo técnico de 20 metros medindo 10x5 metros. O evento acontecerá do dia 10 ao dia 13 de fevereiro, horário: 20h às 02h.

d) Apresentou Aprovação de Responsabilidade Técnica nº 2020180016652, sob a responsabilidade do Sr Fabrício de Paula Reis CREA-RJ 2004 07153, emitida pela empresa MRC ENTERTENIMENTO, PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME CREA-RJ 2015 201609, referente à aplicação de responsabilidade por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação de estruturas, sendo: 1 palco 10x8 metros, 2 tendas 4x4 metros, 32 metros de piso e tapete, 50 metros grade, portão de 2x1 metros e 10 metros de KVC com serviços de sonorização e iluminação do evento, que acontecerá do dia 10 ao dia 13 de fevereiro, horário: 20h às 02h.

e) Apresentou Aprovação de Responsabilidade Técnica nº 2020180016652, sob a responsabilidade do Sr Fabrício de Paula Reis CREA-RJ 2004 07153, emitida pela empresa MRC ENTERTENIMENTO, PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME CREA-RJ 2015 201609, referente à aplicação de responsabilidade por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação de estruturas, sendo: 1 palco 10x8 metros, 2 tendas 4x4 metros, 32 metros de piso e tapete, 50 metros grade, portão de 2x1 metros e 10 metros de KVC com serviços de sonorização e iluminação do evento, que acontecerá do dia 10 ao dia 13 de fevereiro, horário: 20h às 02h.

f) Apresentou relatório de ensaio nº 1151337-203 emitida pela empresa IPT, referente à inflamabilidade de revestimentos têxteis de piso - com comorbido de neoprenila.

g) Apresentou atestado de conformidade nº 77015113 emitido pela empresa IPEI.

h) Apresentou atestado de conformidade nº 77015113 emitido pela empresa IPEI.

10- O presente documento poderá ser cancelado a qualquer tempo, caso haja inobservância às normas de Segurança Contra Incêndio - Fênico, bem como a qualquer ato que fature de Perturbação do Trabalho e Sozago alheios, ficando o infrator sujeito às penalidades administrativas.

11- O local foi visitado pelo 2º TENENTE LAURAS DUTRA MENEZES - QOCM4 - RG: 47.204.

12- Esta Autorização poderá ser anulada se for constatado a qualquer momento do evento as seguintes situações:

a) Faltar às instalações de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

b) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

c) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

d) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

e) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

f) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

g) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

h) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

i) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

j) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

k) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

l) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

m) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

n) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

o) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

p) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

q) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

r) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

s) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

t) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

u) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

v) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

w) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

x) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

y) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

z) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

aa) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

ab) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

ac) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

ad) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

ae) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

af) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

ag) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

ah) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

ai) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

aj) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

ak) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

al) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

am) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

an) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

ao) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

ap) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

aq) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

ar) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

as) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

at) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

au) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

av) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

aw) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

ax) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

ay) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

az) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

ba) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

bb) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

bc) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

bd) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

be) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

bf) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

bg) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

bh) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

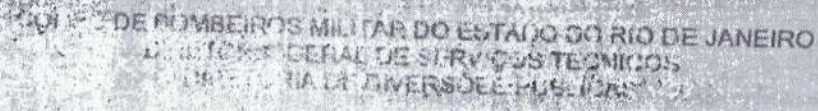
bi) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

bj) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

bk) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

bl) Não apresentar a documentação de segurança, conforme especificado no ANEXO 01.

PROCESSO Nº 15402
 FL. 148
 ASSINATURA E CARIMBO



AUTORIZAÇÃO A-00532/18
3º GBM - Niterói

[illegible]

PROCESSO Nº 15402
 FLS. 199
 ASSINADO: ZARIMBO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIRETORIA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

b) Apresentou Anotação de Responsabilidade Técnica nº 2020180016645, sob a responsabilidade do Sr Fabrício de Paula Reis, CREA RJ 2004107853, emitida pela empresa MRC ENTERTAINMENT PROMOCOES E EVENTOS LTDA - ME CREA RJ 2016201600, referente a anotação de responsabilidade por inspeção, montagem, montagem, desmontagem e instalação das estruturas sendo: 1 tenda 6x6 metros, 1 tenda 6x5 metros, 25 metros de piso a carpete, 60 metros grade e 1 gerador de 100 KVA com cabos, 1 sistema de iluminação do evento, que aconteceu de dia 10 a 13 de fevereiro. Horário 20h às 02h.

c) Apresentou declaração de prestação de serviços emitida pela empresa Leta Emergências Médicas LTDA ME CNPJ 11.1204.117/0001-00, sob a responsabilidade da Srª Letícia da Costa Mendes, CPF 042.565.858-94, onde será disponibilizada a equipe técnica para atendimento ao público do evento.

d) Apresentou a Licença de Funcionamento emitida pela empresa FIRE WINGS EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO CNPJ 02.372.025/0001-28, referente a licença de funcionamento contra incêndio.

e) Apresentou a Licença de Funcionamento emitida pela empresa IPEI, referente a responsabilidade de revestimentos lúdicos de piso, com o número de identificação.

f) Apresentou a Licença de Funcionamento emitida pela empresa IPEI, referente a responsabilidade da empresa IPEI.

g) Apresentou a Licença de Funcionamento emitida pela empresa IPEI, referente a responsabilidade da empresa IPEI.

10- O presente documento será expedido a qualquer tempo, caso haja inobservância as normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico, bem como a legislação que trata da Participação do Trabalho e Segurança e Saúde, ficando o infrator sujeito as penalidades previstas em lei.

11- O local de realização do evento é: **COMPLEXO DUTRA MENDES - GOOIA - RG: 49.294**.

12- Entende-se por evento, neste contexto, as atividades realizadas a qualquer momento do evento nas seguintes situações:

a) Possuindo instalações elétricas em desacordo com a NBR 5410;

b) Ausência de equipe técnica responsável;

c) Ausência de equipe técnica responsável;

d) Ausência de equipe técnica responsável;

trabalho em ambientes fechados ou similares sem a apresentação da respectiva

ART - Anexo 2 do Decreto nº 22.902

ou a falta de equipe técnica responsável;

ou a falta de equipe técnica responsável;

ou a falta de equipe técnica responsável;

| | |
|---|--|
| <p align="center">CONFERE</p> <p align="center">Ad. Vitoria Silva de Oliveira Bandeira
 Ten. 1º PM, 2ª Classe - 22.902</p> | |
|---|--|

| | |
|--|--|
| <p>FEI - FICHA DE FISCALIZAÇÃO DE EVENTOS</p> <p>1. IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO</p> <p>2. IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL</p> <p>3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL</p> <p>4. IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO</p> <p>5. IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL</p> <p>6. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO</p> <p>7. IDENTIFICAÇÃO DO PREÇO</p> <p>8. IDENTIFICAÇÃO DO PRAZO</p> <p>9. IDENTIFICAÇÃO DO RISCO</p> <p>10. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>11. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>12. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>13. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>14. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>15. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>16. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>17. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>18. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>19. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>20. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>21. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>22. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>23. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>24. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>25. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>26. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>27. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>28. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>29. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>30. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>31. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>32. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>33. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>34. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>35. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>36. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>37. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>38. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>39. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>40. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>41. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>42. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>43. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>44. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>45. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>46. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>47. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>48. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>49. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>50. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>51. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>52. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>53. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>54. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>55. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>56. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>57. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>58. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>59. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>60. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>61. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>62. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>63. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>64. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>65. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>66. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>67. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>68. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>69. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>70. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>71. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>72. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>73. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>74. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>75. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>76. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>77. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>78. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>79. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>80. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>81. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>82. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>83. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>84. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>85. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>86. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>87. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>88. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>89. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>90. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>91. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>92. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>93. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>94. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>95. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>96. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>97. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>98. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>99. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>100. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> | <p>FEI - FICHA DE FISCALIZAÇÃO DE EVENTOS</p> <p>1. IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO</p> <p>2. IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL</p> <p>3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL</p> <p>4. IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO</p> <p>5. IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL</p> <p>6. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO</p> <p>7. IDENTIFICAÇÃO DO PREÇO</p> <p>8. IDENTIFICAÇÃO DO PRAZO</p> <p>9. IDENTIFICAÇÃO DO RISCO</p> <p>10. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>11. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>12. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>13. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>14. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>15. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>16. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>17. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>18. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>19. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>20. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>21. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>22. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>23. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>24. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>25. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>26. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>27. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>28. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>29. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>30. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>31. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>32. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>33. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>34. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>35. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>36. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>37. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>38. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>39. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>40. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>41. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>42. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>43. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>44. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>45. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>46. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>47. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>48. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>49. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>50. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>51. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>52. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>53. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>54. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>55. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>56. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>57. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>58. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>59. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>60. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>61. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>62. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>63. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>64. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>65. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>66. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>67. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>68. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>69. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>70. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>71. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>72. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>73. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>74. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>75. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>76. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>77. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>78. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>79. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>80. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>81. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>82. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>83. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>84. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>85. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>86. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>87. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>88. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>89. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>90. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>91. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>92. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>93. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>94. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>95. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>96. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>97. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>98. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>99. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> <p>100. IDENTIFICAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO</p> |
|--|--|

1870
 Filled with a large
 female C. (C. 1870)
 C. 1870

O CORPO DE BOMBEIROS, constante o disposto no decreto nº 16.895, de 12 de Julho de 1991 e atendendo a solicitação contida no protocolo nº E27/6997/11075/2018, resolve autorizar a (o).

NOME DO RESPONSÁVEL PELO EVENTO: WIRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA

EVENTO: TAPATYPO DE AMERICA 2018.

LOCAL: PRAÇA GILBERTO DE SANTOS TRINDADE, SN, BAIRRO/URB. CIVIL, SÃO JOSÉ DO IMBAUSSA - AMERICA

DATA(S) DE REALIZAÇÃO: 11/11/2018-13/11/2018 HORARIO INICIO AS 20:00 E TERMINO AS 02:00.

LOTAÇÃO: O público estimado é de 860 (oitocentas) pessoas. É proibido o ingresso de

[illegible]

[illegible]

19 - O presente instrumento não se vincula a qualquer nome, caso haja inobservância às normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico, bem como, violação ou infração da Portaria do Trabalho e Segurança e/ou, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

11 - O local for assinatura do 2º TEN EM LUCAS (NTRA WINEZES - DODM - RG-4820)

a) Pesquisa transacional etnográfica, em duas partes: a) 2005-2006;

1. Relação com a natureza: a natureza é vista como um recurso a ser explorado e utilizado para o bem-estar humano. A natureza é vista como um recurso a ser explorado e utilizado para o bem-estar humano.

Dr. [Name] [Address] [City] [State] [Zip]

1990

1990-1991

[illegible]

2 de 2

PROCESSO Nº 15402
FLS. 152

ASSINATURA E CARIMBO

DE LOMBREIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
E FETORIA GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIRETORIA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

LISTO

Assinatura Diretora
Renata Corrêa da Silva - R. C. CORRÊA - 22.591
08/02/2018

AUTORIZAÇÃO A-00518/18
3º GBM - Niterói

O CORPO DE BOMBEIROS, atendendo o disposto no Decreto nº 16.695, de 12 de Julho de 1991 e atendendo a solicitação contida no protocolo nº E277000/11075/2018, resolve autorizar a (o):

NOME DO RESPONSÁVEL PELO EVENTO: MRC ENTERTENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA

EVENTO: CARNAVAL DE MARICA 2018

LOCAL: PRAÇA LUCAS REAO, S/N ANTIGA AVENIDA J. BAIRO MUNICIPAL, BAIRO N. MARICA

DATA(S): DE 10-02-2018 A 13-02-2018, HORARIO INICIO AS 20:00 E TERMINO AS 02:00HS.

LOTAÇÃO: O público estimado é de 900 (novecentas) pessoas. É proibido o ingresso de...

CONSERVAÇÃO:

01- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

02- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

03- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

04- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

05- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

06- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

07- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

08- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

09- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

10- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

11- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

12- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

13- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

14- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

15- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

16- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

17- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

18- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

19- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

20- O responsável pelo evento deverá manter o local sob constante vigilância, com a presença de pelo menos 02 (dois) seguranças por turno, sendo que um deles deverá ser devidamente treinado para atuar em caso de emergência.

1986-1988

1988-1990

1990-1992

1992-1994

1994-1996

1996-1998

1998-2000

2000-2002

2002-2004

2004-2006

2006-2008

2008-2010

2010-2012

2012-2014

2014-2016

2016-2018

2018-2020

2020-2022

2022-2024

2024-2026

2026-2028

2028-2030

2030-2032

2032-2034

2034-2036

2036-2038

2038-2040

2040-2042

2042-2044

2044-2046

2046-2048

2048-2050

2050-2052

2052-2054

2054-2056

2056-2058

2058-2060

2060-2062

2062-2064

2064-2066

2066-2068

2068-2070

2070-2072

2072-2074

2074-2076

2076-2078

2078-2080

2080-2082

2082-2084

2084-2086

2086-2088

2088-2090

2090-2092

2092-2094

2094-2096

2096-2098

2098-2100

2100-2102

2102-2104

2104-2106

2106-2108

2108-2110

2110-2112

2112-2114

2114-2116

2116-2118

2118-2120

2120-2122

2122-2124

2124-2126

2126-2128

2128-2130

2130-2132

2132-2134

2134-2136

2136-2138

2138-2140

2140-2142

2142-2144

2144-2146

2146-2148

2148-2150

2150-2152

2152-2154

2154-2156

2156-2158

2158-2160

2160-2162

2162-2164

2164-2166

2166-2168

2168-2170

2170-2172

2172-2174

2174-2176

2176-2178

2178-2180

2180-2182

2182-2184

2184-2186

2186-2188

2188-2190

2190-2192

2192-2194

2194-2196

2196-2198

2198-2200

2200-2202

2202-2204

2204-2206

2206-2208

2208-2210

2210-2212

2212-2214

2214-2216

2216-2218

2218-2220

2220-2222

2222-2224

2224-2226

2226-2228

2228-2230

2230-2232

2232-2234

2234-2236

2236-2238

2238-2240

2240-2242

2242-2244

2244-2246

2246-2248

2248-2250

2250-2252

2252-2254

2254-2256

2256-2258

2258-2260

2260-2262

2262-2264

2264-2266

2266-2268

2268-2270

2270-2272

2272-2274

2274-2276

2276-2278

2278-2280

2280-2282

2282-2284

2284-2286

2286-2288

2288-2290

2290-2292

2292-2294

2294-2296

2296-2298

2298-2300

2300-2302

2302-2304

2304-2306

2306-2308

2308-2310

2310-2312

2312-2314

2314-2316

2316-2318

2318-2320

2320-2322

2322-2324

2324-2326

2326-2328

2328-2330

2330-2332

2332-2334

2334-2336

2336-2338

2338-2340

2340-2342

2342-2344

2344-2346

2346-2348

2348-2350

2350-2352

2352-2354

2354-2356

2356-2358

2358-2360

2360-2362

2362-2364

2364-2366

2366-2368

2368-2370

2370-2372

2372-2374

2374-2376

2376-2378

2378-2380

2380-2382

2382-2384

2384-2386

2386-2388

2388-2390

2390-2392

2392-2394

2394-2396

2396-2398

2398-2400

2400-2402

2402-2404

2404-2406

2406-2408

2408-2410

2410-2412

2412-2414

2414-2416

2416-2418

2418-2420

2420-2422

2422-2424

2424-2426

2426-2428

2428-2430

2430-2432

2432-2434

2434-2436

2436-2438

2438-2440

2440-2442

2442-2444

2444-2446

2446-2448

2448-2450

2450-2452

2452-2454

2454-2456

2456-2458

2458-2460

2460-2462

2462-2464

2464-2466

2466-2468

2468-2470

2470-2472

2472-2474

2474-2476

2476-2478

2478-2480

2480-2482

2482-2484

2484-2486

2486-2488

2488-2490

2490-2492

2492-2494

2494-2496

2496-2498

2498-2500

2500-2502

2502-2504

2504-2506

2506-2508

2508-2510

2510-2512

2512-2514

2514-2516

2516-2518

2518-2520

2520-2522

2522-2524

2524-2526

2526-2528

2528-2530

2530-2532

2532-2534

2534-2536

2536-2538

2538-2540

2540-2542

2542-2544

2544-2546

2546-2548

2548-2550

2550-2552

2552-2554

2554-2556

2556-2558

2558-2560

2560-2562

2562-2564

2564-2566

2566-2568

2568-2570

2570-2572

2572-2574

2574-2576

2576-2578

2578-2580

2580-2582

2582-2584

2584-2586

2586-2588

2588-2590

2590-2592

2592-2594

2594-2596

2596-2598

2598-2600

2600-2602

2602-2604

2604-2606

2606-2608

2608-2610

2610-2612

2612-2614

2614-2616

2616-2618

2618-2620

2620-2622

2622-2624

2624-2626

2626-2628

2628-2630

2630-2632

2632-2634

2634-2636

2636-2638

2638-2640

2640-2642

2642-2644

2644-2646

2646-2648

2648-2650

2650-2652

2652-2654

2654-2656

2656-2658

2658-2660

2660-2662

2662-2664

2664-2666

2666-2668

2668-2670

2670-2672

2672-2674

2674-2676

2676-2678

2678-2680

2680-2682

2682-2684

2684-2686

2686-2688

2688-2690

2690-2692

2692-2694

2694-2696

2696-2698

2698-2700

2700-2702

2702-2704

2704-2706

2706-2708

2708-2710

2710-2712

2712-2714

2714-2716

2716-2718

2718-2720

2720-2722

2722-2724

2724-2726

2726-2728

2728-2730

2730-2732

2732-2734

2734-2736

2736-2738

2738-2740

2740-2742

2742-2744

2744-2746

2746-2748

2748-2750

2750-2752

2752-2754

2754-2756

2756-2758

2758-2760

2760-2762

2762-2764

2764-2766

2766-2768

2768-2770

2770-2772

2772-2774

2774-2776

2776-2778

2778-2780

2780-2782

2782-2784

2784-2786

2786-2788

2788-2790

2790-2792

2792-2794

2794-2796

2796-2798

2798-2800

2800-2802

2802-2804

2804-2806

2806-2808

2808-2810

2810-2812

2812-2814

2814-2816

2816-2818

2818-2820

2820-2822

2822-2824

2824-2826

2826-2828

2828-2830

2830-2832

2832-2834

2834-2836

2836-2838

2838-2840

2840-2842

2842-2844

2844-2846

2846-2848

2848-2850

2850-2852

2852-2854

2854-2856

2856-2858

2858-2860

2860-2862

2862-2864

2864-2866

2866-2868

2868-2870

2870-2872

2872-2874

2874-2876

2876-2878

2878-2880

2880-2882

2882-2884

2884-2886

2886-2888

2888-2890

2890-2892

2892-2894

2894-2896

2896-2898

2898-2900

2900-2902

2902-2904

2904-2906

2906-2908

2908-2910

2910-2912

2912-2914

2914-2916

2916-2918

2918-2920

2920-2922

2922-2924

2924-2926

2926-2928

2928-2930

2930-2932

2932-2934

2934-2936

2936-2938

2938-2940

2940-2942

2942-2944

2944-2946

2946-2948

2948-2950

2950-2952

2952-2954

2954-2956

2956-2958

2958-2960

2960-2962

2962-2964

2964-2966

2966-2968

2968-2970

2970-2972

2972-2974

2974-2976

2976-2978

2978-2980

2980-2982

2982-2984

2984-2986

2986-2988

2988-2990

2990-2992

2992-2994

2994-2996

2996-2998

2998-3000

PROCESSO Nº 05402
115 153
[Assinatura]

Scanned with CamScanner

U.S.C.

Fazio Siquero Guerra
Teniente Coronel del F. C. M. E. I. - D. 0581.6

O CORPO DE BOMBEIROS, consoante o disposto no decreto nº 18.605, de 12 de Julho de 1991 e atendendo a solicitação cartoria no protocolo nº 627/99399/11075/2018, resolve autorizar a (o):

NOME DO RESPONSÁVEL PELO EVENTO: UBO ENTERTENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA

EVENTO: BAILE INFANTIL CARNAVAL DE MARICA 2018

LOCAL: AV. CARLOS MARCHELLI, SN, ANTIGA AVENIDA DE MARICA, 13

BAIRRO: MUNICÍPIO: ITAPECUARI-MARICA

DATA(S) DE REALIZAÇÃO: 13-02-2018 HORARIO INICIO: 16:00 E TÉRMINO: 22:00HS.

LOTACÃO: O público máximo é de 4500 (quatro mil e quinhentas) pessoas. É proibido o ingresso de pessoas alcoolizadas e menores autorizados.

[illegible]

Que a Polícia Municipal de Vila Rica, no auto nº 889, de 21 de setembro
nº 1, contra o infrator nº 1400, no qual se apontam aspectos de escape a
deixar a porta aberta.

Senhor Juiz, o Sr. Oficial nº 13, da 1ª Legião, nº 126/77 (Lei do Silêncio),
denuncia o infrator nº 1400.

Ser. O nº 6, de 13 de Jan. de 1977 (Lei nº 1.733, de 1977) [26/77 (Lei do Silêncio),
nao. Prefe. Cantagalo].

a) De 07:00 às 22:00 horas de, quinta-feira.

6) De 07-01-24: ...

casos em que o micro-organismo, que atinge o ambiente externo da edificação, sobrevive por mais de 24 horas, o risco de contaminação é maior, onde começa a propagação

Dr. C. H. Johnson

orientação, a fim de evitar, sempre que possível, a ocorrência de acidentes e, sobretudo, de incêndio, bem como orientar ao público sobre as medidas a serem tomadas em caso de emergência, que, conforme reza a Lei nº 15.558/99, regulando o artigo 1º da Lei nº 5.971/73, deve ser transmitida da seguinte forma:

10/1/68

Por favor, marque com um X se o filme é animado ou não e com

1. Para o primeiro teste, o participante deve estar em uma posição confortável, com o corpo relaxado e os olhos fechados. Ele deve imaginar um ponto no topo da cabeça, onde o cérebro está localizado, e focar nele por alguns segundos.

09- A partir da população, extraída de uma amostra, foram selecionados 10 indivíduos, com indicação, da transferência

8- Marcação e identificação: Imprimir, em uma única folha, o nome do estabelecimento, o endereço, o telefone e o e-mail, e a data e hora da notificação ou

17- É PROIBIDO O USO DE QUALQUER TIPO DE FERRAMENTA PARA A REMOÇÃO DE CHAMAS.

...O EVOLUÇÃO ... AS CONFUSÃO ... A SOB A FORMA DE
CILINDROS DE ... DE ... ABAIXAMENTO DE QUALQUER TIPO

RE GAB LO...
8-7-60

MAY 20 1960
JANUARY 1960

1) CART / 12/20/19 1902-11 12 12
1) FISH / 12/20/19 1902-11 12 12

De 1.º de maio de 1963, com o fim da guerra, o Brasil passou a ser conhecido como "País da Paz".

om. SINTRE - IMPORT E EXPORT DE MATERIAIS E EVENTOS LTDA-ME
ção da responsabilidade pela embalagem e entrega de toda a carga com

1955 3 20 10:00 AM

3/18 - Pagina 1 de 2

PROCESS NO. 15402

FLS. 155

ASSINATURA E CARIMBO

13 de fevereiro, hora: 18h 35-37h

e) Apresentação: Uma Física nº 124, fundada pela empresa FIRE WINGS EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO CNPJ 07.072.825/0001-45, inscrita no CNPJ de equipamentos contra incêndio.

9) Após o seu ato de assinar o formulário vertical nº 770150/43 sob a responsabilidade da empresa IPEI.

11 - O local foi visitado em 7/11/2011 por JACSON DUTRA MENEZES. QOC 14 - RG: 48.204

21 P. Smith and J. B. Smith, *Journal of Polymer Science: Part A: Polymer Chemistry*, **19**, 1001 (1981).

1. The first part of the report is a general introduction to the project, which includes the objectives, scope, and methodology.

FABRICA DE

MÓDULO

VIA ...
2ª Etapa - Rua ... nº 220-5
Distrito de ...

...
Rua ... nº 22-902
Bairro ...

PROCESSO Nº 15407
FLS. 256
CÁRTELA E CARIMBO

DIRETORIA DE DIVERSOS SERVIDIÇOS

- ...a apresentação da respectiva

[illegible]

And Yim Co. 211 Co. 1, Ponta Bandeira
1. Ponta 211 - 4. CHMERJ - 22.902

Antonio Bonifaz - Pagina 2 de 2

PROFESSOR N°

515

ASSINATURA E CARIMBO

CORPO DE HOMENS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS
DIRETORIA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

AUTORIZAÇÃO A-00535/18
3º GBM - Niterói

O CORPO DE HOMENS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, consoante o disposto no decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991 e alterações e solicitações, resolve autorizar a (o):

NOME DO RESPONSÁVEL PELO EVENTO: MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.

EVENTO: CARNIVAL DE MARICA 2018.

LOCAL: PRAIA DE PONTA NEGRA, AV. LITORNEA, S/N, ANTIGA AVENIDA 1, RAIOIR/MUNICÍPIO DE PONTA NEGRA - MARICA.

DATA(S): 03-04-2018 A 13-04-2018 HORARIO INICIO AS 20:00 E TERMINO AS 02:00HS.

LOTAÇÃO: O público máximo é de 4000 (quatro mil e quinhentas) pessoas. É proibido o uso de armas de fogo.

Conforme o disposto no Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, o presente ato de autorização é emitido sob a condição de que o responsável pelo evento, MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, deverá cumprir as seguintes condições:

- 1) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 2) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 3) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 4) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 5) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 6) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 7) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 8) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 9) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 10) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 11) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 12) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 13) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 14) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 15) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 16) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 17) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 18) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 19) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.
- 20) O responsável pelo evento deverá apresentar ao Corpo de Homens Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ato da emissão da autorização, o plano de segurança, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações, e o plano de emergência, elaborado em conformidade com o Decreto nº 15.695, de 12 de Julho de 1991, e alterações.

QR CODE

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELA
 Av. das Américas, 500, Bl. 11, L. 106 Barra da Tijuca (21) 354-7151 RJ

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado.

Em 03 de Janeiro, 8 de dezembro de 2017.

Assinatura

Assinatura

PROCESSO Nº 15402
 FLS. 161

[Assinatura]

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

de carga com emissão de fumaça de 1 palco medindo 10x6 metros. O evento acontecerá do dia 10 ao dia 13 de fevereiro, horário: 20h às 02h.

d) Apresentação Anulação do Hítion, bilhete técnico nº 202018091088, sob a responsabilidade do Sr Fabrício de Paula Reis CREA RJ 2004107853, emitida pela empresa MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME CREA RJ 2015011839, referente à anulação de responsabilidade por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação das estruturas de palco de 10x6 metros, 2 cordões de 4 metros, 32 metros de pano e carpeta, 50 metros grade e 1 unidade de iluminação, que ocorrerá do dia 10 a 13 de fevereiro.

e) Apresentação Anulação do Hítion, bilhete técnico nº 202018091088, sob a responsabilidade do Sr Fabrício de Paula Reis CREA RJ 2004107853, emitida pela empresa MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME CREA RJ 2015011839, referente à anulação de responsabilidade por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação das estruturas de palco de 10x6 metros, 2 cordões de 4 metros, 32 metros de pano e carpeta, 50 metros grade e 1 unidade de iluminação, que ocorrerá do dia 10 a 13 de fevereiro.

f) Apresentação Anulação do Hítion, bilhete técnico nº 202018091088, sob a responsabilidade do Sr Fabrício de Paula Reis CREA RJ 2004107853, emitida pela empresa MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME CREA RJ 2015011839, referente à anulação de responsabilidade por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação das estruturas de palco de 10x6 metros, 2 cordões de 4 metros, 32 metros de pano e carpeta, 50 metros grade e 1 unidade de iluminação, que ocorrerá do dia 10 a 13 de fevereiro.

g) Apresentação Anulação do Hítion, bilhete técnico nº 202018091088, sob a responsabilidade do Sr Fabrício de Paula Reis CREA RJ 2004107853, emitida pela empresa MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME CREA RJ 2015011839, referente à anulação de responsabilidade por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação das estruturas de palco de 10x6 metros, 2 cordões de 4 metros, 32 metros de pano e carpeta, 50 metros grade e 1 unidade de iluminação, que ocorrerá do dia 10 a 13 de fevereiro.

h) Apresentação Anulação do Hítion, bilhete técnico nº 202018091088, sob a responsabilidade do Sr Fabrício de Paula Reis CREA RJ 2004107853, emitida pela empresa MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME CREA RJ 2015011839, referente à anulação de responsabilidade por inspeção, vistoria, montagem, desmontagem e instalação das estruturas de palco de 10x6 metros, 2 cordões de 4 metros, 32 metros de pano e carpeta, 50 metros grade e 1 unidade de iluminação, que ocorrerá do dia 10 a 13 de fevereiro.

10- O presente documento será válido do momento da emissão até o término do evento, caso haja inobservância das normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico, bem como a legislação que trata da Perturbação do Trabalho e Saúde dos trabalhadores, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas em lei.

11- O local do evento será o Palco LUGAS DUTRA MENDES - QOC/14 - RG 49204

12- Esta Autorização é válida para o evento, sob a responsabilidade do apresentador do evento as seguintes situações:

a) Realizar a montagem e a desmontagem das estruturas de palco de 10x6 metros, 2 cordões de 4 metros, 32 metros de pano e carpeta, 50 metros grade e 1 unidade de iluminação, que ocorrerá do dia 10 a 13 de fevereiro.

b) Realizar a montagem e a desmontagem das estruturas de palco de 10x6 metros, 2 cordões de 4 metros, 32 metros de pano e carpeta, 50 metros grade e 1 unidade de iluminação, que ocorrerá do dia 10 a 13 de fevereiro.

c) Realizar a montagem e a desmontagem das estruturas de palco de 10x6 metros, 2 cordões de 4 metros, 32 metros de pano e carpeta, 50 metros grade e 1 unidade de iluminação, que ocorrerá do dia 10 a 13 de fevereiro.

d) Realizar a montagem e a desmontagem das estruturas de palco de 10x6 metros, 2 cordões de 4 metros, 32 metros de pano e carpeta, 50 metros grade e 1 unidade de iluminação, que ocorrerá do dia 10 a 13 de fevereiro.

Assinatura:

| | |
|---|--|
| <p>ELABORADOR</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>1253</p> | <p>COMISSÃO</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>Ass. Técnica: Sr. Roberto Gomes
1º Tendo: Sr. Roberto Gomes
2º Tendo: Sr. Roberto Gomes</p> |
|---|--|

Toronto Convention

品名と数量

[illegible]

Uma de vocês: "Ainda não sei se vou a cerimônia, mas acho que não é com certeza."

[illegible]

...A QUALQUER TIPO

FABRIL DE PAULA
L. E. S. L. T. P. R. O. D. U. C. I. O. N. E. S. L. T. C. A. M. E.
FABRIL DE PAULA

de 1.º de fevereiro, horário

PROCESS NO. 15402
FLS. 43

ASSINATURA E CARIMBO

- [illegible]

[illegible]

[The following page contains extremely faint, illegible markings and noise.]

This image is a severely degraded scan of a document page. It is characterized by extreme noise, including a dense field of black and white speckles and a prominent vertical line down the center. The left half of the image is lighter and contains faint, illegible horizontal bands, while the right half is darker and more textured. No text or figures can be discerned.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Divisão de Protocolo

FOLHA DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO

Nº do Processo: 15902

Número de Folhas 165

A/AO Comli

Encaminhamos para apreciação e/ou providências.

Araruama 22/07 / 2026.

Assinatura do Funcionário



RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

P.A Nº 8435/2026

RECORRENTE: MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.608.503/0001-60, devidamente qualificada nos autos do processo administrativo nº 8435/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de concepção, planejamento, organização, coordenação, operacionalização, produção e gerenciamento integral, continuado e coordenado da feira literária denominada "Araruama Literária 2026", promovida pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Araruama, a ser realizada no período de 14 a 17 de agosto de 2026, que será realizada na Praça Antônio Raposo, compreendendo o fornecimento, instalação, manutenção e desmontagem de estruturas, equipamentos, materiais, sistemas e demais recursos necessários à execução do evento, incluindo serviços técnicos, operacionais, logísticos, cenográficos, culturais, institucionais e de apoio ao público.

DO RELATÓRIO:

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa MRC Entretenimento Promoções e Eventos Ltda., inscrita no CNPJ nº 18.608.503/0001-00, em face da decisão que concluiu pelo não atendimento integral dos requisitos de qualificação técnico-operacional previstos nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 024/2026, destinado à contratação da execução do evento "Araruama Literária 2026".

A recorrente sustenta, em síntese, que os atestados de capacidade técnica apresentados demonstrariam experiência suficiente para o atendimento das exigências editalícias, afirmando possuir ampla expertise na realização de eventos de grande porte e alegando que a análise técnica promovida pela Secretaria Municipal de Educação teria sido genérica, desprovida de fundamentação individualizada e incompatível com a documentação apresentada. Sustenta, ainda, a nulidade do parecer técnico emitido por esta Secretaria,



questiona a interpretação conferida aos atestados de capacidade técnica e suscita alegações relativas à habilitação de outra licitante no certame.

Ressalta-se, por fim, que a presente manifestação restringe-se aos aspectos técnicos submetidos à apreciação desta Secretaria, competindo ao Agente de Contratação e à Autoridade Competente a análise dos demais fundamentos recursais e o julgamento final do recurso administrativo, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pelo Edital e pela legislação aplicável.

É o breve relatório.

DAS RAZÕES RECURSAIS:

Em suas razões recursais, a empresa **MRC Entretenimento Promoções e Eventos Ltda.** insurge-se contra a decisão administrativa que concluiu por sua inabilitação no Pregão Eletrônico nº 024/2026, sustentando, em síntese, que a documentação por ela apresentada atenderia integralmente às exigências do instrumento convocatório.

No que concerne aos aspectos submetidos à apreciação desta Secretaria Municipal de Educação, a recorrente desenvolve, em síntese, as seguintes alegações:

- a) sustenta que os atestados de capacidade técnico-operacional apresentados comprovariam o atendimento integral das exigências previstas nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital, afirmando possuir experiência na execução de eventos de grande porte, cujos valores, quantitativos e estruturas seriam superiores aos mínimos exigidos para os Lotes 01 e 02 do certame;
- b) alega que o parecer técnico emitido pela Secretaria Municipal de Educação seria nulo, sob o argumento de suposta incompetência técnica do órgão para proceder à análise da documentação relativa à qualificação técnico-operacional das licitantes, sustentando que a avaliação deveria ter sido realizada por órgão dotado de expertise específica na realização de eventos;
- c) aduz, ainda, que a empresa declarada habilitada teria apresentado documentação que demandaria verificação quanto à sua autenticidade e regularidade, requerendo a realização de diligências para confirmação dos atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante **SS Representações e Serviços Ltda.**



Registra-se que as demais alegações constantes das razões recursais, notadamente aquelas relacionadas à inserção da proposta comercial em campo destinado aos documentos de habilitação e à garantia de proposta, não integram o objeto da presente manifestação técnica, por se referirem a matérias de natureza procedimental e jurídica cuja apreciação compete ao Agente de Contratação e à autoridade competente para o julgamento do recurso.

Dessa forma, a presente manifestação restringir-se-á ao exame técnico das alegações acima sintetizadas, mediante confronto objetivo entre a documentação apresentada pela recorrente, as exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência e os fundamentos que embasaram a manifestação técnica anteriormente emitida por esta Secretaria.

DA ADMISSIBILIDADE QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS:

Preliminarmente, registra-se que a presente manifestação possui natureza estritamente técnica, sendo elaborada pela Secretaria Municipal de Educação em atendimento à solicitação do Agente de Contratação, com a finalidade exclusiva de subsidiar a análise do recurso administrativo interposto pela empresa MRC Entretenimento Promoções e Eventos Ltda., exclusivamente no que se refere às questões relacionadas à qualificação técnico-operacional.

A apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal, tais como tempestividade, legitimidade, interesse recursal e demais requisitos previstos no Edital e na Lei nº 14.133/2021, insere-se na esfera de competência do Agente de Contratação, razão pela qual não constitui objeto da presente manifestação.

Nesse contexto, parte-se da premissa de que o recurso foi regularmente recebido para apreciação, restringindo-se esta Secretaria ao exame das alegações que impugnam o parecer técnico emitido acerca da documentação de qualificação técnico-operacional apresentada pela recorrente.

Dessa forma, a presente análise limitar-se-á ao enfrentamento das questões técnicas suscitadas no recurso, especialmente aquelas relacionadas à interpretação dos atestados de capacidade técnica, à alegada suficiência da documentação apresentada e às impugnações



dirigidas ao parecer técnico elaborado por esta Secretaria, abstendo-se de apreciar matérias de natureza procedimental ou jurídica cuja competência decisória pertence ao Agente de Contratação.

DA COMPETÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Preliminarmente, impõe-se afastar a alegação da recorrente no sentido de que a Secretaria Municipal de Educação não possuiria competência técnica para proceder à análise dos documentos de qualificação técnico-operacional apresentados pelas licitantes.

A referida alegação não encontra amparo no ordenamento jurídico, tampouco nas disposições do Edital ou nos documentos que instruem o presente procedimento licitatório.

O objeto do Pregão Eletrônico nº 024/2026 consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços destinados à realização do evento Araruama Literária 2026, concebido como projeto de natureza educacional, cultural e pedagógica, cuja idealização, planejamento, definição das especificações técnicas e execução estão diretamente vinculados às atribuições institucionais da Secretaria Municipal de Educação, conforme estabelecido no Termo de Referência integrante do Anexo I do Edital.

Na condição de órgão demandante da contratação, coube à Secretaria Municipal de Educação junto com a Secretaria Executiva de Licitação e Contratos elaborar os estudos técnicos preliminares, definir as necessidades administrativas, estabelecer os requisitos mínimos de qualificação técnica e especificar os componentes estruturantes indispensáveis à adequada execução do objeto.

Consequentemente, é também da Secretaria a atribuição de verificar se a documentação apresentada pelas licitantes demonstra, de forma objetiva, o atendimento às exigências técnicas por ela própria estabelecidas no instrumento convocatório.

Importante destacar que a análise realizada não consistiu em avaliação subjetiva da capacidade empresarial da recorrente, tampouco em juízo de valor acerca da qualidade dos eventos anteriormente executados.

O exame limitou-se ao confronto objetivo entre os documentos apresentados pela licitante e os requisitos expressamente previstos no Edital, especialmente aqueles constantes dos



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete da Secretária

PROCESSO Nº 1342

FLS. 170

ASSINATURA/CARIMBO

itens 12.4.1.3, que estabelece que a comprovação corresponda a, no mínimo, 50% dos quantitativos ou valores estimados relativos aos componentes estruturantes dos Lotes 1 e 2, admitindo o somatório de atestados quando houver compatibilidade operacional e 12.4.1.4, que justifica essa exigência afirmando que os Lotes 1 e 2 concentram os elementos essenciais da viabilidade material, operacional, funcional e estética do evento observando rigorosamente os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da motivação e da isonomia entre os licitantes.

A emissão de parecer técnico pelo órgão requisitante constitui prática inerente à segregação de funções estabelecida pela Lei nº 14.133/2021, na medida em que compete à unidade técnica responsável pelo objeto da contratação prestar subsídios especializados ao Agente de Contratação quanto aos aspectos que demandam conhecimento específico sobre a execução contratual pretendida.

Nesse contexto, a atuação da Secretaria Municipal de Educação restringiu-se aos aspectos eminentemente técnicos relacionados à compatibilidade dos atestados de capacidade técnico-operacional apresentados pela recorrente com os componentes estruturantes definidos no Termo de Referência, não havendo qualquer invasão das atribuições legalmente conferidas ao Agente de Contratação, responsável pela condução do procedimento licitatório e pelo julgamento da habilitação.

Assim, a alegação de incompetência da Secretaria Municipal de Educação não merece prosperar, porquanto sua atuação decorre diretamente de sua condição de órgão demandante, responsável pela definição das especificações técnicas do objeto e pela emissão da manifestação técnica destinada a subsidiar a decisão administrativa, em estrita observância às disposições do Edital e aos princípios que regem as contratações públicas.

Importante ressaltar que, a competência desta secretaria não decorre da atividade empresarial desempenhada pela recorrente, mas da responsabilidade administrativa pela definição do objeto da contratação. Se foi a Secretaria quem estabeleceu as especificações técnicas do evento e os requisitos mínimos de habilitação, é ela o órgão tecnicamente apto para verificar se a documentação apresentada demonstra o atendimento dessas exigências. A análise não teve por finalidade avaliar a qualidade artística, comercial ou mercadológica dos eventos realizados pela recorrente, mas unicamente aferir a aderência objetiva dos



documentos apresentados às condições previamente estabelecidas no instrumento convocatório.

DA METODOLOGIA EMPREGADA NA ANÁLISE TÉCNICA

A análise técnica realizada por esta Secretaria Municipal de Educação observou critérios estritamente objetivos, previamente estabelecidos no instrumento convocatório, tendo por finalidade verificar se a documentação apresentada pelas licitantes demonstrava, de forma suficiente e inequívoca, o atendimento às exigências de qualificação técnico-operacional previstas no Edital.

Cumprir registrar que a avaliação não teve por objeto aferir a capacidade empresarial, a reputação comercial ou a notoriedade da recorrente na realização de eventos, tampouco emitir juízo de valor acerca da qualidade ou da relevância dos serviços anteriormente executados.

O exame restringiu-se à verificação documental da compatibilidade entre os atestados de capacidade técnica apresentados e os requisitos mínimos estabelecidos no Termo de Referência, integrante do Anexo I do Edital, observando-se rigorosamente os parâmetros previamente definidos pela Administração para a execução do objeto licitado.

Nesse contexto, a metodologia adotada compreendeu as seguintes etapas:

I - Identificação das exigências editalícias: inicialmente, foram identificados os requisitos de qualificação técnico-operacional previstos nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital, bem como os componentes estruturantes constantes da planilha descritiva do Termo de Referência, que definem o conjunto mínimo de estruturas, equipamentos e serviços considerados indispensáveis para a execução dos Lotes 01 e 02.

II - Análise individual da documentação apresentada: na sequência, procedeu-se à leitura individualizada de todos os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrente, com o objetivo de identificar os serviços efetivamente executados, os quantitativos expressamente informados, as especificações técnicas descritas e os demais elementos aptos a demonstrar a experiência operacional da licitante.

III - Confronto objetivo entre as exigências e os documentos: posteriormente, cada componente estrutural previsto no Termo de Referência foi confrontado com as



informações constantes dos respectivos atestados, verificando-se, para cada item, se havia demonstração documental suficiente de compatibilidade quanto à natureza dos serviços executados, às características técnicas e, quando aplicável, aos quantitativos exigidos pelo Edital.

IV - Formação da conclusão técnica: somente após a conclusão desse confronto individualizado foi elaborada a manifestação técnica, sem presumir informações não constantes dos documentos e sem atribuir aos atestados conteúdo diverso daquele expressamente certificado pelos respectivos emitentes.

Importa destacar que essa metodologia decorre diretamente dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da motivação, da isonomia e da segurança jurídica, os quais impedem que a Administração substitua a prova documental exigida pelo Edital por presunções decorrentes da notoriedade da empresa, do porte econômico dos contratos anteriormente executados ou da repercussão pública dos eventos realizados.

Do mesmo modo, a análise técnica observou o princípio da objetividade, segundo o qual a verificação da qualificação técnico-operacional deve estar fundamentada nos documentos efetivamente apresentados pela licitante, confrontados com os requisitos previamente definidos pela Administração, sem ampliações interpretativas que possam beneficiar ou prejudicar qualquer participante do certame.

Dessa forma, a conclusão alcançada por esta Secretaria resultou da aplicação uniforme dos critérios estabelecidos no instrumento convocatório a toda a documentação apresentada pela recorrente, não tendo sido considerados elementos estranhos ao processo licitatório, informações obtidas por fontes externas ou avaliações subjetivas acerca da experiência empresarial da licitante.

DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

A licitação pública é regida por princípios que asseguram a observância da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da transparência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, destacando-se, dentre eles, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete da Secretária

PROCESSO Nº 75402
FLS. 173
ASSINATURA/CARIMBO

Referido princípio impõe que tanto a Administração Pública quanto os licitantes observem rigorosamente as regras previamente estabelecidas no Edital, não sendo admissível sua flexibilização ou alteração durante o curso do procedimento licitatório, sob pena de afronta à igualdade de condições entre os participantes e à segurança jurídica do certame. No presente caso, o Edital estabeleceu, de forma objetiva, os requisitos de qualificação técnico-operacional que deveriam ser comprovados pelas licitantes interessadas na execução do objeto, prevendo expressamente, nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4, a necessidade de demonstração da execução anterior de serviços compatíveis com os componentes estruturantes e quantitativos mínimos definidos para os Lotes 01 e 02.

O Termo de Referência, integrante do Anexo I do Edital, detalhou os elementos técnicos considerados essenciais para a execução contratual, especificando as estruturas, equipamentos, serviços e quantitativos mínimos que serviriam de parâmetro para a aferição da capacidade técnico-operacional das licitantes.

Dessa forma, a atuação da Secretaria Municipal de Educação limitou-se ao exame da aderência entre a documentação apresentada pela recorrente e as exigências previamente estabelecidas no instrumento convocatório, não lhe sendo juridicamente permitido substituir as exigências editalícias por critérios subjetivos, presunções ou avaliações baseadas exclusivamente na notoriedade da empresa, na dimensão dos eventos anteriormente executados ou no valor global dos contratos apresentados.

Cumpre ressaltar que a qualificação técnico-operacional constitui requisito de habilitação destinado a demonstrar, por meio de documentação idônea, que a licitante possui experiência compatível com a futura execução contratual. Assim, não basta que a empresa possua reconhecida atuação no segmento ou tenha executado eventos de grande porte; é indispensável que os documentos apresentados evidenciem, de forma objetiva, a compatibilidade entre os serviços anteriormente executados e aqueles exigidos pelo Edital. Nesse contexto, a análise técnica não poderia admitir equivalências presumidas nem considerar elementos estranhos ao conteúdo dos atestados apresentados. A eventual notoriedade dos eventos executados, sua repercussão pública ou mesmo o elevado valor dos contratos celebrados não substituem a necessidade de comprovação documental dos



requisitos específicos exigidos pela Administração, sob pena de tratamento desigual entre os licitantes e de violação ao princípio do julgamento objetivo.

Importa destacar que admitir a habilitação de licitante com base em critérios diversos daqueles expressamente previstos no Edital implicaria conferir tratamento privilegiado em relação aos demais participantes do certame, comprometendo a isonomia e a transparência que devem nortear todo procedimento licitatório.

Desse modo, a manifestação técnica anteriormente emitida observou rigorosamente as disposições do instrumento convocatório, limitando-se a verificar se os documentos apresentados pela recorrente demonstravam, de forma objetiva e documental, o atendimento às exigências de qualificação técnico-operacional previamente estabelecidas pela Administração, sem ampliar, restringir ou modificar os critérios definidos no Edital.

Por conseguinte, a conclusão alcançada decorreu da estrita aplicação das regras editalícias aos documentos efetivamente apresentados pela recorrente, em observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da isonomia, da motivação e da segurança jurídica, preservando-se a integridade e a regularidade do procedimento licitatório.

Nessa perspectiva, esta Secretaria pautou sua análise pela estrita observância da impossibilidade de substituição da prova documental por meras presunções. A avaliação técnica não se fundamentou na dimensão, notoriedade ou expressividade econômica dos eventos anteriormente realizados pela licitante, mas na verificação objetiva da documentação apresentada, em confronto com os requisitos expressamente estabelecidos no Edital e no Termo de Referência. Assim, ainda que os eventos executados pela recorrente sejam reconhecidos por sua relevância ou elevado valor contratual, tais circunstâncias, por si sós, não suprem a necessidade de comprovação documental de que os componentes estruturantes exigidos para a execução do objeto foram efetivamente realizados e devidamente certificados nos atestados de capacidade técnica apresentados.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:

A qualificação técnico-operacional constitui requisito de habilitação destinado a demonstrar que a licitante possui experiência anterior compatível com a complexidade,



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete da Secretária

PROCESSO Nº 15402

FLS. 175

NATURA/CARTELO

natureza e dimensão do objeto licitado, conferindo à Administração elementos objetivos para avaliar sua aptidão à futura execução contratual.

No presente certame, o Edital estabeleceu critérios específicos para a comprovação dessa capacidade, exigindo das licitantes a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, aptos a demonstrar a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto licitado, observadas as condições e os quantitativos mínimos expressamente previstos nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do instrumento convocatório.

A finalidade dessa exigência não consiste em restringir a competitividade do certame, mas em assegurar que a futura contratada possua experiência efetivamente comprovada na execução de serviços de complexidade equivalente àqueles que serão contratados pela Administração, reduzindo riscos de execução e resguardando o interesse público.

No caso específico do Pregão Eletrônico nº 024/2026, essa aferição demandou a análise da compatibilidade entre os serviços anteriormente executados pelas licitantes e os componentes estruturantes previstos para os Lotes 01 e 02, conforme discriminados no Termo de Referência.

Cumprе destacar que a compatibilidade exigida pelo Edital não se restringe ao valor global dos contratos anteriormente executados, tampouco à notoriedade dos eventos realizados.

Da mesma forma, a simples realização de eventos de grande porte não conduz, automaticamente, ao reconhecimento da qualificação técnica exigida para o presente certame.

Isso porque o objeto licitado apresenta composição própria, formada por um conjunto de estruturas, equipamentos, instalações e serviços cuja execução demanda experiência específica e documentalmente comprovada.

Assim, a demonstração da qualificação técnico-operacional exige que os atestados apresentados permitam identificar, de maneira objetiva, a execução dos componentes estruturantes definidos pela Administração, possibilitando verificar sua compatibilidade com o objeto licitado.



Por essa razão, a análise técnica desenvolvida por esta Secretaria não se limitou à verificação do porte econômico dos contratos ou da dimensão dos eventos realizados pela recorrente.

Ao contrário, procedeu-se ao exame individualizado dos documentos apresentados, confrontando-se cada atestado com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, de modo a identificar os serviços efetivamente comprovados, seus quantitativos, suas especificações técnicas e sua correspondência com os requisitos mínimos previstos no Edital.

Esse procedimento assegurou que todos os licitantes fossem submetidos aos mesmos critérios objetivos de avaliação, preservando-se os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da motivação e da segurança jurídica.

Importante consignar que a manifestação técnica anteriormente emitida não concluiu pela inexistência de experiência da recorrente na realização de eventos.

Ao contrário, os documentos apresentados demonstram que a empresa possui atuação no segmento de organização e produção de eventos, circunstância que, por si só, jamais foi objeto de controvérsia.

A conclusão alcançada limitou-se a registrar que, considerados exclusivamente os documentos apresentados para fins de habilitação e confrontados com os requisitos objetivos definidos no Edital, não foi possível identificar comprovação suficiente de atendimento integral às exigências de qualificação técnico-operacional previstas para os Lotes 01 e 02.

Essa conclusão decorreu exclusivamente da aplicação uniforme das regras editalícias à documentação constante dos autos, sem qualquer consideração de natureza subjetiva ou discricionária acerca da capacidade empresarial da recorrente.

DA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS EXIGÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA E OS ATESTADOS APRESENTADOS:

Conforme exposto nos capítulos anteriores, a análise da qualificação técnico-operacional observou metodologia pautada exclusivamente nos critérios objetivos definidos pelo



instrumento convocatório, não tendo sido considerados elementos estranhos a documentação apresentada pelas licitantes.

Para tanto, procedeu-se ao confronto individualizado entre os componentes estruturantes previstos no Termo de Referência, integrante do Anexo I do Edital, e as informações constantes dos atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrente.

Importa destacar que esse procedimento não teve por finalidade comparar a dimensão, a notoriedade ou a repercussão pública dos eventos anteriormente executados, tampouco estabelecer juízo de equivalência entre diferentes modelos de eventos.

O objeto da análise consistiu exclusivamente em verificar se os documentos apresentados permitiam comprovar, de forma objetiva, que a recorrente havia executado serviços compatíveis com aqueles expressamente exigidos pela Administração para a futura contratação.

Nesse contexto, cada componente estrutural previsto no Termo de Referência foi analisado de forma individual, considerando-se apenas as informações efetivamente certificadas pelos emitentes dos respectivos atestados.

Não foram presumidos quantitativos, especificações técnicas ou serviços cuja execução não estivesse expressamente consignada nos atestados.

Tal procedimento decorre da própria natureza jurídica da qualificação técnico-operacional, cuja comprovação deve ocorrer mediante documentação idônea e suficiente, apta a demonstrar objetivamente a experiência anteriormente adquirida pela licitante.

Dessa forma, a análise restringiu-se à verificação documental dos requisitos exigidos pelo Edital, observando-se, para cada item constante do Termo de Referência, três aspectos essenciais como a existência de comprovação documental do serviço ou estrutura exigida a compatibilidade entre as características técnicas descritas no atestado e aquelas previstas no Edital e a demonstração dos quantitativos mínimos exigidos, quando expressamente previstos no instrumento convocatório.

Somente após esse exame individualizado foi possível identificar quais componentes estruturantes encontravam correspondência documental nos atestados apresentados e quais permaneceram sem comprovação suficiente para fins de atendimento às exigências editalícias.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete da Secretária

PROCESSO Nº 15402

FLS. 179

ASSINATURA/CARIMBO

Ressalte-se que eventual execução efetiva de determinado serviço não é suficiente, por si só, para fins de habilitação, caso essa execução não esteja adequadamente demonstrada nos documentos apresentados à Administração.

Da mesma forma, contratos de elevado valor econômico ou eventos de grande porte não autorizam presumir que todos os componentes estruturantes exigidos pelo Edital tenham sido executados, uma vez que eventos distintos possuem objetos, escopos, composições e necessidades técnicas próprias.

Em razão disso, a conclusão técnica não decorreu da inexistência de experiência da recorrente na realização de eventos, mas da insuficiência da comprovação documental apresentada para demonstrar, de forma objetiva e nos exatos termos estabelecidos pelo Edital, o atendimento integral dos requisitos de qualificação técnico-operacional exigidos para os Lotes 01 e 02.

Por esse motivo, apresenta-se, na sequência, a análise comparativa entre os componentes estruturantes previstos no Termo de Referência e os elementos efetivamente comprovados pelos atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrente, evidenciando de forma objetiva os fundamentos que conduziram à manifestação técnica anteriormente emitida.

- Matriz Comparativa dos Componentes Estruturantes

Com o objetivo de conferir máxima objetividade, transparência e rastreabilidade à análise da qualificação técnico-operacional, esta Secretaria procedeu ao confronto individualizado entre os componentes estruturantes exigidos no Termo de Referência e as informações efetivamente constantes dos atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrente. Dessa forma, a comparação constitui instrumento de verificação objetiva da aderência entre os requisitos previamente definidos pela Administração e a documentação efetivamente apresentada pela recorrente, permitindo demonstrar, de forma motivada e transparente, os fundamentos que conduziram à conclusão técnica anteriormente emitida.

- Atestado juntado as fls. 3067, emitido por Vetor BR Comunicação e Marketing: O atestado descreve expressamente a execução de palco com características compatíveis com as exigências constantes do Anexo I do Edital, possibilitando a aferição objetiva da compatibilidade desse componente estrutural. Contudo, quanto aos demais itens previstos



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete da Secretária

PROCESSO Nº 15402
FLS. 725
ASSINATURA/CARIMBO

no Termo de Referência, o documento não apresenta descrição suficiente que permita verificar a correspondente compatibilidade técnica, razão pela qual apenas o referido componente pode ser considerado documentalmente comprovado.

- **Atestado juntado as fls. 3071, emitido pelo Instituto Municipal de Cultura de Petrópolis:** No item 2.1 do atestado encontram-se relacionados os serviços objeto da contratação anteriormente executada. Do confronto entre essa descrição e os componentes estruturantes constantes do Anexo I do Edital, verifica-se que os itens correspondentes aos **itens 1, 14 e 44 do Lote 1** apresentam compatibilidade documental suficiente.

Por outro lado, em relação aos itens correspondentes aos **itens 6, 16, 20, 22, 26 e 29**, não apresentam elementos documentais suficientes para aferição da compatibilidade, embora haja referência genérica aos respectivos serviços, o atestado não informa quantitativos nem especificações técnicas que permitam aferir sua compatibilidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Dessa forma, a documentação apresentada demonstra apenas parcialmente a compatibilidade com os requisitos editalícios, não sendo possível considerar integralmente comprovados os componentes cuja descrição carece dos elementos técnicos necessários à sua aferição objetiva.

- **Atestado Juntado as fls. 3077, emitido pelo Município de Paty dos Alferes:** O atestado faz referência à execução de estruturas como estandes, tendas, sistemas de sonorização e iluminação em diferentes portes. Todavia, a descrição constante do documento não apresenta detalhamento suficiente acerca das especificações técnicas, características construtivas e quantitativos efetivamente executados, impossibilitando a verificação objetiva da compatibilidade integral desses componentes com as exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Assim, o documento evidencia experiência na execução de serviços correlatos, porém não fornece elementos documentais suficientes para comprovar, de forma integral, o atendimento aos requisitos técnicos previstos no Edital.

- **Atestado emitido pela Prefeitura de Maricá:** O atestado apresenta descrição genérica dos serviços executados, sem individualizar os componentes estruturantes, seus quantitativos ou suas especificações técnicas.



Em razão da ausência desses elementos objetivos, não é possível aferir a compatibilidade entre os serviços certificados e os requisitos estabelecidos no Termo de Referência, circunstância que impede o reconhecimento da comprovação documental integral da qualificação técnico-operacional exigida pelo Edital.

DA FINALIDADE DA EXIGÊNCIA EDITALÍCIA:

As exigências de qualificação técnico-operacional previstas no Edital não possuem caráter meramente formal, tampouco se destinam a restringir a competitividade do certame. Ao contrário, constituem instrumentos destinados a assegurar que a futura contratada demonstre, por meio de documentação idônea, experiência compatível com a complexidade, as características e as necessidades específicas do objeto a ser executado. No presente procedimento licitatório, a Administração estruturou o Termo de Referência de forma a contemplar o conjunto de estruturas, equipamentos e serviços considerados indispensáveis para a realização do evento "Araruama Literária 2026", definindo, de maneira objetiva, os componentes mínimos necessários à adequada execução contratual. A exigência de comprovação da qualificação técnico-operacional, portanto, possui finalidade preventiva, permitindo à Administração verificar, antes da contratação, se a licitante apresenta experiência documentalmente comprovada na execução de serviços compatíveis com aqueles que serão efetivamente exigidos durante a vigência do futuro contrato. Essa verificação mostra-se especialmente relevante em objetos de elevada complexidade operacional, como o presente, cuja execução demanda planejamento integrado, coordenação simultânea de múltiplas estruturas, logística especializada e capacidade de gerenciamento de diversos serviços interdependentes, fatores diretamente relacionados à segurança, à continuidade e à qualidade da execução contratual. Nesse contexto, a Administração não busca identificar qual licitante realizou os maiores eventos ou celebrou os contratos de maior valor econômico, mas sim verificar se a documentação apresentada comprova, de forma objetiva, experiência compatível com os componentes estruturantes considerados essenciais para a execução do objeto licitado.



A finalidade da exigência editalícia, portanto, não é premiar a notoriedade empresarial, mas permitir que a Administração disponha de elementos técnicos objetivos para aferir a aptidão operacional da futura contratada, em estrita observância aos princípios da segurança jurídica, da isonomia, do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório.

Admitir que a comprovação da qualificação técnico-operacional pudesse ser substituída por presunções decorrentes da relevância dos eventos anteriormente realizados, da dimensão dos contratos executados ou da notoriedade da licitante significaria esvaziar a própria finalidade da exigência prevista no Edital, afastando o critério objetivo previamente estabelecido e criando forma de habilitação não prevista no instrumento convocatório.

Por essa razão, a Administração limitou-se a verificar se os atestados apresentados continham elementos suficientes para demonstrar o atendimento aos requisitos técnicos previamente definidos, não sendo juridicamente possível suprir lacunas documentais mediante ilações ou inferências acerca da experiência empresarial da recorrente.

Assim, a conclusão técnica anteriormente emitida decorreu da fiel observância da finalidade da exigência editalícia, que consiste em assegurar que a comprovação da qualificação técnico-operacional seja realizada por meio de documentação apta a evidenciar, de forma objetiva, a compatibilidade entre a experiência anteriormente adquirida e o objeto específico da futura contratação, preservando-se, desse modo, a legalidade, a transparência e a igualdade de tratamento entre todos os participantes do certame.

DA ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA MANIFESTAÇÃO TÉCNICA:

A recorrente sustenta que a manifestação técnica emitida por esta Secretaria seria nula, sob o argumento de que a análise da documentação de habilitação competiria exclusivamente ao Agente de Contratação, não podendo o órgão requisitante emitir parecer acerca da qualificação técnico-operacional das licitantes. Entretanto, tal alegação não merece prosperar.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete da Secretária

PROCESSO Nº 75402
FLS. 182
ASSINATURA/CARIMBO [assinatura]

Conforme já demonstrado no presente parecer, a manifestação elaborada por esta Secretaria possui natureza eminentemente técnica, tendo sido solicitada para subsidiar a análise da documentação apresentada pelas licitantes quanto ao atendimento dos requisitos técnicos previstos no Termo de Referência, documento elaborado pelo próprio órgão demandante.

A atuação desta Secretaria limitou-se ao exame da compatibilidade entre os componentes estruturantes exigidos no Edital e os elementos efetivamente constantes dos atestados de capacidade técnica apresentados, sem qualquer deliberação acerca da habilitação, inabilitação ou classificação das licitantes.

A decisão administrativa quanto à habilitação permanece inserida na esfera de competência da autoridade responsável pela condução do procedimento licitatório, cabendo à manifestação técnica apenas fornecer os subsídios necessários para a adequada formação do convencimento da Administração acerca de matéria que demanda conhecimento específico do objeto licitado.

Nesse contexto, não há qualquer usurpação de competência ou substituição das atribuições legalmente conferidas ao Agente de Contratação, mas, ao contrário, regular exercício do dever de assessoramento técnico pelos setores da Administração que detêm conhecimento acerca das especificações do objeto pretendido.

Cumpre destacar que o Termo de Referência, documento que estabelece os requisitos técnicos da contratação, foi elaborado no âmbito desta Secretaria, razão pela qual compete ao órgão demandante verificar se a documentação apresentada pelas licitantes demonstra compatibilidade com as exigências técnicas previamente definidas pela própria Administração.

A emissão de pareceres ou manifestações técnicas pelos setores especializados constitui prática inerente à instrução dos processos administrativos, especialmente quando a decisão depende da análise de aspectos técnicos relacionados ao objeto da contratação, contribuindo para o adequado atendimento do princípio da motivação e para a formação de decisões administrativas fundamentadas.

No caso concreto, a manifestação técnica encontra-se devidamente motivada, descrevendo a metodologia empregada, os critérios objetivos adotados e as razões pelas quais



**Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete da Secretária**

PROCESSO Nº 15402
FLS. 183
ASSINATURA/CARIMBO 

determinados requisitos foram considerados documentalmente comprovados ou não comprovados, permitindo o pleno exercício do contraditório pela recorrente, que, inclusive, apresentou recurso administrativo impugnando especificamente seus fundamentos.

Desse modo, a própria interposição do recurso evidencia que a recorrente teve pleno conhecimento das razões que embasaram a manifestação técnica e pôde exercer, de forma ampla, seu direito de contestá-las, circunstância que afasta qualquer alegação de prejuízo decorrente de suposta deficiência de fundamentação ou de vício procedimental.

Diante desse contexto, não se identifica qualquer elemento que autorize o reconhecimento da nulidade suscitada, uma vez que a manifestação técnica limitou-se ao exercício de sua finalidade institucional de subsidiar a decisão administrativa mediante análise especializada dos requisitos técnicos do Edital, preservando-se integralmente as competências decisórias atribuídas aos responsáveis pela condução do procedimento licitatório.

A recorrente não apontou qualquer erro técnico concreto na metodologia empregada ou na comparação entre o Termo de Referência e os atestados apresentados. Sua insurgência concentra-se na alegação de incompetência da Secretaria e na interpretação de que a experiência demonstrada seria suficiente para atender às exigências editalícias. Assim, a alegação de nulidade busca desconstituir o órgão que emitiu a manifestação técnica, sem demonstrar, de forma objetiva, a existência de vício material na análise realizada.

DA ALEGAÇÃO REFERENTE À EMPRESA SS REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA:

A recorrente suscita alegações acerca da documentação apresentada pela empresa SS Representações e Serviços Ltda., sustentando a existência de supostas irregularidades e requerendo a realização de diligências para verificação da autenticidade e regularidade dos documentos apresentados.

Todavia, tais alegações não constituem objeto da presente manifestação técnica.

Conforme já consignado, a atuação desta Secretaria restringe-se à análise dos aspectos técnicos relacionados à qualificação técnico-operacional das licitantes, mediante confronto



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete da Secretária

PROCESSO Nº 15402
FLS. 184
ASSINATURA/CARIMBO

entre os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e a documentação apresentada para esse fim.

Questões relativas à autenticidade documental, à necessidade de diligências, à regularidade da habilitação de outras licitantes ou à eventual adoção de medidas administrativas decorrentes dessas alegações inserem-se no âmbito de competência da Comissão de Contratação, do Agente de Contratação e da autoridade competente para o julgamento do recurso administrativo.

Dessa forma, esta Secretaria deixa de se manifestar sobre tais alegações, por não integrarem o objeto da presente análise técnica.

CONCLUSÃO:

Após o reexame integral da documentação apresentada pela recorrente, bem como das razões constantes do recurso administrativo, esta Secretaria Municipal de Educação reafirma que a análise técnica foi conduzida mediante critérios objetivos, previamente estabelecidos no instrumento convocatório, observando-se rigorosamente os princípios da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da isonomia, da motivação e da segurança jurídica.

A metodologia adotada consistiu no confronto individualizado entre os componentes estruturantes previstos no Termo de Referência e os elementos efetivamente constantes dos atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrente, considerando-se exclusivamente a documentação integrante do processo licitatório, sem utilização de presunções, inferências ou informações estranhas aos autos.

Do exame realizado, verificou-se que os atestados apresentados demonstram experiência da recorrente na execução de serviços relacionados à organização e produção de eventos, circunstância que jamais foi objeto de controvérsia por esta Secretaria.

Todavia, conforme demonstrado ao longo desta manifestação, a documentação apresentada não contém elementos suficientes para comprovar, de forma integral e objetiva, o atendimento às exigências de qualificação técnico-operacional previstas nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital, especialmente quanto à demonstração da execução



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete da Secretária

PROCESSO Nº 15402

FLS. 185

ASSINATURA/CARIMBO

anterior compatível com os componentes estruturantes e quantitativos mínimos estabelecidos para os Lotes 01 e 02.

Importa ressaltar que essa conclusão não decorre de juízo negativo acerca da capacidade empresarial da recorrente, tampouco da desconsideração da relevância ou da dimensão dos eventos anteriormente executados.

A conclusão técnica resulta, exclusivamente, da insuficiência da comprovação documental apresentada para fins de habilitação, considerada à luz dos critérios objetivos previamente estabelecidos pela Administração no instrumento convocatório.

Quanto às alegações de nulidade da manifestação técnica, conclui-se inexistir qualquer vício capaz de comprometer sua validade, uma vez que esta Secretaria limitou-se ao exercício de sua atribuição de assessoramento técnico, fornecendo subsídios especializados para a análise dos requisitos de qualificação técnico-operacional, sem qualquer invasão das competências decisórias atribuídas ao Agente de Contratação e à autoridade competente.

No tocante às alegações formuladas pela recorrente acerca da documentação apresentada por outra licitante, esta Secretaria deixou de apreciá-las por extrapolar o objeto da presente manifestação técnica, restringindo-se sua atuação aos aspectos técnicos relacionados à qualificação técnico-operacional objeto da consulta.

Diante do exposto, à vista dos elementos técnicos reexaminados e dos fundamentos expostos nesta manifestação, esta Secretaria conclui que não foram apresentados elementos técnicos novos capazes de alterar as conclusões anteriormente alcançadas quanto ao atendimento dos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital.

Face ao exposto, diante da análise do presente recurso, opinamos pela IMPROCEDÊNCIA mantendo as decisões anteriormente fundamentadas.

Araruama, 27 de julho de 2026.

Valeria ~~Cristina~~ ~~Ferreira~~ ~~do Amaral~~
Secretária Municipal de Educação

R. Maj. Felix Moreira, 107 – Centro - Araruama - RJ, 28979-102

À SEDUC**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8435/2026****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026****RECORRENTE: MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA****RECORRIDA: SS REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA****I – RELATÓRIO**

Trata-se de recurso administrativo interposto pela licitante **MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA**, com fundamento no art. 165, inciso I, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021, em face da decisão proferida por este Agente de Contratação que declarou sua inabilitação no âmbito do Pregão Eletrônico nº 024/2026, destinado à contratação do objeto descrito no Edital.

A recorrente insurge-se contra os fundamentos que ensejaram sua inabilitação, sustentando, em síntese, que a decisão administrativa teria incorrido em equívocos na interpretação das disposições editalícias e na apreciação da documentação apresentada, requerendo, ao final, a reforma da

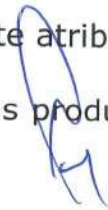


decisão recorrida com o consequente reconhecimento do atendimento às exigências de habilitação previstas no instrumento convocatório.

Em observância ao disposto no art. 165, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi oportunizada a apresentação de contrarrazões pelas licitantes interessadas, tendo sido regularmente observado o contraditório no âmbito do procedimento recursal.

Considerando que parte das alegações recursais envolve matérias de natureza eminentemente técnica, os autos foram encaminhados à Secretaria Municipal de Educação, unidade demandante e detentora da competência técnica para avaliação dos aspectos especializados relacionados ao objeto da contratação, a qual emitiu manifestação técnica circunstanciada, posteriormente complementada sempre que necessário, analisando individualmente os argumentos apresentados pela recorrente, os documentos constantes dos autos e sua compatibilidade com as exigências estabelecidas no Edital.

Recebidos os autos, passa este Agente de Contratação ao exame do recurso administrativo, observadas as competências legalmente atribuídas, os limites do efeito devolutivo recursal, as manifestações técnicas produzidas



pela unidade especializada e os princípios que regem as contratações públicas disciplinadas pela Lei Federal nº 14.133/2021.

II – DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E DA DELIMITAÇÃO DO EXAME RECURSAL

Preliminarmente, verifica-se que o presente recurso administrativo preenche os pressupostos de admissibilidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Edital, tendo sido interposto por licitante legitimada, dentro do prazo legal e em face de decisão recorrível, razão pela qual dele se conhece.

O exame do presente recurso será realizado em estrita observância ao efeito devolutivo que caracteriza os recursos administrativos disciplinados pelo art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, restringindo-se às matérias efetivamente impugnadas pela recorrente, sem prejuízo da apreciação de questões de ordem pública ou de eventual ilegalidade que, por sua natureza, possam ser conhecidas de ofício pela Administração.

A atividade revisional desenvolvida por este Agente de Contratação não constitui novo procedimento de habilitação nem representa oportunidade para reapreciação ampla e irrestrita de todos os atos praticados ao longo da fase de habilitação. Seu objeto consiste em verificar a



juridicidade da decisão recorrida, aferindo sua conformidade com a legislação aplicável, com as disposições editalícias, com os elementos constantes dos autos e com as manifestações técnicas regularmente produzidas pelas unidades competentes.

Cumpre destacar, ainda, que a apreciação das questões submetidas ao presente recurso observará a necessária segregação de competências inerente ao procedimento licitatório. As matérias de natureza eminentemente técnica serão examinadas à luz das manifestações emitidas pela Secretaria Municipal de Educação, unidade administrativa dotada da expertise necessária para avaliar os aspectos especializados relacionados ao objeto da contratação, competindo a este Agente de Contratação exercer o controle de legalidade, coerência, motivação e aderência dessas conclusões ao Edital e ao ordenamento jurídico, sem substituição do juízo técnico da área demandante.

Por essa razão, a fundamentação desenvolvida nos capítulos subsequentes distinguirá, de forma expressa, as conclusões decorrentes da análise técnica realizada pela unidade especializada daquelas resultantes da apreciação jurídica e procedimental atribuída a este Agente de Contratação, preservando-se a repartição de competências estabelecida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos princípios que regem as contratações públicas.



III - DA METODOLOGIA DE JULGAMENTO E DA FORMAÇÃO DO CONVENCIMENTO ADMINISTRATIVO

O presente recurso administrativo será apreciado mediante análise sistemática e integrada dos elementos constantes dos autos, observando-se, de forma conjunta, a legislação aplicável, as disposições do Edital, as manifestações técnicas emitidas pela unidade demandante, a documentação produzida pelas partes e os princípios que regem as contratações públicas.

A formação do convencimento administrativo não decorrerá da apreciação isolada de argumentos, documentos ou dispositivos normativos, mas da valoração conjunta do conjunto probatório e dos elementos jurídicos constantes do processo, considerados em sua integralidade e em suas relações de coerência, complementaridade e pertinência com o objeto da controvérsia.

Na apreciação das alegações recursais serão observados, dentre outros, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da isonomia, da motivação, da vinculação ao instrumento convocatório, da segurança jurídica, da razoabilidade, da proporcionalidade, da busca da proposta mais vantajosa,

da segregação de funções e do formalismo moderado, na exata medida em que incidirem sobre cada questão submetida ao exame administrativo.

As manifestações técnicas emitidas pela Secretaria Municipal de Educação serão consideradas segundo a competência material atribuída àquela unidade administrativa para a avaliação dos aspectos especializados relacionados ao objeto da contratação. Compete a este Agente de Contratação verificar a regularidade procedimental, a suficiência da motivação, a compatibilidade das conclusões técnicas com as exigências editalícias e sua conformidade com o ordenamento jurídico, sem substituição do juízo técnico da área especializada.

Os fundamentos apresentados pela recorrente serão examinados individualmente e em conjunto, confrontando-se suas alegações com os documentos constantes dos autos, com as manifestações técnicas produzidas no curso do procedimento, com as disposições do Edital e com a legislação aplicável, de modo a assegurar que a conclusão administrativa decorra de motivação suficiente, coerente e objetivamente verificável.

A fundamentação desenvolvida nos capítulos subsequentes observará essa metodologia, enfrentando especificamente cada uma das matérias devolvidas ao conhecimento da Administração, preservando a



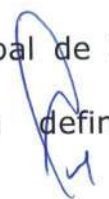
distinção entre as questões de natureza técnica e aquelas sujeitas ao controle jurídico-administrativo exercido por este Agente de Contratação.

IV - DA FORMAÇÃO DO CONVENCIMENTO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DA VALORAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS ESPECIALIZADAS

A competência para apreciar e decidir o presente recurso administrativo é atribuída ao Agente de Contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhe conduzir o procedimento licitatório, exercer o juízo de retratação previsto no art. 165, § 2º, da referida Lei, apreciar as alegações recursais e proferir decisão devidamente motivada.

O exercício dessa competência, contudo, não pressupõe que o Agente de Contratação detenha conhecimento técnico especializado acerca de todas as particularidades materiais inerentes ao objeto da contratação. O modelo instituído pela Lei nº 14.133/2021 prestigia a atuação coordenada entre os diversos agentes públicos envolvidos na contratação, preservando a segregação de funções e a especialização técnica das unidades administrativas competentes.

No presente procedimento, a Secretaria Municipal de Educação, na qualidade de unidade demandante, participou da definição das



especificações técnicas da contratação, da elaboração do Termo de Referência e da análise da documentação de qualificação técnico-operacional apresentada pelas licitantes, emitindo manifestação restrita aos aspectos inseridos em sua esfera de especialização.

As manifestações técnicas produzidas pela unidade demandante possuem natureza eminentemente instrutória. Não substituem a competência decisória do Agente de Contratação nem vinculam automaticamente o julgamento do recurso administrativo. Constituem, contudo, elementos técnicos qualificados destinados a subsidiar a formação do convencimento administrativo, especialmente nas matérias cuja adequada apreciação depende de conhecimento especializado.

Incumbe ao Agente de Contratação verificar se tais manifestações foram produzidas por autoridade competente, se observaram os limites de sua atuação, se apresentam fundamentação técnica suficiente, se guardam coerência lógica interna e se são compatíveis com o Edital, com a legislação aplicável e com os demais elementos constantes dos autos.

Somente após esse controle de legalidade, motivação, coerência e aderência ao conjunto probatório é que suas conclusões podem ser adotadas como fundamento técnico da decisão administrativa, mediante motivação per



relationem, técnica amplamente admitida no Direito Administrativo quando a autoridade competente examina, compreende e incorpora, de forma motivada, os fundamentos constantes da manifestação técnica.

No caso concreto, não foram identificadas inconsistências, contradições ou incompatibilidades capazes de infirmar as conclusões técnicas produzidas pela Secretaria Municipal de Educação, razão pela qual elas serão consideradas, nos limites de sua competência material, como fundamento técnico da presente decisão, sem prejuízo da apreciação autônoma, por este Agente de Contratação, de todas as questões jurídicas, procedimentais e recursais suscitadas pelas partes.

Dessa forma, a presente decisão resulta da conjugação de dois planos complementares de análise: o plano técnico, fundamentado nas manifestações especializadas da Secretaria Municipal de Educação, e o plano jurídico-procedimental, desenvolvido por este Agente de Contratação, responsável pelo controle da legalidade, da motivação, da regularidade procedimental e da correta aplicação das normas legais e editais ao caso concreto.

**V – DA COMPETÊNCIA TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E DA OBSERVÂNCIA À SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES**



Não prospera qualquer alegação que pretenda afastar a legitimidade da atuação da Secretaria Municipal de Educação na análise dos aspectos técnicos relacionados à qualificação técnico-operacional das licitantes.

A competência da unidade demandante decorre diretamente de sua condição de responsável pela definição da necessidade administrativa, pela elaboração do Termo de Referência e pela especificação das características técnicas do objeto pretendido, circunstâncias que lhe conferem melhores condições para aferir a compatibilidade entre a documentação apresentada pelas licitantes e as exigências técnicas previamente estabelecidas pela própria Administração.

Tal atribuição restringe-se, contudo, aos aspectos técnicos de sua competência, não abrangendo o julgamento do recurso administrativo, a apreciação das questões jurídicas ou procedimentais nem a decisão acerca da habilitação das licitantes, competências estas que permanecem atribuídas ao Agente de Contratação.

No presente procedimento observa-se rigorosa segregação de funções.



À Secretaria Municipal de Educação incumbiu examinar a compatibilidade técnica da documentação apresentada, confrontando os documentos de habilitação com as exigências constantes do Edital e do Termo de Referência.

Ao Agente de Contratação compete apreciar a admissibilidade do recurso, verificar a regularidade procedimental, controlar a legalidade das manifestações técnicas, interpretar o Edital e a legislação aplicável, enfrentar as alegações recursais e proferir a decisão administrativa.

Não se verifica, portanto, qualquer delegação indevida da competência decisória, tampouco substituição do julgamento administrativo pela manifestação técnica da unidade demandante.

Ao contrário, constata-se atuação harmônica entre os órgãos envolvidos na contratação, em estrita observância ao modelo cooperativo e à segregação funcional consagrados pela Lei Federal nº 14.133/2021, preservando-se a responsabilidade individual de cada agente público no âmbito de suas respectivas atribuições.

As manifestações emitidas pela Secretaria Municipal de Educação constituem, assim, elementos instrutórios especializados que subsidiam a formação do convencimento administrativo, sem afastar o dever do Agente de



Contratação de exercer controle jurídico sobre sua coerência, motivação, compatibilidade com o Edital e conformidade com os princípios que regem as contratações públicas.

VI – DAS ALEGAÇÕES RELATIVAS À INABILITAÇÃO DA RECORRENTE

Superadas as questões preliminares, passa-se ao exame das alegações deduzidas pela recorrente em face dos fundamentos que ensejaram sua inabilitação no âmbito do Pregão Eletrônico nº 024/2026.

Conforme se extrai das razões recursais, a recorrente sustenta, em síntese, que a decisão administrativa deveria ser reformada porque: (i) a apresentação da proposta comercial juntamente com a documentação de habilitação configuraria mera irregularidade formal, passível de saneamento; (ii) o seguro garantia apresentado atenderia às exigências editalícias; (iii) os atestados de capacidade técnica comprovariam o atendimento aos requisitos previstos nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital; (iv) a manifestação técnica emitida pela Secretaria Municipal de Educação seria nula ou destituída de fundamentação suficiente; e (v) a empresa SS Representações e Serviços Ltda. teria sido indevidamente habilitada, em razão de supostas irregularidades relacionadas à documentação de qualificação técnica apresentada.



As alegações serão apreciadas segundo sua natureza jurídica, observando-se a distinção entre as matérias de caráter eminentemente procedimental, submetidas diretamente ao controle deste Agente de Contratação, e aquelas que demandam exame técnico especializado, apreciadas à luz da manifestação emitida pela Secretaria Municipal de Educação, nos estritos limites de sua competência material.

No que se refere às questões de natureza procedimental, não se verificam elementos capazes de infirmar os fundamentos da decisão recorrida.

Quanto à alegação de que a apresentação da proposta comercial juntamente com a documentação de habilitação constituiria mero vício formal, cumpre observar que a exigência editalícia pertinente possui finalidade diretamente relacionada à preservação do sigilo das propostas e da isonomia entre os licitantes, constituindo regra objetiva do procedimento licitatório. Nessas circunstâncias, a irregularidade constatada não se traduz em simples defeito material ou formal passível de saneamento, mas em descumprimento de condição expressamente estabelecida no instrumento convocatório, cuja observância era exigível de todos os participantes em igualdade de condições.



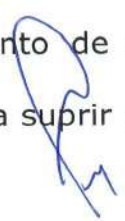
No tocante à garantia da proposta, igualmente não se identificam elementos aptos a infirmar os fundamentos da decisão recorrida.

A decisão recorrida examinou objetivamente a documentação apresentada e concluiu pelo não atendimento das exigências editalícias pertinentes, conclusão que permanece íntegra após a reanálise promovida em sede recursal, inexistindo qualquer elemento novo capaz de demonstrar erro de fato, equívoco interpretativo ou ilegalidade apta a justificar sua revisão.

Também não merece acolhimento a invocação do princípio do formalismo moderado.

Conforme reiteradamente reconhecido pela doutrina, pela jurisprudência dos Tribunais de Contas e pela própria sistemática da Lei nº 14.133/2021, referido princípio não autoriza a Administração a afastar exigências objetivas previamente estabelecidas no Edital, tampouco legitima a convalidação de irregularidades que comprometam a observância da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia, do julgamento objetivo ou da segurança jurídica.

O formalismo moderado constitui instrumento destinado a evitar que meras imperfeições formais impeçam o reconhecimento de situações substancialmente comprovadas. Não se presta, entretanto, a suprir requisitos



de habilitação não demonstrados, a desconsiderar exigências expressamente previstas no instrumento convocatório ou a conferir tratamento diferenciado a determinado licitante em detrimento dos demais participantes do certame.

Desse modo, verifica-se que as alegações procedimentais deduzidas pela recorrente revelam mero inconformismo com a conclusão administrativa anteriormente alcançada, sem demonstração de qualquer ilegalidade, erro material ou vício procedimental capaz de justificar a reforma da decisão recorrida.

As questões relativas à qualificação técnico-operacional, à validade da manifestação técnica emitida pela Secretaria Municipal de Educação e às impugnações dirigidas à habilitação da empresa SS Representações e Serviços Ltda. serão examinadas, separadamente, nos capítulos seguintes, em razão de suas especificidades técnicas e jurídicas.

VII - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL E DA MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A recorrente sustenta que os atestados de capacidade técnica por ela apresentados seriam suficientes para demonstrar o atendimento integral das exigências previstas nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital, afirmando possuir ampla experiência na realização de eventos de grande porte e



alegando que a análise técnica anteriormente realizada pela Secretaria Municipal de Educação teria incorrido em equívocos de interpretação, ausência de fundamentação individualizada e avaliação incompatível com a documentação constante dos autos.

Em razão dessas alegações, os autos foram novamente encaminhados à Secretaria Municipal de Educação, unidade demandante da contratação e responsável pela definição das especificações técnicas do objeto e dos requisitos de qualificação técnico-operacional estabelecidos no Termo de Referência, para que procedesse ao reexame integral das razões recursais relacionadas aos aspectos eminentemente técnicos da controvérsia.

Em resposta, a Secretaria Municipal de Educação apresentou manifestação técnica circunstanciada, na qual analisou individualmente todas as alegações formuladas pela recorrente, enfrentando especificamente os questionamentos relativos à sua competência técnica, à metodologia empregada na análise dos atestados, à interpretação dos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital, à finalidade da exigência de qualificação técnico-operacional e à compatibilidade entre a documentação apresentada e os componentes estruturantes previstos no Termo de Referência. Ao final, reafirmou, de forma expressa e motivada, a conclusão anteriormente

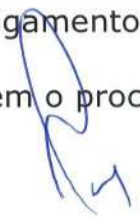


adotada, no sentido de que a documentação apresentada não demonstra, de maneira suficiente, o atendimento integral das exigências editalícias.

Este Agente de Contratação procedeu ao exame da referida manifestação técnica sob a perspectiva de sua legalidade, coerência lógica, suficiência da motivação, observância do contraditório administrativo, compatibilidade com as disposições do Edital e aderência aos elementos constantes dos autos.

Nesse exame, não foram identificados vícios capazes de comprometer sua validade ou sua força probatória.

Ao contrário, verifica-se que a unidade técnica adotou metodologia objetiva e uniforme, consistente no confronto individualizado entre os componentes estruturantes definidos no Termo de Referência e as informações efetivamente constantes dos atestados apresentados pela recorrente, abstendo-se de presumir quantitativos, especificações técnicas ou serviços não expressamente certificados pelos emitentes dos respectivos documentos. Tal metodologia mostra-se plenamente compatível com os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da isonomia, da motivação e da segurança jurídica que regem o procedimento licitatório.



Cumpre destacar que a manifestação técnica não concluiu pela inexistência de experiência empresarial da recorrente na realização de eventos, circunstância que, em nenhum momento, foi objeto de controvérsia.

A conclusão alcançada restringiu-se ao reconhecimento de que, considerados exclusivamente os documentos apresentados para fins de habilitação e confrontados com os requisitos objetivos previamente estabelecidos no Edital, não foi possível identificar, na documentação tempestivamente apresentada, comprovação suficiente do atendimento integral às exigências de qualificação técnico-operacional previstas para os Lotes 01 e 02.

Essa distinção possui especial relevância.

A Administração Pública não pode reconhecer a qualificação técnica com fundamento na notoriedade da empresa, na dimensão econômica de contratos anteriormente executados ou na repercussão pública dos eventos realizados. O que o Edital exige é a comprovação documental objetiva da experiência compatível com os componentes estruturantes definidos para o objeto licitado, exigência que vincula igualmente todos os participantes do certame.



Sob essa perspectiva, não compete ao Agente de Contratação substituir o juízo técnico formulado pela unidade especializada por avaliação própria acerca da suficiência dos atestados ou da complexidade operacional dos eventos anteriormente executados pela recorrente.

Sua atuação limita-se ao controle da legalidade da manifestação técnica, verificando se esta foi produzida por autoridade competente, mediante critérios objetivos, com fundamentação suficiente e em conformidade com o instrumento convocatório.

No caso concreto, todos esses requisitos encontram-se presentes.

Dessa forma, inexistindo qualquer elemento técnico ou jurídico objetivo capaz de infirmar as conclusões alcançadas pela Secretaria Municipal de Educação, este Agente de Contratação adota, por motivação *per relationem*, os fundamentos constantes da manifestação técnica emitida em sede recursal, incorporando-os à presente decisão como razão de decidir, naquilo que dizem respeito exclusivamente às questões de natureza técnico-operacional, sem prejuízo da análise jurídica e procedimental desenvolvida nos demais capítulos desta decisão.

Por conseguinte, rejeitam-se as alegações recursais relacionadas ao atendimento dos requisitos de qualificação técnico-operacional previstos



nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital, mantendo-se, também sob esse aspecto, a decisão administrativa recorrida.

VIII – DAS ALEGAÇÕES RELATIVAS À HABILITAÇÃO DA EMPRESA SS REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Além de impugnar os fundamentos que ensejaram sua própria inabilitação, a recorrente formula diversas alegações dirigidas à habilitação da empresa SS Representações e Serviços Ltda., sustentando, em síntese, que a documentação apresentada por aquela licitante conteria supostas inconsistências relacionadas aos atestados de capacidade técnica, requerendo, ao final, sua inabilitação, a realização de diligências complementares e, inclusive, a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Também sob esse aspecto, as razões recursais não merecem acolhimento.

Inicialmente, cumpre registrar que a presunção de legitimidade dos atos administrativos somente pode ser afastada mediante demonstração objetiva de ilegalidade, irregularidade ou erro material efetivamente comprovado nos autos, não sendo suficientes, para esse fim, alegações

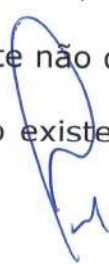


genéricas, conjecturas ou interpretações unilaterais acerca da documentação apresentada.

No caso concreto, a recorrente afirma que determinado atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa SS Representações e Serviços Ltda. estaria relacionado à empresa 3 de Copas Propaganda e Marketing Ltda., circunstância que, segundo sustenta, evidenciaria irregularidade apta a ensejar a inabilitação da licitante e a aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Todavia, a simples existência de dúvida interpretativa acerca do conteúdo de documento apresentado em procedimento licitatório não autoriza, por si só, a conclusão pela ocorrência de fraude, falsidade documental ou qualquer outra conduta ilícita.

Ao contrário, a Lei Federal nº 14.133/2021 confere à Administração Pública o poder-dever de promover diligências destinadas ao esclarecimento de informações constantes da documentação apresentada pelos licitantes, desde que tais diligências não importem na apresentação de documento novo destinado a suprir requisito anteriormente não demonstrado, nem impliquem modificação das condições de habilitação existentes à época da sessão pública.



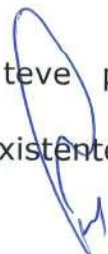
Foi precisamente essa a providência adotada no presente procedimento.

Diante dos questionamentos suscitados, foram realizados os esclarecimentos pertinentes, oportunidade em que foram prestadas informações suficientes para elucidar a origem e o contexto do documento apresentado, sem substituição do atestado originalmente juntado, sem alteração das condições de habilitação da licitante e sem inovação documental apta a modificar o conteúdo da prova anteriormente produzida.

Assim, não se verifica qualquer afronta aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo ou da segurança jurídica.

Ao contrário, a atuação administrativa observou rigorosamente o disposto no art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, restringindo-se ao esclarecimento de circunstâncias já constantes dos autos, procedimento amplamente admitido pela legislação e pela jurisprudência dos órgãos de controle, justamente por prestigiar a busca da verdade material sem comprometer a igualdade entre os licitantes.

Cumprе destacar que a diligência não teve por finalidade complementar requisito de habilitação anteriormente inexistente, mas apenas



esclarecer circunstâncias relativas à documentação tempestivamente apresentada, preservando-se integralmente a igualdade de tratamento entre os licitantes e a estabilidade das condições existentes na data da sessão pública.

Também não prospera o pedido de aplicação das sanções previstas nos arts. 155, 156 e 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A imposição de sanções administrativas pressupõe a existência de conduta tipificada, devidamente comprovada mediante regular instrução processual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, não podendo decorrer de simples alegações formuladas em sede recursal desacompanhadas de elementos probatórios minimamente aptos a demonstrar a ocorrência da infração imputada.

No presente caso, a recorrente não produziu prova objetiva da alegada falsidade documental, limitando-se a formular interpretações acerca da documentação constante dos autos, circunstância manifestamente insuficiente para afastar a presunção de legitimidade dos documentos apresentados ou justificar a instauração automática de procedimento sancionador.



Por essas razões, não se identificam elementos capazes de infirmar a regularidade da habilitação da empresa SS Representações e Serviços Ltda., permanecendo hígidos os fundamentos que conduziram ao reconhecimento do atendimento das exigências editalícias, motivo pelo qual também sob esse aspecto não merece provimento o recurso administrativo.

IX – DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Em observância ao disposto no art. 165, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi oportunizada às demais licitantes a apresentação de contrarrazões ao recurso administrativo interposto pela empresa MRC Entretenimento Promoções e Eventos Ltda., tendo a empresa SS Representações e Serviços Ltda. exercido regularmente o contraditório, apresentando manifestação escrita nos autos.

Em suas contrarrazões, a empresa recorrida defende, em síntese, a manutenção da decisão administrativa, sustentando a regularidade de sua habilitação, a legalidade da diligência promovida pela Administração, a inexistência de qualquer irregularidade nos documentos apresentados e o não atendimento, pela recorrente, das exigências de qualificação técnico-operacional previstas no Edital.



As alegações deduzidas pela recorrida foram integralmente examinadas por este Agente de Contratação, em conjunto com as razões recursais, a documentação constante dos autos, as manifestações técnicas emitidas pela Secretaria Municipal de Educação e as disposições do instrumento convocatório.

Embora as contrarrazões apresentem fundamentos que convergem, em diversos aspectos, com as conclusões alcançadas na presente decisão, a manutenção do ato recorrido não decorre da mera adesão aos argumentos da licitante recorrida.

Ao contrário, resulta da análise autônoma realizada por este Agente de Contratação, no exercício da competência decisória que lhe é atribuída pela Lei Federal nº 14.133/2021, mediante exame da legislação aplicável, do Edital, da documentação produzida nos autos, das manifestações técnicas da unidade especializada e das alegações formuladas por todas as partes envolvidas.

Assim, as contrarrazões são acolhidas na estrita medida em que corroboram as conclusões jurídicas e técnicas alcançadas nesta decisão, não constituindo fundamento autônomo para a manutenção do ato recorrido.

X - CONCLUSÃO E DECISÃO

Diante de todo o exposto, conclui-se que as razões recursais apresentadas pela empresa **MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.** não são suficientes para modificar a decisão administrativa recorrida.

A manutenção da inabilitação da recorrente não decorre de presunção acerca de sua capacidade empresarial em sentido abstrato, de exigência de identidade absoluta entre os eventos anteriormente executados e o objeto licitado, nem da criação superveniente de requisitos técnicos não previstos no instrumento convocatório. Decorre, de um lado, da inserção antecipada de documento contendo elementos econômicos em campo destinado exclusivamente aos documentos de habilitação, em desconformidade com o item 8.1.7 do Edital, e, de outro, da conclusão técnica reafirmada pela Secretaria Municipal de Educação após análise específica das razões recursais, no sentido de que a documentação tempestivamente apresentada não demonstrou, nos termos e limites das exigências editalícias, o atendimento integral à qualificação técnico-operacional mínima prevista nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do instrumento convocatório.

Ao longo da instrução recursal restou demonstrado que:



- a) a inserção, no campo destinado aos documentos de habilitação, de arquivo contendo elementos econômicos vinculados à proposta comercial configura afronta objetiva ao item 8.1.7 do Edital, constituindo fundamento autônomo e suficiente para a manutenção da inabilitação da recorrente;
- b) as alegações dirigidas à motivação, à metodologia empregada e às conclusões alcançadas pela Secretaria Municipal de Educação foram suficientemente enfrentadas mediante manifestação técnica complementar circunstanciada, produzida especificamente em sede recursal, sem inovação dos critérios editalícios nem ampliação da base documental originalmente apresentada;
- c) a Secretaria Municipal de Educação, no exercício de sua competência técnica e após reexame individualizado das razões recursais e da documentação tempestivamente apresentada, reafirmou, de forma motivada, que a empresa **MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.** não comprovou o atendimento às exigências previstas nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do Edital, conclusão cuja coerência, motivação e aderência ao instrumento
- 

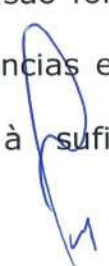
convocatório foram verificadas por este Agente de Contratação;

- d)** não foram produzidos elementos técnicos ou jurídicos objetivos capazes de infirmar as conclusões especializadas alcançadas pela Secretaria Municipal de Educação, inexistindo fundamento para afastar o juízo técnico emitido pela unidade demandante;
- e)** as contrarrazões apresentadas pela empresa **SS REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.** foram regularmente conhecidas e apreciadas, tendo suas alegações sido confrontadas com os documentos constantes dos autos, com as razões recursais e com as manifestações técnicas emitidas pela Secretaria Municipal de Educação;
- f)** não foram demonstradas ilegalidades, insuficiências materiais, erro técnico manifesto, irregularidades procedimentais ou tratamento desigual capazes de infirmar as conclusões alcançadas pela Administração quanto à habilitação da empresa **SS REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**, tampouco fundamentos aptos a justificar a revisão de sua habilitação;
- 

g) eventuais diligências meramente confirmatórias ou esclarecedoras, caso reputadas necessárias pela Autoridade Competente, permanecem juridicamente admissíveis, desde que observados os limites estabelecidos nesta decisão, preservada a vedação à constituição superveniente de requisitos de habilitação e respeitados os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Importa registrar, ainda, que a manutenção da decisão recorrida não decorre de automática adesão às manifestações técnicas emitidas pela Secretaria Municipal de Educação. Conforme demonstrado ao longo desta decisão, tais manifestações foram previamente submetidas ao controle de legalidade, coerência, suficiência da motivação e aderência ao instrumento convocatório por este Agente de Contratação, que, somente após verificar sua consistência jurídica e técnica, adotou seus fundamentos, mediante motivação *per relationem*, exclusivamente no que se refere às matérias inseridas na esfera de competência da unidade técnica especializada.

Importa registrar, por fim, que a presente decisão foi construída mediante rigorosa observância da distribuição de competências estabelecida no procedimento licitatório. As conclusões relativas à suficiência ou



insuficiência da qualificação técnico-operacional das licitantes decorrem das manifestações técnicas emitidas pela Secretaria Municipal de Educação, unidade responsável pela elaboração do Termo de Referência e pelo exame especializado da documentação apresentada. A este Agente de Contratação competiu verificar a regularidade procedimental, a motivação, a coerência lógica e a aderência dessas conclusões às exigências do Edital e da Lei nº 14.133/2021, não tendo havido substituição do juízo técnico especializado por avaliação administrativa autônoma.

Dessa forma, à vista dos fundamentos expostos, **CONHEÇO** do recurso administrativo interposto pela empresa **MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.**, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Edital, e, **NO MÉRITO, JULGO-O IMPROCEDENTE, NEGANDO-LHE PROVIMENTO**, para:

- I. MANTER** a inabilitação da empresa **MRC ENTRETENIMENTO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA**, em razão do descumprimento do item 8.1.7 do Edital e da conclusão técnica, posteriormente reafirmada pela Secretaria Municipal de Educação após reexame integral das razões recursais e da documentação tempestivamente apresentada, de que não restou comprovado o atendimento
- 

às exigências previstas nos itens 12.4.1.3 e 12.4.1.4 do instrumento convocatório;

- II. RECONHECER** a inexistência de fundamentos jurídicos ou técnicos aptos a justificar a revisão da habilitação da empresa **SS REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, mantendo-se, por consequência, a decisão administrativa que reconheceu o atendimento das exigências editalícias.
- III. MANTER**, por consequência, todos os atos subsequentes regularmente praticados no procedimento licitatório, sem prejuízo da apreciação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, bem como da eventual realização de diligências estritamente confirmatórias ou esclarecedoras, caso reputadas necessárias, observados os limites estabelecidos nesta decisão.

Registre-se que a presente decisão recursal, proferida pelo Agente de Contratação no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, constitui decisão administrativa sujeita ao reexame da Autoridade Competente, na forma do art. 165, § 2º, da referida Lei, não possuindo caráter vinculante em relação ao julgamento final a ser por ela



proferido. Compete à Autoridade Competente apreciar e julgar o recurso administrativo mediante reexame da matéria devolvida pelas razões recursais, à luz dos fundamentos constantes dos autos, podendo ratificar, reformar ou complementar, total ou parcialmente, a presente decisão. O exercício dessa competência revisional, contudo, submete-se ao dever constitucional e legal de motivação dos atos administrativos, impondo que eventual divergência em relação às conclusões ora adotadas seja acompanhada da correspondente exposição clara, objetiva e individualizada das razões de fato e de direito que a justifiquem, consideradas as provas produzidas, as normas aplicáveis e as particularidades do caso concreto. Embora a presente decisão não possua efeito vinculante, seus fundamentos determinantes integram a motivação do ato recorrido e constituem elementos relevantes para o exercício do reexame previsto no art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nos termos do art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, encaminhem-se os autos à Autoridade Competente para apreciação e julgamento do presente recurso administrativo. Caso, no exercício de seu convencimento motivado, entenda necessária a realização de diligência complementar destinada exclusivamente à confirmação, ao esclarecimento ou à verificação de informações e documentos já constantes dos autos, o



respectivo ato deverá delimitar expressamente seu objeto, finalidade e alcance, determinâr sua regular juntada ao processo e assegurar, quando cabível, a observância do contraditório e da ampla defesa. Permanecem vedadas, contudo, diligências destinadas a suprir ausência de documentação essencial, constituir requisito novo de habilitação, admitir a apresentação extemporânea de documento originalmente exigível ou promover substituição substancial da documentação apresentada na fase própria do procedimento, em observância aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, da segurança jurídica, do julgamento objetivo e do formalismo moderado.

O julgamento do recurso administrativo pela Autoridade Competente observará o dever de motivação previsto no art. 50 da Lei Federal nº 9.784/1999, aplicado subsidiariamente, bem como os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição da República). Para tanto, eventual decisão que ratifique, reforme ou complemente a presente manifestação deverá enfrentar, de forma expressa, os fundamentos fáticos, jurídicos e técnicos constantes dos autos, especialmente aqueles decorrentes das manifestações técnicas emitidas pela Secretaria Municipal de Educação que embasaram as conclusões relativas à qualificação técnico-operacional das



licitantes, não se revelando compatível com o dever de motivação a adoção de fundamentação genérica, contraditória, dissociada dos elementos probatórios constantes do processo ou baseada em mera remissão desacompanhada da demonstração de sua efetiva aderência às circunstâncias específicas do caso concreto.

Por fim, registra-se que eventual reforma desta decisão administrativa deverá encontrar fundamento em elementos objetivos constantes dos autos, tais como erro de fato, erro de direito, ilegalidade, vício procedimental, insuficiência de fundamentação, superveniência de elemento probatório idôneo ou outra circunstância juridicamente relevante apta a justificar o afastamento dos fundamentos ora adotados. A mera adoção de entendimento diverso, desacompanhada da correspondente demonstração dos fundamentos de fato e de direito que conduziram à divergência, mostra-se incompatível com o dever constitucional e legal de motivação dos atos administrativos, com os princípios da segurança jurídica, da isonomia, da transparência, da vinculação ao instrumento convocatório e da proteção da confiança legítima, especialmente quando as conclusões de natureza técnico-operacional se encontram amparadas em manifestações técnicas especializadas emitidas pela Secretaria Municipal de Educação e expressamente apreciadas nesta decisão administrativa. É precisamente essa



fundamentação conjunta que assegura a transparência do julgamento, viabiliza o pleno exercício do controle administrativo e jurisdicional e concretiza o dever constitucional de motivação dos atos da Administração Pública.

Araruama, 29 de julho de 2026.


CAIO BENITES RANGEL

PREGOEIRO



AOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 15402/2026

À Secretaria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Araruama – Comissão de Licitação

Relatório

Cuida-se de Processo Administrativo cujo objetivo se lastreia em analisar o recurso interposto pela MRC Entretenimento Promoções e Eventos LTDA motivado por decisão de inabilitação no Pregão Eletrônico nº 024 de 2026.

Em restritas linhas, a insatisfação se vislumbra pelo fato de, ao entender da Recorrente que a qualificação técnico-operacional não atendia, *in totum*, as disposições editalícias.

De outra monta, a Secretaria Municipal de Educação, ao analisar, no que lhe cabia, o recurso interposto, decidiu manter a análise feita pelas razões já acostadas ao autos.

Por sua vez, o agente de contratação, dentro da sua envergadura de atuação, na forma da Lei, conclui por conhecer o recurso e a ele negar provimento, mantendo, portanto, a inabilitação da empresa MRC Entretenimento Promoções e Eventos LTDA, reconhecendo a inexistência de fundamentos jurídicos ou técnicos para revisão da habilitação da SS Representações e Serviços LTDA, assim como mantém todos os atos decorridos no processo licitatório.

São os fatos.

Fundamentação

Em apreciação à decisão do agente de contratação, esta Secretaria analisou o cabimento legal dos posicionamentos postos, bem como a adequação da manifestação ao ordenamento jurídico aplicável ao caso concreto.

Isto posto, impende apontar que os fatos, fundamentos e argumentações erigidas pelo agente de contratação vão ao encontro da manifestação pretérita desta Secretaria, bem como se perfaz na consubstanciação do cumprimento do veiculado em normas editalícias, o que decorre do cumprimento da estrita legalidade e interesse público.

Tendo analisado de forma exaustiva e exauriente todos os aspectos controvertidos da peça recursal, o agente de contratação agiu no cumprimento dos princípios legais afetos ao caso concreto, não tendo deixado de cumprir quaisquer mandamentos legais.



Conclusão e Julgamento

Após o exposto, esta Secretaria acompanha o entendimento exarado pelo agente de contratação pela manutenção da inabilitação da MRC Entretenimento Promoções e Eventos LTDA, habilitação da SS Representações e todos os atos decorrentes da habilitação desta.

Desta feita, **decide-se por conhecer o recurso interposto e negar-lhe provimento.**

Sendo o que me cabia, remetam-se os presentes autos à Comissão de Licitação para regular tramitação.

Araruama, 30 de julho de 2026

VALÉRIA CRISTINA TAVARES DO AMARAL
Secretária Municipal de Educação